

MENSAGEM DO GOVERNO DO PARÁ

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2018



Dispõe a Constituição do Estado do Pará:
“Art. 135 – Compete privativamente ao Governador:

.....
IX – remeter mensagem e plano de Governo à
Assembleia Legislativa, expondo a situação do estado
e solicitando as providências que julgar necessárias”.

Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa
Ano 2018
Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Planejamento
Projeto gráfico e edição: Griffó Comunicação
Fotografias: Agência Pará e Arquivo Griffó
Secretaria de Estado de Comunicação
Impressão: Gráfica Sagrada Família

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) – Belém-PA

P221m Pará. Governador (2018 - : Simão Jatene)
 Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa /Simão
 Robison Oliveira Jatene – Belém: Secretaria de Estado de Planejamento,
 Orçamento e Finança, 2018
 214 p.: il.
 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Pará – Mensagem. 2. PARÁ –
 Política e Governo. 3. PARÁ – Programa de governo. I Jatene,
 Simão, Governador do Pará. II Título

CDD: 350.18115





Governador do Estado do Pará
Simão Robison Oliveira Jatene

Vice-Governador do Estado do Pará
José da Cruz Marinho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará
Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Luís Daniel Lavareda Reis Junior

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Des. Ricardo Ferreira Nunes

Justiça Militar do Estado
Juiz Lucas do Carmo de Jesus

Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Gilberto Valente Martins

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará
Felipe Rosa Cruz

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Maria Regina Franco Cunha

Defensora Pública Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará
Jeniffer de Barros Rodrigues

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
José Megale Filho

Diretora-Geral do Núcleo de Articulação e Cidadania
Daniele Salim Khayat

Diretora-Geral do Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão
Maria Celeste Queiroz Soares Teixeira

Coordenadora do Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos
Maria Adelina Guglioti Braglia

Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe
Jair Carlos Pinto Costa

Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais
Larissa Steiner Chermont

Coordenador do Núcleo de Relações Institucionais
Paulo Sérgio Pinto Marques Pinheiro

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Ten. Cel. QOPM Cesar Maurício de Abreu Mello

Procurador-Geral do Estado
Ophir Filgueiras Cavalcante Junior

Auditor-Geral do Estado
Roberto Paulo Amoras

Ouvidor-Geral do Estado
Jardel Rodrigues da Silva

Presidente da Fundação PROPAZ
Mônica Altman Ferreira Lima

Secretária de Estado de Administração
Alice Viana Soares Monteiro

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará
Luiz Cláudio Rocha Lima

Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
Iris Ayres de Azevedo Gama

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Allan Gomes Moreira

Diretor-Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Ruy Martini Santos Filho

Secretário de Estado da Fazenda
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S/A.
Augusto Sérgio Amorim Costa

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
Cilene Moreira Sabino de Oliveira

Secretário de Estado de Planejamento
José Alberto da Silva Colares

Secretário de Estado de Saúde Pública
Vitor Manuel Jesus Mateus

Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola
Luiz Cláudio Lopes Chaves

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
Rosangela Brandão Monteiro

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça

Secretário de Estado de Transportes
Kleber Ferreira de Menezes

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon

Diretor-Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos
Bruno Henrique Reis Guedes

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Giovanni Corrêa Queiroz

Presidente do Instituto de Terras do Pará
Daniel Nunes Lopes

Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
Valdo Luiz dos Santos Gaspar

Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
Luiz Pinto de Oliveira

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Paulo Amazonas Pedroso

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Luiz Fernandes Rocha

Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Thiago Valente Novaes

Diretora-Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes
Maria Gertrudes Alves de Oliveira

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Gen. Jeannot Jansen da Silva Filho

Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará
Cel. QOPM Hilton Celson Benigno de Souza

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Cel. QOBM Zanelli Antonio Melo Nascimento

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará
Rilmar Firmino de Sousa

Diretor-Geral do Centro de Pericias Científicas "Renato Chaves"
José Edmilson Lobato Júnior

Diretora-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Andréa Yared de Oliveira Hass

Secretário de Estado de Cultura
Paulo Roberto Chaves Fernandes

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará
Dina Maria César de Oliveira

Superintendente da Fundação Carlos Gomes
Paulo José Campos de Melo

Secretário de Estado de Comunicação
Daniel Nardin Tavares

Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão
Adelaide Oliveira de Lima Pontes

Secretária de Estado de Educação
Ana Cláudia Serruya Hage

Reitor da Universidade do Estado do Pará
Rubens Cardoso da Silva

Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Ana Maria do Socorro Magno Cunha

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Simão Pedro Martins Bastos

Diretora-Geral do Núcleo Gerenciamento do Programa de Microcrédito – CREDCIDADÃO
Maria Alves dos Santos

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Michell Mendes Durans da Silva

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
Cel. QOPM Rosinaldo da Silva Conceição

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
Adnan Demachki

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará
Fábio Lúcio de Sousa Costa

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará
Jorge Otávio Bahia de Rezende

Diretora-Presidente da Companhia de Gás do Pará
Cláudia Bitar de Moraes Barbosa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Ruy Klautau de Mendonça

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
Cláudio Luciano da Rocha Conde

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará
Lucilene Bastos Farinha Silva

Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano
César Augusto Brasil Meira

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
Alex Bolonha Fiúza de Mello

Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
Eduardo José Monteiro da Costa

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires

Secretária de Estado de Esporte e Lazer
Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo

Secretário de Estado de Turismo
Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Diretora-Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A.
Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro

Secretário Extraordinário de Estado para Coordenação do Programa Municípios Verdes
Justiniano de Queiroz Netto

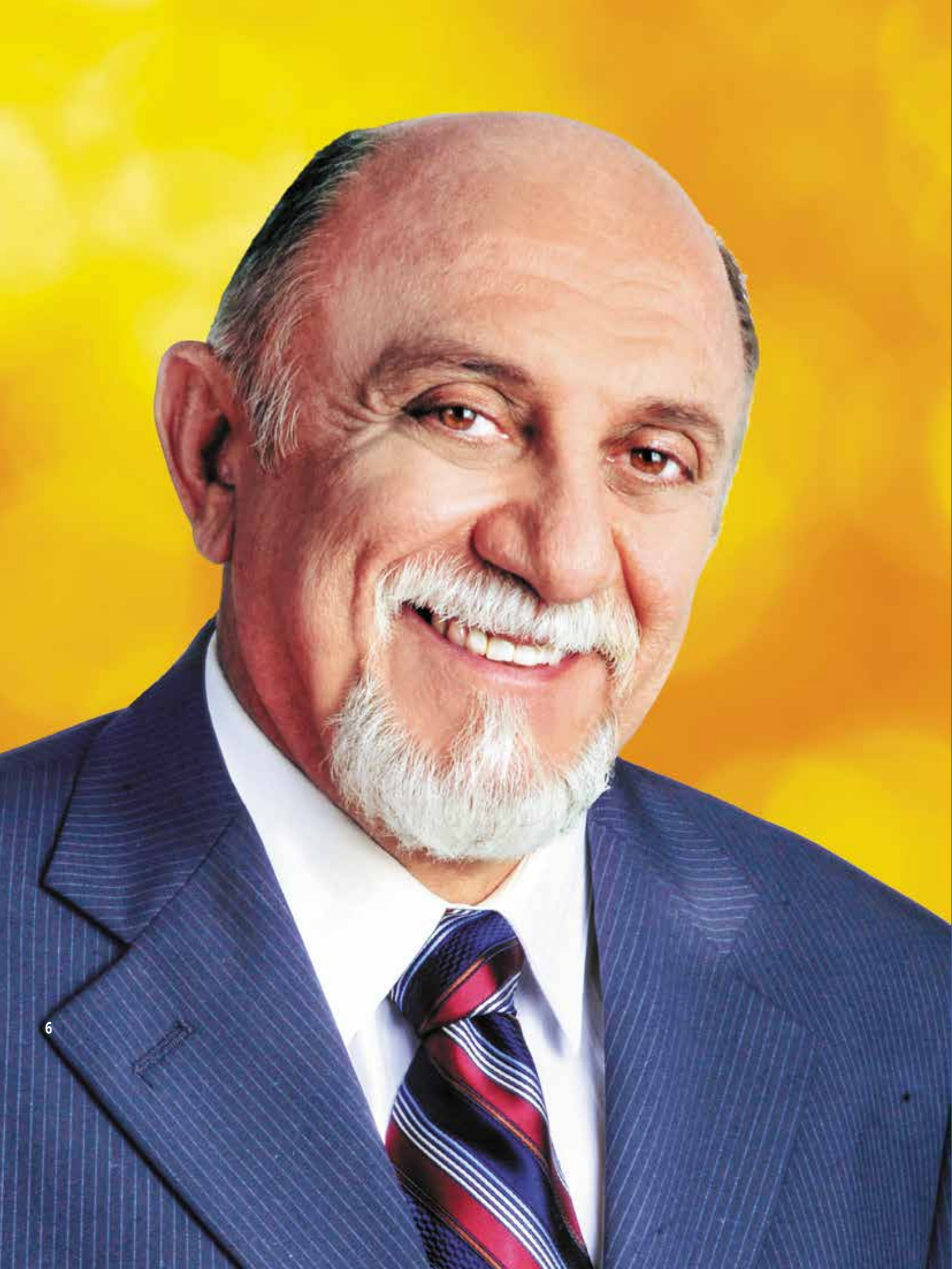
Secretário Extraordinário de Estado de Integração de Políticas Sociais
Heitor Márcio Pinheiro Santos

Secretária Extraordinária de Estado de Gestão Estratégica
Noêmia de Sousa Jacob

Secretária Extraordinária de Estado de Municípios Sustentáveis
Izabela Jatene de Souza

Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará
Jorge Antonio Santos Bittencourt

Secretário Regional de Governo do Baixo Amazonas
Olavo Rogério Bastos das Neves



***MENSAGEM DO
GOVERNADOR***
SIMÃO JATENE

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados. Minhas senhoras e meus senhores,

Volto mais uma vez a esta Assembleia Legislativa para prestar contas das ações desenvolvidas pela administração pública estadual, e o faço não apenas por dever constitucional. Como paraense três vezes eleito governador do Estado, sinto-me eternamente grato a cada um e a todos que nos permitiram tamanha honraria. E o respeito a eles, que é a razão primeira e última de estarmos aqui, faz deste momento mais do que algo meramente protocolar.

Retorno para fazer a leitura da última mensagem desse terceiro mandato e não posso negar a profusão de sentimentos que invade meu coração e mente e abraça minha alma. Por isso, Senhor Presidente, Deputadas e Deputados, julguei necessário e oportuno ir além do simples relatório de 2017 e fazer um balanço mais global da nossa gestão até agora, das razões e inspirações que ensejaram as políticas, programas e projetos realizados, na esperança que isso possa ajudar os futuros governantes a corrigir erros e potencializar acertos, na eterna busca de uma sociedade melhor.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Avaliar é sempre comparar e, nesse sentido, uma alternativa é comparar nossa posição com a de outros estados no mesmo momento histórico, o que permite identificar, além de diferenças, avanços e desafios específicos, problemas e dificuldades que, por atingirem todo o País, exigem uma ação de caráter nacional. Por outro lado, também é possível e até desejável que nos vejamos através do tempo, procurando identificar de onde par-



Como paraense três vezes eleito governador do Estado, sinto-me eternamente grato a cada um e a todos que nos permitiram tamanha honraria.

timos e onde estamos, o que nos ajuda a perceber o que deve ser mantido ou corrigido na trajetória percorrida.

Tais procedimentos, ao melhorarem a qualidade da avaliação, dificultam o proselitismo e a crítica ou elogio fácil, e isso nos instigou a escolher esse caminho.

Nesse sentido, um primeiro ponto a ser destacado é que quando nos vemos no concerto dos estados brasileiros numa perspectiva de mais longo prazo, desponta que comparativamente ao período que antecede a chamada integração da Amazônia, ocorrida a partir dos anos sessenta, o Pará, mesmo tendo crescido economicamente, perdeu posição face ao crescimento acelerado da sua população, deixando de ser o 8º PIB per capita, em 1940, para ser o 23º em 2010. Tal comportamento demonstra que o papel de produtor de energia e matérias-primas, além de grande exportador de recursos naturais, imposto ao estado pelo modelo nacional de desenvolvimento, se foi bom e produtivo para o País, não teve o mesmo efeito para o Pará.

Sendo foco de intensa migração e com uma economia com baixa capacidade de retenção local de excedente, trocou-se um enorme ativo natural por muito pouco, reproduzindo, em determinadas regiões, o que já se convencionou chamar de dinâmica do “boom/colapso”.

Tal constatação, por mais desconfortável que seja, faz-se importante por nos levar a refletir que grande parte dos problemas que nos acompanham decorrem de decisões que são tomadas fora de nossas fronteiras. O que, se em certa medida é consequência da fragilidade do pacto federativo brasileiro, do mesmo modo reflete também nossa baixa unidade política interna, que diminui a representatividade do Estado no cenário nacional, e é agravada pela falta de foco da luta política coletiva que, não raramente, desemboca na disputa individual por cargos em detrimento da defesa de causas. E exemplos não faltam.

O inaceitável desequilíbrio da representação parlamentar na Câmara Federal, que usurpa do Estado quatro cadeiras no Congresso, é um bom exemplo da dificuldade de conjunção de esforços para enfrentar desafios comuns. Mesmo que esta Assembleia e o Executivo tenham ingressado em juízo, francamente, jamais se conseguiu mobilização política suficiente para corrigir essa distorção. Do mesmo modo, a não compensação das perdas decorrentes da desoneração das exportações, que fez com que o Governo Estadual ingressasse, em 2006 e 2013, com ações no STF, tendo inclusive obtido decisão favorável na última, só episodicamente, e também por iniciativas pontuais sem maior mobilização, integra a agenda política, confirmando a análise.

Consciente disso, especialmente no 2º mandato, provavelmente até surpreendendo alguns, se chegou a propor um “Pacto pelo Pará”, que aproximasse as várias correntes e partidos políticos em torno de questões estruturais. Imaginava-se que, por comportar alianças estratégicas e até circunstanciais, um pacto tivesse maior viabilidade que a “União pelo Pará” já tentada pelo ex-governador Almir Gabriel.

Entretanto, devo reconhecer que, lamentavelmente, por fatores que não cabem aqui analisar, essa hipótese também não se confirmou, aguçando diferenças e contradições, aumentando tensões. Na prática, levando a que algumas lideranças, não conseguindo disfarçar seu desespero e ansiedade pelo poder, transformassem as eleições em disputa permanente.

Senhor Presidente, Deputadas e Deputados,

Os últimos anos, e praticamente todo esse mandato, foram marcados pela grave crise econômica que assolou o País. Estudos apontam que, desde 1929, o Brasil não atravessava crise tão longa. Tivemos três anos consecutivos sem crescimento.

Face ao cuidado com as contas públicas, foi possível evitar que se repetisse, agora em função do quadro nacional, o descontrole vivido pela administração estadual no início dos anos 90.



O produto per capita brasileiro, entre os anos de 2014 e 2016, registrou uma redução acumulada de 9%, enquanto a inflação calculada pelo IBGE apontou uma elevação de 25,17%. Por outro lado, as contas públicas da União apresentaram grave descontrole, registrando déficits anuais sucessivos que superaram, em muito, a casa dos 100 bilhões de reais.

Esse cenário de colapso econômico e fiscal teve forte impacto negativo sobre as finanças dos estados e municípios e foi agravado pelo aumento do desemprego e redução da renda das famílias.

As receitas transferidas pela União, que em 2014, a preços constantes, totalizaram R\$ 6,15 bilhões, em 2017 foram de apenas R\$ 5,6 bilhões, apresentando uma redução de 10%, mostrando a “tempestade perfeita” que caiu sobre nosso País, levando ao caos os menos precavidos.

Senhoras e senhores,

Certamente alguns já me ouviram dizer a obviedade, muitas vezes desconsiderada por aqueles que se encantam e são escravos do poder, de que a história não começa quando chegamos e muito menos termina com nossa saída, daí que, felizmente, face ao cuidado com as contas públicas que já vinha sendo praticado, foi possível, com algum sacrifício mas sem desespero, evitar que se repetisse, agora em função do quadro nacional, o descontrole vivido pela administração estadual no início dos anos 90, quando o



Foi possível levar em frente o esforço de construção de uma estratégia que tivesse como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

ICMS apresentava comportamento pífio e declinante, o inchaço da máquina consumia quase toda a receita com pessoal e o pagamento de dívidas consumia valor equivalente ao gasto com a manutenção dos serviços, conforme é possível extrair das próprias mensagens de Governo apresentadas nesta casa, naquela época.

Assim, mesmo diante da crise, foi possível levar em frente o esforço de construção de uma estratégia e um modelo de desenvolvimento que tivessem como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas. Tal fato ensejou parcerias estratégicas com várias instituições e organismos multilaterais, dentre os quais PNUD, PNUMA, ONU-Habitat, ILANUD, UNICEF, além de IFC, CAF, BID e muitas organizações não governamentais, que contribuíram para a formulação de um conjunto de referências que desaguaram no Pará Sustentável, englobando o Pará 2030, o Pará Social e o Pará Ambiental, e na Lei da Sócio-economia, que dá conformidade a toda estratégia e foi recentemente aprovada por esta Casa. E quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, agradecer publicamente a todas as senhoras e senhores que contribuíram para isso.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Não acredito em Governo que não tem aspirações de natureza filosófica que dê sentido à sua própria existência. Assim, partindo da noção de que uma sociedade é tanto mais moderna quanto

mais se retiram os limites externos ao exercício da cidadania e o cidadão é capaz de se impor limites, e consciente de que, para tanto, faz-se necessário, e não apenas por razões éticas, reduzir pobreza e desigualdade, assumiu-se essa questão como desafio permanente e principal propósito do Governo. Nesse sentido, ainda que estejamos muito longe do que seria desejável, fico feliz em informar que o Pará, em 2010, tinha 32% da sua população classificada como vivendo na extrema pobreza e, em 2016, esse número caiu para 18,6%. Do mesmo modo, o Índice de Gini-Renda, que é um indicador de concentração e à medida que se aproxima de um significa maior desigualdade, também caiu de 0,62 em 2010, para 0,53 em 2016.

Tornar o Estado base material de vida digna para os que aqui nasceram ou para cá vieram em busca da felicidade, ao tempo que se preserva sua condição natural de grande prestador de serviços ambientais, tornou-se objetivo inegociável.

Para isso, como se verá, buscou-se construir e implementar as bases para o que resolvemos chamar de Tripla Revolução, entendendo ser esse o caminho que nos levará a uma sociedade economicamente próspera, ambientalmente sustentável e socialmente livre.

Uma Revolução pelo Conhecimento, que contribua para apropriação e utilização do saber universal para resolver nossas questões específicas, ao tempo que valoriza e reveste o saber local de condições que possam lhe permitir apropriação universal.

Uma Revolução pela Produção, que retire o conceito de produção dos manuais de economia e lhe insira no manual da vida. Rompendo com a ideia boba de que somos um grande vazio e, logo, tudo que para cá venha deve ser festejado como se fosse aceitável produzir qualquer coisa, a qualquer custo e de qualquer jeito.

E, finalmente, uma Revolução pela Gestão, que introduza novas formas de governança, fortaleça o pertencimento coletivo e a noção

da coisa pública como algo que não se confunde com o privado e é maior que o Estado. Algo financiado por todos e que, portanto, todos têm o direito de usar, mas também o dever de cuidar. Pré-condição fundamental para uma gestão regionalizada integradora, que facilite a governança compartilhada e um ambiente propício à participação e à inovação.

Senhoras e senhores,

Devo dizer que tudo o que foi realizado, com seus acertos e erros, o foi com esses fundamentos e é à luz deles que gostaríamos de analisar os fatos e feitos.

Senhor Presidente,

Quanto à gestão e governança, foi necessário aprofundar algumas práticas iniciadas no Governo Almir Gabriel, avançando no controle dos gastos e na busca de novas receitas, para evitar que voltássemos a um tempo que o Governo precisava contrair empréstimos para pagar o salário dos servidores. Só no ano de 1993, conforme mensagem apresentada nesta Casa, foram realizadas três operações de crédito, conhecidas como ARO, para antecipação de receita orçamentária e, mesmo assim, os salários referentes ao mês de dezembro daquele ano só foram pagos em 94.

Com objetivo de tornar o equilíbrio fiscal um valor social, muitas foram as medidas adotadas e destaco que algumas delas, até inovadoras, contaram com a imprescindível participação desta Casa, à qual mais uma vez agradeço em seu nome, Senhor Presidente.

Lembro, por exemplo, a proposta de se instituir as taxas de fiscalização sobre recursos minerais e hídricos aprovadas por este Parlamento, e que foram medidas justas e corajosas tomadas pelo Governo na defesa do Estado, mesmo que, ainda hoje, uns poucos tentem desqualificá-las, por não as compreenderem ou por razões políticas indisfarçáveis.

Na mesma direção, destaco os ajustes feitos na previdência, que representam um primeiro passo no sentido de buscar um equilíbrio futuro. Ressalto, ainda, o apoio a diversas medidas administrativas, dentre as quais algumas tomadas já em 2014, quando percebemos que a crise se avizinhava. Todas elas foram vitais para que chegássemos onde chegamos e como chegamos.

Senhor Presidente,

No que se refere à gestão, os resultados, que divido com os senhores e cada paraense, demonstram por si o acerto das ações implementadas, muitas vezes amargas, mas, indiscutivelmente, necessárias.

Graças a elas, nosso Estado, pelo quarto ano consecutivo, foi avaliado pela Secretaria do Tesouro Nacional com conceito A, dividindo essa posição, que é a mais alta, apenas com mais um estado brasileiro.

No mesmo sentido, em 2017, último ano que a informação foi divulgada para os estados, fomos destacados com o 4º lugar no Índice de Liberdade Econômica Estadual, da reconhecida Instituição Mackenzie, que indica os melhores estados para se investir. Por outro lado, infelizmente, segundo a Heritage Foundation, em dados divulgados já em 2018, o Brasil ocupa a 153ª posição, atrás de países como a Nicarágua e o Haiti.

Nosso Estado, pelo quarto ano consecutivo, foi avaliado pela Secretaria do Tesouro Nacional com conceito A, dividindo essa posição, que é a mais alta, apenas com mais um estado brasileiro.





Buscar o equilíbrio fiscal como um valor importante, evitando que se volte a um passado onde alguns políticos deviam pensar como velhos reis que imaginavam “O Estado sou Eu”.

Reduzimos nossa dependência em relação às transferências federais, que chegaram a representar quase metade das nossas receitas e, hoje, somam apenas um terço, garantindo maior liberdade e independência ao nosso Estado.

E, ainda, conseguimos um dos menores níveis de endividamento do País, uma vez que, mesmo considerando as operações de crédito aprovadas pelos senhores, a dívida do Estado representa apenas 9% da receita corrente líquida, enquanto a legislação permite que seja de até 200%.

Senhoras e senhores,

Ao apresentar tais resultados, longe de mim pretender autopromoção. Por infinitas vezes já disse e repeti da minha crença de que quem constrói e transforma a sociedade é a própria sociedade e o grande protagonista é o cidadão, que paga impostos e escolhe seus dirigentes e representantes. Faço tais referências no sentido de contribuir para que cresça entre nós o sentimento da responsabilidade coletiva. Para que cada vez mais assumamos o equilíbrio fiscal como um valor importante, evitando que se volte a um passado onde alguns políticos deviam pensar como velhos reis que imaginavam “O Estado sou Eu”.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Devo destacar que, em decorrência da legislação vigente, a manutenção do equilíbrio fiscal do Pará exige esforço maior que

o necessário para a maioria das demais unidades federativas. E explico: face à desoneração das exportações, a nossa base tributável representa apenas 70% do PIB, enquanto a média dos demais estados é de 90%. Logo, tendo menos o que tributar, temos que atender às mesmas obrigações que são comuns a todos os estados brasileiros. E isso deve estar presente em qualquer avaliação sobre o nosso Pará.

Num cenário que resultou no empobrecimento do País em quase 10%, conforme já mencionado, compatibilizar despesas com a redução da arrecadação decorrente do encolhimento da economia, num momento em que o desemprego e a diminuição da renda das famílias lhes impõem demandar mais os serviços públicos, é tarefa quase impossível e sempre desconfortável, até por muitas vezes servir de matéria-prima para o proselitismo e crítica fácil de irresponsáveis. E aqui quero, publicamente, agradecer a cada um e a toda a equipe de Governo que dividiu conosco momentos silenciosamente difíceis.

Diante do risco de atrasar o pagamento dos servidores, ou desativar serviços essenciais, como aconteceu em outros estados, ainda que com pesar e correndo o risco de não ser entendido, tivemos em alguns momentos que desacelerar obras e não conceder reajuste salarial. Mas, tendo presente a questão da desigualdade, procuramos proteger os servidores que menos ganham e aumentamos o valor do auxílio alimentação que, sendo igual para todos, tem maior impacto positivo sobre as menores remunerações.

Destaque-se, ainda, que graças à política de gestão de pessoas que já vinha sendo implementada pelo Governo, no período de 2011 a 2017, os gastos com pessoal, já descontada a inflação, tiveram um crescimento real de 37,79%, enquanto o número de servidores cresceu apenas 5,9%, aumentando a remuneração média, que passou de R\$ 4.563,04, em 2010, para R\$ 5.936,30, em 2017, e é a 11ª maior do Brasil. E aqui faço questão e aproveito para

agradecer a todos que fizeram do serviço público não apenas um emprego, mas uma escolha de vida.

Senhor Presidente, senhoras e senhores,

Não precisamos realizar demissões em massa.

Não precisamos atrasar salários.

Não precisamos fechar serviços.

O sucesso na construção de novas fontes de receita e a firme gestão dos gastos não tiveram o condão de nos poupar da crise que, como já mencionamos, foi geral e profunda; entretanto, garantiram que superássemos os seus piores momentos em condição menos dramática que a maioria dos estados e isso é inquestionável, mesmo para os que teimam em negar a realidade. Por isso, sou eternamente grato a Deus e aos paraenses por terem me permitido estar governador em tempos de tanto aprendizado.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

A prioridade no tratamento da coisa pública, através da busca de maior eficiência e efetividade, se destaca com a implantação dos Centros Regionais de Governo em Santarém e Marabá que, mais do que resgate formal de um compromisso de campanha, se reveste de grande e boa ousadia de evoluir na direção de uma governança regional compartilhada, com a maior participação dos municípios e envolvimento das sociedades locais.

E aqui desponta claramente o papel e a necessidade de se agregar à noção e implementação dos “municípios verdes”, um conceito novo e mais abrangente: o de “Municípios Sustentáveis”, o que exigiu a implantação da Secretaria Extraordinária com esse

A prioridade no tratamento da coisa pública, através da busca de maior eficiência e efetividade, se destaca com a implantação dos Centros Regionais de Governo em Santarém e Marabá.



fim, num momento em que os municípios brasileiros, com raríssimas exceções, estavam sem receitas e mergulhados em dívidas. E aqui reforço a necessidade de aprovação do projeto de lei que trata da dívida dos municípios para com o Estado, os quais amargam a triste condição de não poder responder a demandas e expectativas mínimas da população.

Senhor Presidente, Deputadas e Deputados,

Na área da gestão e governança o legado é inquestionável e desconforta aqueles que, sem ter o que propor, apostam na destruição da autoestima da nossa gente para sustentar um discurso velho e vazio de mudança. Já na construção das bases para uma revolução pelo conhecimento, conquanto os resultados sejam mais de médio e longo prazo, não é possível deixar de ver as sementes plantadas, como mostraremos a seguir.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Poucos ousam duvidar de que o mundo está vivendo o mais acelerado processo de transformações de que se tem notícia.

A chamada quarta revolução desafia cotidianamente os mais audaciosos filmes de ficção, nos colocando em permanente surpresa diante do que está se configurando como um novo mundo. O desafio de como integrarmos, individual e coletivamente, um tempo que sinaliza com o desaparecimento de grande número das pro-



Estratégia de interiorização demonstrada com a construção dos hospitais regionais e implantação do curso de medicina em Santarém e também em Marabá.

fissões que conhecemos, e destroça conhecimentos que forjaram nossas verdades e convicções, é global e não podemos pensar isso como algo secundário, mesmo diante de tantas questões imediatas.

É neste cenário, ainda que diante de carências e insuficiências, que não podemos apenas continuar fazendo “mais e melhor do mesmo”. Devemos dedicar atenção para o que está por vir que, muitas vezes, está mais próximo do que imaginamos, ou até mesmo já até chegou e não vimos.

Nessa perspectiva, o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação cada vez mais se constituem elementos estratégicos para a vida pessoal e a construção das sociedades. Assim, procuramos dividir as ações de Governo para responder a essas preocupações.

Por um lado, considerando a necessidade de estruturar um sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação em bases institucionais sólidas e sustentáveis, buscou-se implantar uma infraestrutura física que lhe desse apoio. Avançamos na construção do Parque Tecnológico do Guamá (PCT) que, com um investimento de R\$ 80 milhões, hoje já abriga laboratórios com equipamentos de ponta e pesquisadores formados em renomadas instituições do Brasil e do exterior. O PCT- Guamá é o primeiro do gênero no Norte do Brasil e tem entre suas missões contribuir, dando suporte, à passagem de uma matriz econômica fortemente extrativista a uma economia do conhecimento de base científico-tecnológica.

Ao mesmo tempo, buscou-se constituir um marco regulatório que institucionalizasse e disciplinasse essa área tão importante e esta Casa aprovou a Lei Estadual da Inovação. Já estão implantados os programas “Pará Profissional”, “InovaPará” e “BioPará”, enquanto a FAPESPA ampliou e disciplinou a concessão de bolsas de estudo e financiamento de pesquisas.

Na perspectiva de tornar o Estado um produtor de informações e conhecimento que auxilie na gestão e governança, além de permitir incentivar e organizar melhor a produção, o Governo implantou o Centro Integrado de Monitoramento da Amazônia (CI-MAM), avaliado por muitos especialistas que o conhecem como um dos mais modernos ou, mesmo, o mais moderno de Brasil.

Conforme já mencionado, a realização de uma revolução pelo conhecimento exige ações em vários campos, que acelerem a produção, difusão e aplicação desse conhecimento. Nessa direção, a Universidade Estadual, que entre 2013 e 2017, teve ampliado o número de professores/doutores em 67%, e já conta com 500 mestres e 300 especialistas, ofereceu em 2017 mais de 4 mil vagas nos seus vários cursos de graduação, ampliando em 14% a oferta do ano anterior, ao tempo em que ofertou também mil vagas na pós-graduação.

Avançando na estratégia de interiorização, inquestionavelmente demonstrada com a construção dos Hospitais Regionais e implantação do curso de medicina no Oeste do Estado, em Santarém, se reproduziu o processo no Sul e Sudeste do Pará, implantando o curso de medicina também em Marabá, o qual está ganhando novas e modernas instalações, e indo além pedagogicamente, com a implantação do primeiro mestrado em cirurgia e pesquisa experimental.

Sr. Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, Senhoras e Senhores,

Nunca é demais lembrar, até pra agradecer a Deus e a todos que têm nos ajudado nessa jornada, que isso não se realizou em tempos de tranquilidade econômica e fiscal; pelo contrário.

Mesmo assim, considerando a essencialidade do conhecimento e educação básica, em 2017, foram matriculados mais de 500 mil alunos na rede pública estadual, sendo mais de 300 mil no ensino médio e 200 mil no ensino fundamental, indicando, ainda, a necessidade de se avançar na municipalização.

Em valores constantes, mesmo num cenário de redução de receitas, os gastos com pessoal nessa área, que representam em média mais de 80% do total de despesas, cresceram de R\$ 2,6 bilhões de reais, em 2013, para R\$ 2,9 bilhões, em 2017; enquanto o custeio, no mesmo período, também se elevou de R\$ 440 milhões para R\$ 560 milhões, demonstrando uma prioridade que também se nota no fato dos gastos em educação estarem superando em quase 2 pontos percentuais o limite constitucional de 25% da receita.

Ressalto que, não sem dificuldades e às vezes até com resistências e turbulências, procuramos avançar na educação básica, tendo como um dos pilares o Pacto pela Educação.

Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Pacto é a maior iniciativa já realizada pelo Estado para melhorar a educação básica. A partir de ações dirigidas à qualidade do ensino, capacitação de professores, aperfeiçoamento do currículo e à melhoria da infraestrutura escolar, mobiliza recursos que superaram em muito R\$ 700 milhões.

O projeto inova ao compartilhar ações entre os níveis de Governo, a iniciativa privada e a sociedade civil e, exatamente por isso,

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas (INEP), em 2016 a taxa de reprovação caiu, chegando a 11%, menor, inclusive, que a média nacional de 12%.



tem uma implementação bastante complexa. Lançado em 2013, quando inclusive foi implantado o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE), para aferir a proficiência em português e matemática dos alunos da rede estadual, só a partir de 2016 começou a mostrar resultados quantificáveis.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas (INEP), em 2016 a taxa de reprovação caiu, chegando a 11%, menor, inclusive, que a média nacional de 12%, enquanto observou-se também uma diminuição da evasão escolar e um aumento no último IDEB, quando o Pará cresceu mais que a média nacional, apesar da nota 3,1 estar longe do desejável.

Com objetivo de consolidar e acelerar tais resultados, foram desenvolvidos diversos projetos multidisciplinares, no sentido de melhorar a qualidade do ensino, corrigir desvios e distorções, incentivando o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos da rede. Dentre eles, destaco alguns para indicar o esforço de articular ações para acelerar resultados.

O Projeto Mundiar, implantado em 2014 em parceria com a Fundação Roberto Marinho, visa diminuir a distorção série/idade e atendeu, em 2017, mais de 27 mil alunos em 105 municípios.

O Programa Ensino Médio Inovador, que procura melhorar o aprendizado com atividades complementares em ciências, cultura, lazer e leitura, atendeu 41 mil alunos.



Quando assumimos o Governo pela primeira vez, o Pará dispunha de apenas três grandes hospitais públicos, todos localizados em Belém.

O Projeto Jovem do Futuro, em parceria com Instituto Unibanco, busca incentivar a gestão escolar participativa para melhorar aprendizado e está presente em 46 municípios, atendendo mais de 70 mil alunos.

O ProPaz ENEM atendeu mais de 40 mil alunos desde 2015, com aulas em todos os polos do estado, reforçando o aprendizado para aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que contribuiu para o ingresso de 2 mil alunos da rede pública estadual em universidades públicas.

Sem falar no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em parceria com o Governo Federal, que realizou formação continuada de mais de 2 mil profissionais que atuarão com crianças de 4 a 8 anos nos municípios que aderiram, atingindo 32 mil alunos da rede estadual e mais de 600 mil das redes municipais. São experiências que estamos atestando resultados.

Na educação profissionalizante, em 2017, foram ofertados 35 cursos técnicos em 23 unidades escolares, para o que foi importante destravar e avançar na conclusão de escolas de altíssimo padrão mas que, por problemas burocráticos e administrativos, estavam com suas obras paralisadas como as Escolas Tecnológicas de Santarém e Vigia.

Para dar suporte físico à implementação de toda a estratégia pedagógica, atualmente sob gestão da SEDUC, que inclusive ganhará nova sede, estão em andamento mais de 100 obras de cons-

trução, reforma e ampliação de unidades escolares que abrangem, aproximadamente, 1.200 salas de aulas.

Finalmente, restaria tratar dos passos dados na construção da Revolução pela Produção, entendida como proteção, produção e reprodução da vida.

No sentido de evitar sofrimento e tratar das pessoas, certamente é impossível não notar os avanços obtidos na área da saúde, tanto no que se refere à prevenção e atenção básica como, particularmente, no atendimento de média e alta complexidades.

No que se refere à saúde da criança, reduzimos as mortes evitáveis de recém-nascidos de 13,9 por mil nascidos vivos, em 2002, para 10,5 em 2016. E de crianças menores de 5 anos, de 34,9/1.000 em 2002, para 14,8 em 2016, cumprindo as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidas para esse quesito.

Quanto à malária, na Amazônia não se desconhece como essa doença maltrata nossa gente, e no Pará não é diferente. Entretanto, diante dos 180 mil casos registrados em 2010, se tem obtido expressivas reduções e, em 2017, foram registrados 37 mil casos que, se ainda representam um índice muito alto, em nada se compara ao ponto de partida, nos desafiando a ir muito além.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Certamente nenhum resultado foi tão expressivo quanto o decorrente dos investimentos em média e alta complexidades.

Recordo que quando assumimos o Governo pela primeira vez, o Pará dispunha de apenas três grandes hospitais públicos: a centenária Santa Casa, o Hospital de Clínicas Gaspar Viana e o Hospital Ophir Loyola, todos localizados em Belém.

Desafiando a voz comum de que era impossível levar saúde de média e alta complexidades para o interior do estado, concluímos o primeiro mandato com cinco novos hospitais regionais, que hoje somam 14 e, até final do ano, devem chegar a 21, dando cobertura a todas as grandes regiões e agregando ao sistema público de saúde 2 mil leitos em diversas especialidades.

Devo, porém, destacar ainda que é gratificante constatar e compartilhar com as senhoras e os senhores que, hoje, alguns anos depois, entre os 10 melhores hospitais públicos do Brasil com certificação ONA 3, que é o mais alto indicativo de qualidade, dois estão em nosso estado. Refiro-me aos hospitais regionais do Baixo Amazonas e de Altamira, que fazem parte do primeiro grupo implantado. Por outro lado, vários outros, inclusive nossa querida Santa Casa, já estão certificados buscando galgar posição, enquanto outros estão em fase de certificação.

Avançamos também na prestação e descentralização dos serviços. Com a criação do Centro de Hemodiálise Monteiro Leite, em Belém, e a ampliação de vagas em vários municípios estratégicos, reduzimos muito a espera dos pacientes que dependem desse serviço e continuamos investindo para ampliar a oferta.

Por outro lado, transplantes agora são efetuados em 14 unidades hospitalares, abrangendo as regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará e Guamá, tendo sido realizados, após 2011, mais de mil cirurgias de rim e córnea. E o tratamento oncológico, que só era realizado em Belém, está hoje disponível na rede pública em Tucuruí e Santarém e deverá também ser instalado em Castanhal.

Certamente, mesmo com esses resultados e aplicando acima do limite constitucional, nada disso permite concluir que tenhamos atingido o estágio desejado no que se refere à saúde pública, até por saber que particularmente numa realidade ainda marcada pela pobreza e desigualdade, essa é uma área crítica que se debate in-

Concluímos o primeiro mandato com cinco novos hospitais regionais, que hoje somam 14 e, até final do ano, devem chegar a 21.



clusive com um sistema de financiamento incapaz de sustentar as demandas da sociedade. Todavia, isso não pode invalidar o esforço feito e os resultados obtidos.

Quanto ao saneamento, apesar dos investimentos realizados, como bem exemplificam os novos sistemas de abastecimento d'água de Marabá e Itaituba, assim como o projeto transformador de saneamento da Bacia do Tucunduba, os resultados não são tão animadores e ainda precisamos avançar muito para alcançar padrões aceitáveis.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, senhoras e senhores,

Se na saúde os resultados são animadores, diferenciando o Pará no cenário nacional, diverso é o quadro quando se trata de outro componente importante na proteção à vida. Me refiro ao grande desafio que hoje alcança todo o País, que é a segurança pública.

É absolutamente inegável a escalada da violência no Brasil, bem como o crescimento do tráfico de drogas que se espalhou nos grandes centros e vem se apropriando de núcleos populacionais menores reconhecidamente tidos como pacatos.

A gravidade e complexidade desse quadro nacional que alguns, para satisfazer desejos políticos eleitorais tentam, irresponsavelmente, caracterizar como particularidade do nosso estado, despontam claramente quando refletimos sobre o fato de que Altamira



O Governo aumentou o volume de recursos aplicados anualmente na segurança pública em mais de R\$ 500 milhões, descontada a inflação do período.

foi identificada como o município mais violento do Brasil, enquanto, dentre os 30 municípios menos violentos, 29 estão localizados no Sul e Sudeste do País e o único, repito, o único situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é Cametá, como que por ironia também aqui no Pará.

Senhoras e senhores,

Como não se perguntar o que diferencia Altamira de Cametá? Ambos são ribeirinhos. O número de habitantes não é tão diferente. Estão no Pará. O sistema de segurança que os atende é o mesmo, com um agravante contra os que tentam fazer espalhafato com questão tão séria: o efetivo e aparato policial de Altamira é bem maior que o de Cametá.

Por que Altamira registrou mais de 100 homicídios por cem mil habitantes e Cametá pouco mais de 10?

Deputadas e Deputados, fiz questão de usar esse exemplo para mostrar o quão complexo é o quadro que caracteriza esse aumento da violência, que, lamentavelmente, alguns, por motivação nada respeitável, tentam tratar de forma sensacionalista, sem considerar o quanto suas atitudes acabam por contribuir para aumentar mais ainda o que, hipocritamente, dizem querer resolver.

Reagindo a esse cenário, mesmo na crise, o Governo aumentou o volume de recursos aplicados anualmente na segurança pública em mais de R\$ 500 milhões, descontada a inflação do período,

elevando de R\$ 2,153 bilhões em 2012, para R\$ 2,674 bilhões em 2017, dos quais 65% foram destinados a pagamento de pessoal.

Com objetivo de melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho, já foram incorporadas ao sistema de segurança 67 novas Unidades Integradas ProPaz em todas as regiões do estado, e estão em construção mais sete unidades. A frota de veículos, que conta com renovação permanente, dispõe hoje de seis helicópteros e o sistema de segurança já abriga mais de 25 mil servidores, sendo a maior parte na Polícia Militar.

Senhoras e senhores,

Com objetivo de ampliar o efetivo, bem como compensar a redução decorrente do grande número de aposentadorias resultantes da expectativa de mudança no regime previdenciário, está em andamento a admissão de três mil policiais civis e militares, além de bombeiros, que nesse momento estão em processo de treinamento e formação.

Mas devo confessar que as respostas têm sido inferiores ao esforço, sugerindo que estamos diante de um daqueles problemas que só uma grande cruzada de dimensão nacional, envolvendo as três esferas de governos, todos os poderes e, sobretudo, a própria sociedade será capaz de barrar essa escalada que ceifa vidas e sonhos.

O desafio esta posto!

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Interligar caminhos, melhorar circulação, fortalecer a produção regional e salvar vidas também fizeram com que a recuperação e reconstrução de nossa malha viária tivesse especial atenção. Fo-

ram 1.750km de rodovias pavimentadas ou recuperadas. Destaco a PA-154, do rio Camará ao município de Cachoeira do Arari, no Marajó; a PA-481, trecho que vai do entroncamento da PA-151 à Vila dos Cabanos, em Barcarena; a PA-125, localizada no município de Paragominas, na Região Rio Capim; a PA-242, que liga a estrada da Vigia à Rota Turística, passando por Castanhal; e a PA-255, que se constitui na primeira rodovia pavimentada na margem esquerda do Rio Amazonas, dentre tantas outras. Complementando, lembro o amplo programa de construção de pontes e substituição de pontes de madeira por concreto que está em andamento em todas as regiões e garantirá a construção de quatro mil metros de pontes de concreto.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

A compreensão de que mesmo na Amazônia e aqui no Estado a população urbana cresce rapidamente e que esse crescimento revela uma migração que aumenta as interações socioculturais, nos fez ter um olhar especial no sentido de garantir o acesso à habitação segura e à infraestrutura de mobilidade urbana.

O programa Asfalto na Cidade, que se transformou numa marca, nos últimos anos, já pavimentou 1.200km de vias urbanas, alcançando todas as regiões do estado e mudando a paisagem de muitas de nossas pequenas cidades.

Ainda na Agenda Urbana, no sentido de integrar e facilitar a mobilidade na Região Metropolitana, foram entregues as avenidas Perimetral e Independência, contribuindo para integração metropolitana, e nos próximos meses, o prolongamento da Avenida João Paulo II contribuirá para facilitar a entrada e saída de Belém, além de integrar a vida da cidade à região onde se localiza o Parque do Utinga.

Internalizar riquezas e construir um Pará Sustentável, com mais empregos, oportunidades, mais renda para nossa gente, nos levou a implementar ações visando o estímulo à atração de investimentos.



O programa Cheque Moradia, que também já se transformou em marca do Governo, melhorando a vida dos que mais precisam, já atendeu 45 mil famílias, sem incluir as beneficiadas no nosso primeiro mandato.

No sentido de garantir segurança jurídica da propriedade, reduzindo conflitos, o Programa de Regularização Fundiária, sob a gestão integrada da COHAB e ITERPA que, diga-se de passagem, ganhou nova e moderna sede, entregou mais de 8.000 títulos nas áreas urbanas e rurais, beneficiando milhares de pessoas, reconhecendo direitos de populações tradicionais e enfrentando a desorganização fundiária decorrente, em grande parte, da intensificação da nossa ocupação pós década de 70.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

Internalizar riquezas e construir um Pará Sustentável, com mais empregos, mais oportunidades, mais renda para nossa gente, nos levou a implementar uma série de ações visando o estímulo à atração de investimentos. A desburocratização do processo de abertura de empresas, a concessão de crédito, o incentivo fiscal, a simplificação do licenciamento ambiental, a gestão do setor da mineração foram algumas das linhas de atuação do Governo do Estado nessa direção.



Nossa gastronomia rompe fronteiras e tem trazido ao estado eventos que reforçam a condição natural de nos transformar num grande centro global.

Ressalto a importância do Turismo na nossa matriz sociocultural e econômica pois, como frequentemente repito, o Pará é a melhor síntese da Amazônia e por meio do turismo, além do fomento econômico, podemos elevar a autoestima e gerar o sentimento de pertencimento coletivo, tão necessário à construção de uma sociedade moderna.

Todavia, nada é mais próprio e particular a qualquer povo que sua cultura e, quanto a isso, nosso estado tem marcas históricas e traços que atravessam o tempo e povoam nossos corações e mentes. São aromas, sabores e sensações que só quem vive o Pará é capaz de sentir. Nossa gastronomia rompe fronteiras e tem trazido ao estado eventos que reforçam a condição natural de nos transformar num grande centro global, como bem demonstra a escolha de Belém, pela UNESCO, como Cidade Criativa da Gastronomia.

Nas artes, a Feira Pan-Amazônica do Livro já se consolidou como um momento de celebração e intercâmbio cultural. Enquanto os diversos festivais de música vêm revelando nossos talentos e inclusive, no ano passado, acabaram por contribuir para um reconhecimento que deve nos orgulhar a todos, que foi a escolha da nossa Orquestra Sinfônica como a melhor do Brasil, título até hoje apenas concedido à reconhecida Orquestra Sinfônica de São Paulo.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados,

No permanente esforço de reconhecer e promover nossos valores e diversidade regional, recentemente entregamos o Carajás - Centro de Convenções, em Marabá, e até o final do ano será concluído o Ginásio Poliesportivo de Santarém, o qual, certamente, à semelhança da Arena Guilherme Paraense – Mangueirinho, que há poucos dias sediou um evento de repercussão global, impressionando promotores e participantes, em breve também estará sediando espetáculos que encantam plateias e contribuem para formação de talentos.

Também em poucos meses o novo Parque do Utinga, será aberto para população, contribuindo para a valorização da nossa essência amazônica.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores, paraenses por nascimento ou de coração,

Essa longa mensagem, que talvez pode até ter sido exaustiva, contém parte do que foi realizado e, mais uma vez, repito, se aqui faço o registro, nem de longe pretendo autopromoção ou valorização do Governo. Não!

O que jamais poderia deixar de fazer era não externar minha gratidão. E essa mensagem foi a melhor forma que encontrei para agradecer. Agradecer, mostrando o que cada paraense, por meio dos impostos pagos e do voto de confiança, no anonimato e silenciosamente, ajudou a realizar num momento tão difícil da vida nacional.

O que não poderia deixar de fazer, era agradecer aqueles que, sem a arrogância e prepotência tão próprias dos obcecados pelo poder, tiveram a paciência e compreensão de muitas vezes esperar e reconhecer o que ajudaram a fazer. Por isso lhes sou eternamente grato.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Mais uma vez, quero agradecer aos membros dessa Assembleia, dividindo com todos os acertos e assumindo os erros e equívocos por ventura cometidos, lhes dizendo que, mesmos esses, foram fruto do mais genuíno desejo de fazer o melhor pela nossa gente. Do mesmo modo, agradeço ao Poder Judiciário e ao Ministério Público pelo cuidado e defesa da justiça e o compromisso com o interesse público, razões que nos aproximam e dão sentido às nossas existências institucionais.

Agradeço, também, aos Órgãos de Contas, responsáveis por acompanhar e disciplinar a aplicação dos recursos públicos, lembrando de quando, desde a primeira posse, lhes pedi que nos ajudassem a não errar. Muito obrigado pelas orientações e apoio.

Senhor Presidente,

Ao relatar o que foi feito, quero registrar que mesmo diante de desencantos e dissabores continuo a acreditar na política por entendê-la como único meio pacífico de transformação social. Agradeço aos aliados, mas também quero agradecer aos adversários, na sincera esperança de que nossas experiências tenham servido para que nos tornemos seres melhores.

Agradeço por justiça e reconhecimento a todos os servidores públicos que nos ajudaram a governar nestes tempos difíceis e re-

Essa mensagem foi a melhor forma que encontrei para agradecer o que cada paraense, por meio dos impostos pagos e do voto de confiança, ajudou a realizar.



gistro meu carinho particular à equipe de Governo que tantas vezes se superou para resgatar compromissos e garantir os direitos da nossa gente.

Amigas e amigos,

Me permitam fugir, pelo menos nesse momento, do protocolo que muitas vezes nos desumaniza. Ao relatar o que foi feito, o que quero é dizer da minha eterna gratidão a todos os paraenses que direta ou indiretamente nos permitiram viver essa experiência indescritível. Experiência que por ser tão fantástica, é capaz de levar ao esquecimento das incompreensões, injúrias, difamações e até injustiças próprias de uma prática política que o tempo certamente se encarregará de apagar.

Finalmente, quero agradecer a Deus que, na sua profunda bondade e generosidade, permitiu que um filho de imigrante, menino criado no interior, tivesse a oportunidade e o privilégio de servir seu estado e sua gente.

A todos, minha eterna gratidão.

Simão Jatene
Governador do Pará



SUMÁRIO

GESTÃO DE GOVERNO	38
Planejamento Governamental	40
Gestão Fiscal	42
Gestão Previdenciária	52
Valorização do Servidor Público	56
Comunicação Social	64
RESULTADO À SOCIEDADE	68
NA DIMENSÃO SOCIAL	71
Segurança Pública e Defesa Social	72
Promoção de Direitos Humanos	88
Educação	94
Educação Superior	104
Educação Profissional e Tecnológica	112
Cultura	116
Esporte e Lazer	124
Saúde	130
Assistência Social	150
Trabalho, Emprego e Renda	156
NA DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	161
Ciência, Tecnologia e Inovação	162
Habitação	168
Saneamento Básico	176
Transporte e Mobilidade Urbana	180
NA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	190
Meio Ambiente	192
Agricultura, Pecuária e Pesca	198
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	202

GESTÃO DE GOVERNO

IGEPREX

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

As ações de Governo têm sido pautadas por um esforço político determinado a consolidar uma agenda integrada de desenvolvimento de ordem socioeconômica e ambiental tendo como base uma governança territorial sustentável respeitando toda a diversidade e heterogeneidade histórica e social do espaço paraense.

Essa mobilização tem partido da concepção de que as condições para o desenvolvimento humano no país, e, em particular na Amazônia e no Pará, necessitam de uma mudança radical na base da organização da produção da riqueza, sob a qual devem estar associados mecanismos efetivos de internalização e da justa distribuição social da renda, e a conservação ambiental sob qualquer circunstância.

Esse pressuposto requer, por conseguinte, uma transformação dos padrões do conhecimento e da educação, e de uma garantia da igualdade de oportunidades e da proteção à vida, sob todos seus aspectos, a todos os indivíduos, especialmente àqueles mais vulneráveis, bases essenciais do fortalecimento da cidadania e do progresso humano. Sob esse prisma, a maneira de fazer e operar a política pública requer um novo paradigma de organização e de gestão de governo.

Nesse sentido é que todas as ações governamentais, e dentre essas, aquelas prioritárias, definidas e assinaladas nos instrumentos de planejamento dos **Planos Plurianual e Orçamento Anual** vêm sendo realinhadas em termos operativos sob a formulação do conceito **“Pará Sustentável”** que congrega, de forma articulada, de um lado, o plano de políticas públicas de incentivos e de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de cadeias produtivas nas diversas regiões do estado, denominado **“Pará 2030”**; e de outro lado, o conjunto integrado de políticas de proteção e

defesa social de atenção inclusiva, organizado sob a coordenação denominada **“Pará Social”**, convergindo prioritariamente para as áreas de concentração urbana e aquelas sob forte impacto do avanço das fronteiras. E toda essa cadeia integrada de políticas públicas permeia o comprometimento com a conservação ambiental e com a garantia de um desenvolvimento sustentável de territórios traduzidos pelo conjunto de ações de Governo sob a égide **“Pará Ambiental”**.

Finalmente, para garantir a harmonia e a convergência integrativas dessas ações governamentais na base territorial do município, foi instituído o programa **“Municípios Sustentáveis”**, objetivando potencializar as políticas públicas interfederativas e os instrumentos de financiamento e do planejamento do desenvolvimento sustentável municipal.

Nesse alinhamento de governança de políticas públicas, três instrumentos serão fundamentais. A **Avaliação Territorial Estratégica (ATE)**, que alinha as diretrizes e prioridades dessas políticas com a realidade e agenda de sustentabilidade local, de cada território. O **Sistema de Monitoramento Geoespacializado de Política Pública**, que terá a finalidade de conferir o desdobramento operativo e os resultados das ações governamentais na esfera econômica, social e ambiental, conforme apontado na ATE. E por fim, o **Ecossistema de Fundos Públicos e Privados**, para o qual deverá convergir o conjunto de fundos públicos em articulação com fundos privados visando compatibilizar e potencializar recursos em prol do desenvolvimento sustentável no Pará.

Por último, vale destacar nesse modelo de organização, os **Centros Regionais de Governos**, que terão o papel de intermediar essa agenda de planejamento e a operacionalização de políticas públicas nos territórios de cada região integrativa do Estado.



FÓRUM PERMANENTE DE PREFEITOS E PREFEITAS DOS MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS DO PARÁ



CENTROS REGIONAIS DE GOVERNO, EM MARABÁ E SANTARÉM



GRANDES INVESTIDORES CONHECEM, EM SÃO PAULO, O PROJETO DA FERROVIA PARAENSE

GESTÃO FISCAL

A partir do segundo trimestre de 2014, a economia brasileira passou a vivenciar, talvez, a mais profunda crise de sua história. O produto per capita brasileiro, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou, entre os anos de 2014 e 2016, uma redução acumulada de 9%, no mesmo período a inflação mensurada pelo IBGE, através do IPCA, registrou 25,17% de elevação no sistema geral de preços ao consumidor, e as contas públicas da União apresentavam grave descontrole, com registros de déficits primários sucessivos, como o de 2015 que registrou o maior déficit público da história brasileira de mais de R\$ 150 bilhões de reais. Esse cenário de colapso econômico e fiscal teve forte impacto negativo para as finanças públicas dos Estados, notadamente pela queda brutal de empregos e rendas locais, acompanhada por uma acentuada redução das receitas. No Pará, por exemplo, as receitas transferidas pela União, que em 2014 totalizaram R\$ 6,15 bilhões, registraram em 2017 R\$ 5,6 bilhões, correspondendo uma redução real de 27,15%. Hoje, a receita transferida pela União limita-se ao patamar de 32,8%, enquanto as receitas próprias, a despeito da instabilidade da arrecadação por conta da crise continuada, vêm garantindo 67,2% de toda a arrecadação do Estado.

Apesar desse cenário difícil e sem perspectivas, ainda seguras, de melhorias em curto prazo, o Estado do Pará tem mantido ao longo desse período, um permanente e firme equilíbrio fiscal e financeiro. Mas não é só isso. Também tem honrado o pagamento em dia dos salários de todos os seus servidores e garantido o funcionamento e a manutenção dos serviços básicos à população, mediante gestão vigilante e responsável de suas contas.

Medidas legais adotadas, desde 2015, relativas ao controle de despesas e de estímulos à economia visando manter a arrecadação própria em patamares compatíveis com as necessidades da manutenção da máquina pública e dos investimentos previstos nos programas de Governo, revelaram-se eficazes, tendo em vista os resultados do desempenho das contas governamentais no cumprimento dos indicado-

res e metas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), conforme será apresentado em seguida.

A instituição e o funcionamento do Sistema Integrado de Governo (SIGOV) com suas respectivas medidas de controle de gastos; a implementação de Atas de Registros de preços, que ensejaram, somente com essa intervenção, uma economia de cerca de R\$ 367 milhões nas compras licitadas pelo Estado; as medidas legais aprovadas pelos parlamentares paraenses referentes à reforma do sistema previdenciário e do sistema de assistência ao servidor são, dentre inúmeras outras, ações continuadas de controle e contenção de despesas, que têm permitido ao Governo do Estado equilibrar suas contas, mantendo continuamente positivo os indicadores de resultado primário, de comprometimento e capacidade de endividamento ao ponto de merecer, juntamente com o estado do Espírito Santo, classificação da situação fiscal com a nota A-, a melhor avaliação entre todos os Estados e o Distrito Federal, de acordo com o Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Com relação ao comportamento das contas orçamentárias de 2017, o Poder Executivo, junto com demais poderes, realizou um total de despesas da ordem de R\$ 22,5 bilhões, conforme se pode observar no Quadro 01. Desse montante, 55,1% destinaram-se ao grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais no valor correspondente a R\$ 12,4 bilhões, incluindo a folha anual de servidores ativos e inativos. No grupo de Outras Despesas Correntes, nas quais se incluem as Transferências Constitucionais aos Municípios, o gasto consumiu R\$ 8,3 bilhões, representando 37,0% da despesa total. Os Investimentos representaram um montante R\$ 1,1 bilhão, que acrescidos às Inversões Financeiras, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, correspondendo a 5,6% do total das despesas. Finalmente com o pagamento dos Juros e Encargos e mais Amortização da dívida pública foram gastos um valor de R\$ 531 milhões, equivalendo a 2,4% do total das despesas públicas no exercício.



NOTA FISCAL CIDADÃ ENTREGA MAIS DE R\$ 500 MIL EM PRÊMIOS

Em comparação com os valores registrados em 2016, constata-se uma queda real nos gastos do grupo de despesas de Pessoal e Encargos (-2,59%); nos dispêndios com a Amortização (-12,72%) e com os Juros e Encargos da Dívida (-4,81%). Em se tratando das despesas com Investimento registra-se um crescimento

real positivo de 11,64% e em relação ao grupo das Outras Despesas Correntes um crescimento de apenas 0,12%. Em termos globais, a realização orçamentária de 2017 finalizou com uma redução em torno de - 1,36%, se comparada à totalidade das despesas realizadas no exercício 2016.

QUADRO 01 -DESPESA

DESPESA REALIZADA - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO DE DESPESA 2016 – 2017							
R\$ 1.000.000,00							
GRUPO DE DESPESA(2)	VALORES A PREÇOS CORRENTES	2016			2017 (1)		VARIAÇÃO REAL (%) 2017/2
		%	VALORES A PREÇOS CORRENTES (3)	%	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (4)	11.987	55,8	12.741	55,8	12.411	55,1	- 2,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (5)	7.820	36,4	8.312	36,4	8.322	37,0	0,12
INVESTIMENTOS	938	4,4	997	4,4	1.113	4,9	11,64
INVERSÕES FINANCEIRAS	176	0,8	187	0,8	142	0,6	- 24,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	387	1,8	411	1,8	359	1,6	- 12,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170	0,8	181	0,8	172	0,8	- 4,81
TOTAL	21.478	100,0	22.829	100,0	22.519	100,0	- 1,36

Fonte: SIAFEM
Nota: - (1) 2017 - Valores Provisórios.
- (2) Os Grupos de Despesa referem-se a todos os Poderes.
- (3) 2016 Valores Constantes a preços do IPCA de 6,29%.
- (4) A Despesa Realizada referente de Pessoal e Encargos Sociais, do Poder Executivo, incluindo inativos, em 2016, foi de R\$ 9.920 bilhões e, em 2017, foi de R\$ 10.178 bilhões (Preços Correntes).
- (5) Nos valores de Outras Despesas Correntes, estão inclusos as Transferências Municipais sendo: R\$ 2.953 bilhões em 2016 e R\$ 3.030 bilhões em 2017 .

Metas e Indicadores Fiscais

O Pará é um dos poucos entes subnacionais que apresenta equilíbrio em suas finanças, quando analisado sob a ótica das duas metodologias de aferição de resultados e metas: relativos aos indicadores que compõem a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e aos indicadores pactuados no Programa de Ajuste Fiscal (PAF) - firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 112/98.

O compromisso permanente da gestão Estadual com a manutenção do equilíbrio fiscal, frente ao grave cenário econômico brasileiro, exigiu o efetivo controle sobre o fluxo de caixa do Tesouro, bem como do acompanhamento da movimentação financeira e contábil das demais fontes de recursos, tudo isso associado ao cumprimento das medidas de controle das despesas públicas, definidas na esfera da gestão estadual.

No âmbito da metodologia da LRF esse monitoramento é executado através de relatórios sistemáticos de aferição de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), de cada exercício, que abrange a aferição do comportamento da despesa líquida de pessoal do Poder Executivo comparativamente à Receita Corrente Líquida (RCL); do desempenho das operações de créditos comparado com o apurado da RCL; do resultado nominal decorrente da evolução da dívida consolidada estadual comparada à disponibilidade de caixa; do resultado primário, decorrente do balanço entre as receitas e despesas primárias para efeito de medir capacidade de solvência do estado; e o cumprimento constitucional com os gastos na área da Saúde e da Educação.

O monitoramento do comportamento de todos esses indicadores nos últimos cinco anos demonstra o cumprimento efetivo de todas as metas fiscais estabelecidas pela LRF, incluindo

o exercício de 2017, cujos resultados ratificam o continuado comprometimento da gestão estadual com o equilíbrio fiscal, conforme pode ser observado na Quadro 02.

QUADRO 02

INDICADORES FISCAIS DA LRF – 2013 – 2017						
R\$ 1.000.000,00						
Indicadores da IRF		2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Total Líquida com pessoal P. Executivo- DTP/RCL%	Realizado	47,89	45,86	47,33	44,62	45,06
	Meta	≤48,6%	≤48,6%	≤48,6%	≤48,6%	≤48,6%
Valor das Operações de Crédito Externas e Internas/RCL%	realizado	3,74	4,07	1,07	0,89	1,9
	Meta	≤16%	≤16%	≤16%	≤16%	≤16%
Resultado Nominal	Meta	39.433	125.889	515.692	-357.581	-443.592
	Realizado	435.706	809.090	277.719	701.884	725.448
Resultado Primário	Realizado	513.575	514.906	386.982	647.604	18.709
	Meta	88.323	20.945	82.057	20.306	11.554
Mínimo Anual da Aplicação da Receita Resultante dos Impostos na Manutenção – RRI e Desenvolvimento do Ensino – MDE	Realizado	26,21	25,56	26,39	26,61	26,78
	Meta	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%
Mínimo Anual do Fundeb na remuneração dos professores do Ensino Fundamental e Médio	Realizado	99,85	98,93	99,78	99,82	98,56
	Meta	≥60%	≥60%	≥60%	≥60%	≥60%
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Realizado	13,49	12,97	13,66	13,9	14,89
	Meta	≥12%	≥12%	≥12%	≥12%	≥12%

Fonte: Base de dados do SIAFEM
Obs.: Dados 2017 provisórios: RCL 2017= R\$18,026 bilhões / RRI 2017=R\$14,488 bilhões / Receita FUNDEB 2017= R\$ 2,179 bilhões

No que se refere às despesas líquidas com pessoal do Poder Executivo (excluídas decisões judiciais, despesas de exercícios anteriores e recursos vinculados de inativos e pensionistas), o gasto do Estado, em 2017, no valor de R\$ 8,1 bilhões, limitou-se a 45,06% do valor da Receita Corrente Líquida (RCL), equivalente a R\$ 18 bilhões, portanto, abaixo do limite legal máximo de 48,60% e até mesmo do limite estabelecido como prudencial de 46,17%. Com efeito, trata-se de um resultado que acompanha a mesma tendência de controle dos anos anteriores, desde 2013, conforme se observa no Quadro 02.

O montante das operações de crédito, internas e externas, contratado em 2017, quando comparado ao valor da RCL do exercício, registrou um percentual de 1,90 da receita líquida, e tal como nos anos anteriores, proporção muito abaixo do limite máximo de até 16,0%, conforme preceitua a LRF.

Com relação ao resultado nominal (que mede a evolução da dívida fiscal, deduzida da disponibilidade de caixa em determinado período), observa-se que, não obstante uma meta fixada de evolução no montante de R\$ 725,4 milhões, o resultado evidenciou uma

regressão desse endividamento da ordem de R\$ 443,5 milhões. Esse resultado, tal como já registrado em 2016, decorre de um conjunto de fatores, a exemplo da própria redução da dívida consolidada, sob efeito de encerramento de contratos e renegociação de condições e prazos de pagamento, e, de outro lado, do aumento, no exercício, da disponibilidade de caixa, que teve um desempenho superior em relação aos anos anteriores.

Por sua vez o resultado primário que a assinala a capacidade de solvência do Estado, ao comparar o conjunto de receitas primárias frente às obrigações de despesas no exercício, apresentou, em 2017, superávit da ordem de R\$ 18,7 milhões acima da meta fixada pela LDO. Observa-se que, embora superavitário, se comparado aos anos anteriores, registra-se uma redução desse resultado, decorrente de mudanças legais que induziram a exclusão de algumas receitas para efeito de cálculo.

Quanto aos limites constitucionais para saúde e educação, fixados em 12% e 25%, respectivamente, das Receitas Resultantes de Impostos (RRI), os resultados apurados, no exercício de 2017, foram de 14,89% para a Saúde e 26,78% para educação, cumprindo, portanto,

as metas acima dos limites fixados, e ratificando a mesma tendência dos anos anteriores na aplicação prioritária dos gastos com essas áreas de governo, conforme se demonstra no Quadro 02.

Finalmente, registra-se o continuado comprometimento da aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB, sempre acima dos limites mínimos estabelecidos de 60%, com a remuneração dos professores do ensino fundamental e médio. Em 2017, assim como nos anos anteriores, do montante realizado de R\$ 2,2 bilhões, não menos que 98,56% foram inteiramente comprometidos com as despesas salariais desses servidores da educação.

Em se tratando do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), observa-se que os indicadores e metas de cumprimento envolvem, em todos os casos, a avaliação das despesas de todos os poderes e

uma metodologia de cálculo diferenciada daquela utilizada para a aferição dos indicadores fiscais da LRF. Dentre esses indicadores pactuados no PAF vale assinalar, contudo, aqueles mais importantes que refletem o continuado comprometimento da gestão estadual com o equilíbrio de suas contas, na mesma direção que apontam os indicadores da LRF, conforme se pode conferir no Quadro 03.

É o caso do indicador de gasto de pessoal para o conjunto dos poderes em comparação a RCL. Para este caso, tanto as despesas como as receitas são apuradas e calculadas de maneira diferenciada, mas a tendência dos resultados é a mesma em relação à LRF. Para um limite de 60% da RCL, estabelecido como meta máxima do gasto total com pessoal, o resultado do exercício de 2017 alcançou 54,67%, acompanhando o mesmo ajustamento dos anos anteriores.

QUADRO 03

INDICADORES FISCAIS DO PAF – 2013 / 2017

R\$ Milhares

Indicadores FISCAIS		2013	2014	2015	2016	2017
Dívida Financeira / RLR * Dívida Financeira / RCL	Realizado	0,25	0,25	0,23	0,21	0,2098
	Meta	≤1	≤1	≤1	≤1	≤2
Resultado Primário - Valor mínimo (em Milhões)	Realizado	41	-60	54	107	218
	Meta	46	20	24	38	9,11
Pessoal / RCL - Valor máximo (em %) *Pessoal - Não ultrapassar em 2017 o Limite definido no art. 19, inciso II da LRF.	Realizado	56,46	56,03	56,99	57,42	54,67%
	Meta	≤60%	≤60%	≤60%	≤60%	≤60%

Fonte: Base de dados do SIAFEM
OBS: Resultados sujeitos a avaliação da STN

O resultado primário, sinalizador da capacidade de solvência do Estado, monitorado sob a metodologia de cálculo e aferição do PAF, atingiu um resultado superavitário de R\$ 218 milhões. Nota-se que, à exceção do ano 2104, quando se registrou um resultado negativo por conta dos impactos imediatos da crise iniciada naquele ano, o controle fiscal foi retomado e os resultados vêm superando as metas estabelecidas.

Por fim registra-se o indicador que demonstra o nível de comprometimento das receitas

com a evolução do endividamento estadual. Esse indicador é medido pela comparação relativa entre o total da dívida consolidada e a RCL. Isso significa que o valor da dívida estadual terá o limite igual ou menor a duas vezes o valor da RCL, para o ano 2017. Para os anos anteriores, essa relação era igual ou menor de uma vez o valor da RCL. Como se observa no Quadro 03, os resultados, inclusive o de 2017, vêm registrando cumprimentos muito abaixo das metas estabelecidas.

Capacidade de Endividamento do Estado

Esses indicadores revelam a margem de endividamento da gestão governamental tendo em vista a capacidade de absorção, pelas contas governamentais, de novas operações

de crédito. Essa margem é aferida pelo resultado comparativo entre os limites legais estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e o percentual de compro-

metimento da RCL com relação às seguintes variáveis: o valor das operações de crédito realizadas no exercício; o montante dos dispêndios com a dívida pública (juros e encargos e mais amortização); e o total da dívida consolidada. O resultado poder ser observado no Quadro 04.

Para os anos 2013 e 2017, pode-se observar que o nível de comprometimento da RCL com as operações de crédito realizadas sempre estiveram muito abaixo do limite legal estabelecido de 16,00% da RCL. Em 2017, esse comprometimento limitou-se a 1,90% do valor da RCL, o que significa que a possibilidade de novas operações poderia se estender a mais 14,10% do valor da RCL.

Com relação ao montante dos dispêndios do exercício com os serviços da dívida pública, incluindo juros e encargos e amortização,

o limite legal estabelecido para esses gastos é de 11,5% da RCL. Como se observa, no ano de 2017, as despesas com dispêndios da dívida, no montante de R\$ 530,7 milhões, foi equivalente a 2,94% da RCL, muito abaixo do teto legal, conferindo, portanto, assim como nos anos anteriores, uma larga margem possível de endividamento.

Em se tratando da aferição da margem de endividamento levando em conta a dívida consolidada, o teto estabelecido é de um comprometimento de até 200% da RCL com a dívida pública. Em 2017, o volume da dívida consolidada estadual alcançou o montante de R\$ 3,5 bilhões representando apenas 19,31% da RCL do ano (R\$ 18 bilhões), o que significa que Estado do Pará ainda teria uma margem de captação de novos recursos da ordem de mais 180,69% do valor RCL.

QUADRO 04

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO – 2013/2017

R\$ Milhares

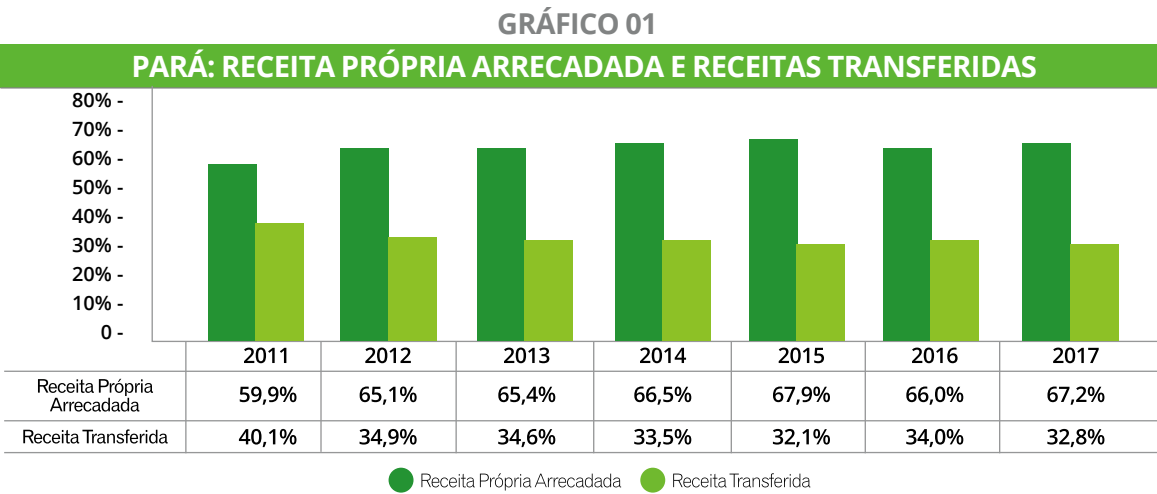
Discriminação	2013	% Sobre a RCI	2014	% Sobre a RCL	2015	% Sobre a RCL	2016	% Sobre a RCL	2017	% Sobre a RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (PARÂMETRO)	13.336.643		15.092.464		16.789.902		17.922.202		18.018.248	
ARTIGO 7º - INCISO I/ Resolução 43/01										
LIMITE	2.133.863	16,00	2.414.794	16,00	2.686.384	16,00	2.867.552	16,00	2.882.920	16,00
Montante global das op. de crédito realizadas	498.849	3,74	614.212	4,07	178.927	1,07	158.920	0,89	342.230	1,90
Margem disponível para contratar novas operações	1.635.014	12,26	1.800.582	11,93	2.507.457	14,93	2.708.632	15,11	2.540.690	14,10
ARTIGO 7º - INCISO II/Resolução 43/01										
LIMITE	1.533.714	11,50	1.735.633	11,50	1.930.839	11,50	2.061.053	11,50	2.072.098	11,50
Dispêndio com total das op. crédito contratadas e a contratar	593.139	4,45	528.970	3,50	630.095	3,75	556.889	3,11	530.669	2,94
Margem disponível para o dispêndio com novas operações	940.575	7,05	1.206.663	8,00	1.300.744	7,75	1.504.164	8,39	1.541.429	8,56
ARTIGO 7º - INCISO III/Resolução 43/01										
LIMITE	26.673.285	200,00	30.184.928	200,00	33.579.804	200,00	35.844.404	200,00	36.036.496	200,00
Dívida Consolidada	3.145.071	23,58	3.562.718	23,61	3.777.692	22,50	3.388.279	18,91	3.480.953	19,32
Margem disponível para o montante da dívida consolidada	26.622.210	176,39	26.622.210	176,39	29.802.112	177,50	32.456.125	181,09	32.555.543	180,68

Fonte: SEFA; 2017 Dados Provisórios

Receitas Estaduais

A Receita Própria do Estado do Pará alcançou R\$ 11,6 bilhões em 2017, contra R\$ 11,3 bilhões em 2016, com crescimento nominal de 2,2% e queda de 1,5% em termos reais. As Receitas Transferidas somaram R\$ 5,6 bilhões, com queda real de 6,4% em relação ao ano anterior, influenciada pelo resultado negativo do Fundo de Participação

dos Estados (FPE), cujas transferências em 2016 haviam sido impulsionadas pelo Programa de Repatriação de Ativos do Governo Federal. Dessa forma, em 2017, a Receita Própria do Pará representou 67,2% das receitas totais do Estado, contra 66,0% observado em 2016, conforme Gráfico 01.



Fonte: Sefa, 2018

QUADRO 5

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO, 2011 A 2017 (VALORES CORRENTES)

R\$ Milhares															
DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 12/11 % Real	Var. 13/12 % Real	Var. 14/13 % Real	Var. 15/14 % Real	Var. 16/15 % Real	Var. 17/16 % Real	Var Acum. 17/11 % Real	Partic. % 2017 em Relação Receita Total
ICMS	5.729.600	7.096.208	8.025.258	9.067.286	9.740.022	10.084.212	10.257.950	17,4%	6,5%	6,3%	-1,0%	-5,1%	-2,0%	22,3	59,3%
IPVA	280.103	325.235	373.706	433.903	483.227	502.462	534.680	10,2%	8,1%	9,3%	2,5%	-4,8%	2,7%	30,4	3,1%
ITCD	18.667	14.654	11.774	18.291	28.483	28.161	26.762	-25,6%	-24,5%	45,8%	42,6%	-8,9%	-8,3%	-2,4	0,2%
TAXAS	104.628	280.795	440.394	521.638	615.228	718.046	763.519	152,4%	49,0%	11,4%	8,5%	7,1%	2,5%	398,8	4,4%
Taxa Mineral	-	159.502	300.174	361.124	413.983	476.120	494.416	-	80,0%	13,1%	5,5%	5,6%	0,0%	-	2,9%
Taxa Hídrica	-	-	-	-	25.896	40.669	41.897	-	-	-	-	46,4%	-0,7%	-	0,2%
Outras Taxas	104.628	121.293	140.220	160.514	175.350	201.257	227.207	10,0%	8,9%	7,6%	0,7%	5,0%	8,9%	48,4	1,3%
Outras Receitas	8.532	387.742	30.663	20.196	28.568	39.054	36.282	4168,0%	-92,5%	-37,2%	28,1%	26,9%	-10,4%	191,2	0,2%
Receita Própria Arrecadada	6.141.530	8.104.633	8.881.796	10.061.313	10.895.528	11.371.935	11.619.193	25,0%	3,3%	6,6%	-0,2%	-4,3%	-1,5%	29,3	67,2%
FPE	3.672.563	3.786.727	4.072.438	4.503.003	4.603.255	5.360.057	5.102.351	-2,2%	1,3%	4,1%	-5,8%	8,2%	-8,1%	-3,4	29,5%
IPI	196.998	273.004	277.672	291.230	295.867	226.738	252.506	31,3%	-4,2%	-1,4%	-6,3%	-28,5%	7,2%	-10,9	1,5%
Royalties Hídricos	63.454	86.310	77.445	79.952	79.673	63.579	86.557	29,1%	-15,7%	-2,6%	-8,9%	-25,3%	31,6%	-5,1	0,5%
Royalties Minerais	103.187	122.468	183.747	118.134	99.519	121.960	149.020	12,3%	42,6%	-40,0%	-22,3%	14,4%	17,6%	0,5	0,9%
Royalties Petróleo	12.722	15.331	15.926	18.229	13.790	12.199	16.212	14,4%	-2,2%	7,4%	-30,1%	-17,6%	28,3%	-11,3	0,1%
IOF Ouro	594	1.216	1.366	1.174	1.978	4.246	2.645	93,8%	6,0%	-18,8%	52,8%	101,1%	-39,5%	210,1	0,0%
Compensação Lei Kandir	63.819	63.819	63.819	63.819	63.819	63.819	63.819	-5,2%	-6,1%	-6,0%	-8,2%	-6,2%	-3,6%	-30,5	0,4%
Receita Transferida	4.113.337	4.348.875	4.692.414	5.075.541	5.157.902	5.852.598	5.673.110	0,3%	1,6%	1,8%	-6,4%	5,5%	-6,4%	-4,1	32,8%
Total Geral	10.254.867	12.453.508	13.574.209	15.136.855	16.053.429	17.224.533	17.292.303	15,2%	2,7%	4,9%	-2,3%	-1,2%	-3,2%	16,0	100,0%

Fonte: SEFA / DAIF / Tesouro do Estado / Balanço Mensal do Esrado / SIAT

Notas:

(1) Receita de ICMS inclui dívida ativa, Fundo de Investimento e Combate à Pobreza (FICOP) e multas e acréscimos moratórios, inclusive de dívida ativa e Lei 6489/2002 (2) Receita de IPVA, ITCD e TAXAS incluem dívida ativa, multas e acréscimos moratórios, inclusive de dívida ativa (3) Variação Real calculada com base nos valores corrigidos pelo IPCA (IBGE) (4) Atualizado em 11/01/2018

A manutenção de trajetória de crescimento nominal da arrecadação própria do Pará nos últimos anos (Gráfico 01) é bastante significativa, tendo em vista a acentuada queda da atividade econômica observada a partir do segundo semestre de 2014, que impactou negativamente a arrecadação de todos os entes da federação. Ao contrário de grande parte dos estados brasileiros, o Pará não efetuou aumento nas alíquotas do ICMS e dos demais tributos, apesar da grave crise econômica que afetou as receitas dos estados.

A arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) alcançou R\$ 10,2 bilhões em 2017, com crescimento nominal de 1,7% e queda real de 2,0% em relação ao ano anterior (Quadro 5).

No período de 2011 a 2017, a arrecadação do ICMS apresentou crescimento real de 22,3%, resultado de esforço fiscal da Secretaria da Fazenda em ações de fiscalização e monitoramento dos contribuintes (Quadro 5).

A arrecadação do Imposto sobre Proprieda-

de de Veículos Automotores (IPVA) obteve ótimo desempenho em 2017, totalizando R\$ 534,6 milhões, com crescimento real de 2,7% em relação ao ano de 2016. No período de 2011 a 2017, a arrecadação do imposto cresceu 30,4% (Quadro 05).

As Taxas também tiveram desempenho positivo em 2017, com crescimento real de 2,5%, conforme se pode observar no Quadro 05. A arrecadação da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) alcançou R\$ 494,4 milhões. A Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) arrecadou R\$ 41,8 milhões no ano.

Em 2017, a soma da arrecadação das taxas representou 4,4% do total da Receita do Estado, constituindo a segunda maior arrecadação entre as receitas próprias e demonstrando o acerto do Governo do Estado na instituição da TFRM, em 2011, e da TFRH, em 2014, como forma de viabilizar a fiscalização das atividades de exploração dos recursos naturais do Estado do Pará.

Já o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) alcançou arrecadação de R\$ 26,7 milhões em 2017, apresentando queda real de 8,3%.

A arrecadação de Dívida Ativa alcançou R\$ 138,6 milhões (Quadro 06), com crescimento real de 2,9%. Em 2017, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) intensificou o protesto em cartório da Certidão de Dívida Ativa, possibili-

tando maior efetividade à cobrança do crédito tributário. Nota-se, no mesmo Quadro 06, uma expressiva arrecadação no ano 2012 em relação ao ano 2011 e demais anos subsequentes. Essa ocorrência foi motivada pela arrecadação, naquele ano, de elevados débitos tributários registrados em dívida ativa, relativos ao ICMS e à TFRM, e que foram liquidados pelos respectivos contribuintes devedores.

QUADRO 06

ARRECADAÇÃO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA (VALORES CORRENTES)													
Em: R\$ 1.000,00													
Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 12/11 %Real	Var. 13/12 %Real	Var. 14/13 %Real	Var. 15/14 %Real	Var. 16/15 %Real	Var. 17/16 %Real
Dívida Ativa Realizada	144.784	806.444	303.146	137.667	151.453	129.612	138.659	427,5%	-64,7%	-56,7%	0,6%	-12,1%	2,9%

Fonte: SEFA /DAIF/ Tesouro do Estado / Balancete Mensal do Estado / SIAT
Notas: (1) Valores corrigidos pelo IPC-A Base Dezembro /2017 - (2) Atualizado em 11/01/2018

Captação de Recursos

Uma gestão pública responsável e o desempenho equilibrado das contas governamentais permitiram ao Estado do Pará estender a sua margem de endividamento, possibilitando novas operações de captação de recursos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais.

Em 2017, após a autorização da Assembleia Legislativa estadual, o governo paraense finalizou a contratação da operação de crédito no valor de R\$ 673,9 milhões junto a Caixa Econômica Federal/Programa FINISA, a fim de viabilizar 18 projetos essenciais nas áreas da saúde e da infraestrutura e logística, em sua quase totalidade localizados no interior do estado.

Na saúde, destacam-se a construção e o aparelhamento do Hospital Regional de Castanhal e do Hospital Regional de Itaituba, com a instalação de um total 320 novos leitos, ambos em andamento, e tendo como objetivo principal expandir a rede de serviços hospitalares de média e alta complexidade, nas regiões de integração do Guamá e Tapajós.

Na infraestrutura e logística, estão contemplados 16 investimentos. No modal rodoviário, a pavimentação, já em pleno andamento, das rodovias PA-242, PA-252, PA-477, PA-458, e a duplicação da PA-444 de acesso à praia do Atalaia (incluindo a duplicação da ponte), além da construção da ponte sobre o Rio

Meeru (580m), em Igarapé Miri/PA-151, cujo início das obras já está garantido para este primeiro semestre do ano. No modal hidroviário, abrange a implantação de 6 terminais hidroviários na região da Calha Norte e mais a implantação do grande terminal de carga e passageiros em Santarém. A par desses empreendimentos, a operação ainda comporta a requalificação sanitária da praia do Atalaia em Salinópolis e a restauração e adaptação do prédio centenário da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém.

Ainda em 2017, o Estado recebeu da Assembleia Legislativa a autorização de contratação de operação de crédito junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 595 milhões, compreendendo 27 projetos de investimentos nas áreas de infraestrutura e logística, saúde e saneamento, além do turismo, beneficiando a capital e o interior do estado. A proposta encontra-se em fase de análise e aprovação pelo Banco.

Em relação às operações de crédito externas, em 2017, duas Cartas Consultas foram apresentadas à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MP). Ambas as operações serão realizadas com a garantia da União e já foram aprovadas pelos parlamentares paraenses.

Essas duas operações serão contratadas

junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), com parceria de cofinanciamento do New Development Bank (NDB), no valor limite de US\$100 milhões, na ordem de 50% do valor do empréstimo para cada instituição financeira, e contrapartida estadual no valor de US\$ 25 milhões.

Os recursos serão destinados a investimentos em 45 municípios a serem beneficiados pelo Programa Municípios Sustentáveis, mediante ações e projetos nas áreas de planejamento e desenvolvimento urbano, saneamento, mobilidade e comunicação e rede de fibra óptica

No sentido de melhorar e aperfeiçoar a administração fiscal do Estado, contribuindo

para o aumento da arrecadação e do controle do gasto público, foi aprovada pelo BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), a contratação de operação de crédito para o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará (PROFISCO II/PA), até o valor limite de US\$ 35,1 milhões, com recursos de contrapartida financeira estadual da ordem de US\$3,9 milhões.

O financiamento, autorizados pela ALEPA, prevê projetos a serem executados nos 3 eixos de atuação da fazenda estadual: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, Administração Tributária e Contencioso Fiscal, e Administração Financeira e Gasto Público.



PREFEITURAS DE VÁRIAS REGIÕES FORAM BENFICIADAS COM O PROGRAMA DE MELHORIA DA SITUAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Novo Modelo Previdenciário

O Governo do Pará vem imprimindo um processo continuado de adequação da gestão previdenciária estadual, através do reaparelhamento e da reestruturação administrativa da autarquia previdenciária (IGEPREV) e da reformulação do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos estaduais, mediante implementação de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e a garantia da manutenção dos pagamentos de benefícios previdenciários.

Em se tratando da estrutura do regime previdenciário, a reformulação ocorreu basicamente em três eixos: 1) a instituição do regime de previdência complementar; 2) a alteração da segregação de massas, que vincula os servidores ao Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e ao Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV) e, por fim; 3) a capitalização do FINANPREV, com rendimentos do FUNPREV, visando a manutenção de equilíbrio financeiro e atuarial no médio-longo prazo.

A instituição da Previdência Complementar por meio da Lei Estadual 111, de 28 de dezembro de 2016, possibilita ao Estado do Pará praticar em seu Regime Próprio de Previdência Social o mesmo teto de aposentadorias e pensões utilizado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS), reduzindo as despesas futuras dos fundos previdenciários.

É importante observar que a aplicação do teto de benefícios apenas atingirá os servidores públicos estaduais que ingressarem no serviço

público a partir da instituição do plano de benefícios, a ser ofertado pela entidade de previdência complementar, não modificando nenhum tipo de regra de aposentadoria ou valor de benefício previdenciário de servidores público já pertencentes ao quadro de pessoal do Estado.

Com relação à segregação de massas, a alteração se deu na data de filiação dos servidores públicos estaduais aos fundos previdenciários. De acordo com a Lei Estadual 112, de 28 de dezembro de 2016, os servidores que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2016 estão filiados ao FINANPREV e, aqueles que ingressaram no serviço público estadual a partir de 01 de janeiro de 2017, estão filiados ao FUNPREV.

Com esta alteração, o FINANPREV, que necessita de complementação financeira para pagar benefícios, passou a recepcionar as receitas então destinadas ao FUNPREV, proporcionando um alívio imediato no fluxo de caixa das despesas previdenciárias, no âmbito de todos os poderes, contribuindo para reforçar os recursos oriundos de contribuições e, com isso, reduzir a complementação para o pagamento de benefícios realizados por meio de aporte do Tesouro estadual.

Em 2016, o total das contribuições previdenciárias foi da ordem de R\$ 944,9 milhões, passando, no exercício de 2017, a um montante de R\$ 1,7 bilhão, registrando, portanto, um incremento de R\$ 784,8 milhões, ou seja, um acréscimo de 83%, conforme se pode observar no Quadro 07.



IGEPREV GANHA SEDE MODERNA E REFORÇA QUALIDADE DO ATENDIMENTO



QUADRO 07

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - 2016/2017					
Em: R\$ 1.000,00					
EXECUTIVO E DEMAIS PODERES					
DESCRIÇÃO	FONTE	JAN A DEZ 2017	JAN A DEZ 2016	%	VALORES ACRESC
CONTRIBUIÇÃO SEGURADO (0254)	0254000000	624.042	346.705	1,80	277.337
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (0258)	0258000000	1.002.749	541.397	1,85	461.352
SUPERÁVIT DO EXECÍCIO ANTERIOR SEGURADO	0654000000	27.825	24.304	1,14	3.521
SUPERÁVIT DO EXECÍCIO ANTERIOR PATRONAL	0658000000	75.104	32.492	2,31	42.613
TOTAL		1.729.720	944.898	1,83	784.822

Fonte: Igeprev, 2017.

Por fim, a capitalização do FINANPREV, aprovada por meio da Lei Estadual 115, de 17 de junho de 2017, permitiu que a rentabilidade do FUNPREV fosse transferida ao FINANPREV, reforçando a capacidade presente e futura do Estado do Pará no que se refere ao pagamento dos benefícios previdenciários em meio ao momento de forte recessão econômica vivenciada pelo país.

A instituição do regime de capitalização do FINANPREV apresentou sólidos resultados no ano de 2017, na medida em que permitiu que os rendimentos de 2016, no valor de R\$ 652 milhões, fossem transferidos para

pagamento imediato de benefícios previdenciários. Desse total, foi utilizado R\$ 551,6 milhões, restando de saldo o valor de R\$ 100,4 milhões.

Com relação aos rendimentos do exercício de 2017, foi registrado, até novembro passado, um montante da ordem de R\$ 521,6 milhões. Desse total, foi destinado à execução o valor de R\$ 2,9 milhões, restando R\$ 518,7 milhões, sendo R\$ 414,4 milhões referentes aos rendimentos do FUNPREV a serem distribuídos e o valor de R\$ 104,3 milhões relativos à reserva do FINANPREV a ser capitalizada, conforme Quadros 08 e 09.

QUADRO 08

DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS - 2016/2017						
Em: R\$ 1.000,00						
TOTAL NO ANO DE REFERÊNCIA	RENDIMENTO EM 2016			RENDIMENTO EM 2017		
	652.066	JAN>NOV EXECUTADO EM 2017	DEZ / 13º SAL. A EXECUTAR	521.569	JAN > NOV EXECUTADO	DEZ / 13º SAL. A EXECUTAR
% RENDIMENTO FUNPREV UTILIZADO NAS FOLHAS	100%	85%	15%	80%	1%	99%
RENDIMENTO FUNPREV A SER DISTRIBUIDO	652.066	551.640	100.426	417.255	2.890	414.365
% DE RESERVA FINANPREV	0%	0%	0%	20%	0%	0%
RESERVA DO FINANPREV A SER CAPITALIZADA	0	0	0	104.314	0	0

Fonte: Igeprev, 2017.

QUADRO 09

DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS – PODERES – 2016/2017								
Em: R\$ 1.000,00								
PODERES	RECEITA ARRECADADA EM 2016	% DA RECEITA ARRECADADA EM 2016	2016			2017		
			RENDIMENTO EM 2016	JAN > NOV EXECUTADO EM 2017	OUT > DEZ A EXECUTAR	RENDIMENTO EM 2017	JAN > NOV EXECUTADO	DEZ / 13º SAL. A EXECUTAR
ALEPA	1.595	0,23%	1.503	1.503	0	1.202	1.063	139
TCE	2.126	0,31%	2.004	2.004	0	1.603	1.418	185
TCM	2.763	0,40%	2.604	1.946	658	2.082	0	2.082
TJE	64.614	9,34%	60.890	0	60.890	48.704	0	48.704
JME	46	0,01%	44	44	0	35	31	4
MP	21.179	3,06%	19.958	496	19.462	15.964	0	15.964
MPC-PA	567	0,08%	534	534	0	427	378	49
MPC-M	284	0,04%	267	0	267	214	0	214
DEF. PÚB.	13.895	2,01%	13.094	0	13.094	10.473	0	10.473
EXEC.	584.879	84,53%	551.169	545.112	6.057	440.864	0	440.864
TOTAL	691.947	100,00%	652.066	551.638	100.428	521.569	2.890	518.678

Fonte: Igeprev, 2017.

Como se pode observar, esse conjunto de alterações legais ocorridas no regime da previdência estadual proporcionou novas receitas ao FINANPREV, tanto oriundas da migração de servidores anteriormente filiados ao FUNPREV, como da capitalização do FINANPREV, mediante transferência dos rendimentos do FUNPREV reforçando significativamente o fluxo de caixa para o pagamento dos benefícios.

Tais medidas contribuíram para reduzir significativamente o aporte do Tesouro estadual nas despesas previdenciárias num momento

crucial de crise das finanças públicas. Esse aporte complementar do Tesouro que, em 2016, foi da ordem de R\$ 2,0 bilhões, representando 73,14% do total de R\$ 2,777 bilhões referente à folha anual do Executivo daquele ano, foi reduzido, no exercício de 2017, para o montante de R\$ 688 milhões, de uma folha anual da ordem R\$ 2,834 bilhões, representando uma economia de 66,14%, permitindo ao Poder Executivo redirecionar esses recursos para as demandas reprimidas relativas a investimentos e a manutenção da máquina pública (Quadro 10).

QUADRO 10

APORTE DO TESOURO DO ESTADO		
Em: R\$ 1.000,00		
CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR	FONTE	SETEMBRO
PODER EXECUTIVO - 2016	0101	2.031.397
PODER EXECUTIVO - 2017	0101	687.743
REDUÇÃO DO APORTE ESTADUAL		1.343.654

Fonte: Igeprev, 2017.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

A Política de Gestão de Pessoas, implantada a partir de 2011, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Administração (SEAD) teve como pilar a valorização dos servidores públicos, abrangendo esforços em diversas áreas da formação e preparação de gestores, da assistência e do lazer, do equacionamento dos passivos trabalhistas, além da gestão entorno de uma política salarial justa, com o pagamento em dia e oportunizando, na medida do possível, ganhos reais à renumeração, além de promover a modernização e renovação do quadro de servidores mediante concurso público.

Em 2017, o gasto com pessoal e encargos sociais com os servidores ativos do Poder Executivo foi da ordem de R\$ 8,1 bilhões, incluindo o 13º salário. Comparado ao valor corrigido do gasto ocorrido em 2011, no montante de R\$ 6,2, representou um crescimento real de 30,6%, mesmo considerando todas as medidas de contenção de gastos por conta das restrições fiscais e financeiras ao longo de todo esse período.

A despeito das restrições quanto à reposição salarial nos últimos dois anos, por conta da crise fiscal e financeira, o pagamento sa-

larial dos servidores públicos estaduais, incluindo o 13º, manteve-se sempre em dia, sem qualquer registro de atraso. Acrescenta-se, ainda, que não obstante o cenário restritivo agravado a partir do 2º semestre do ano 2014, entre os anos 2011 e 2017, a remuneração média elevou-se de R\$ 2.966,16 para R\$ 5.578,38.

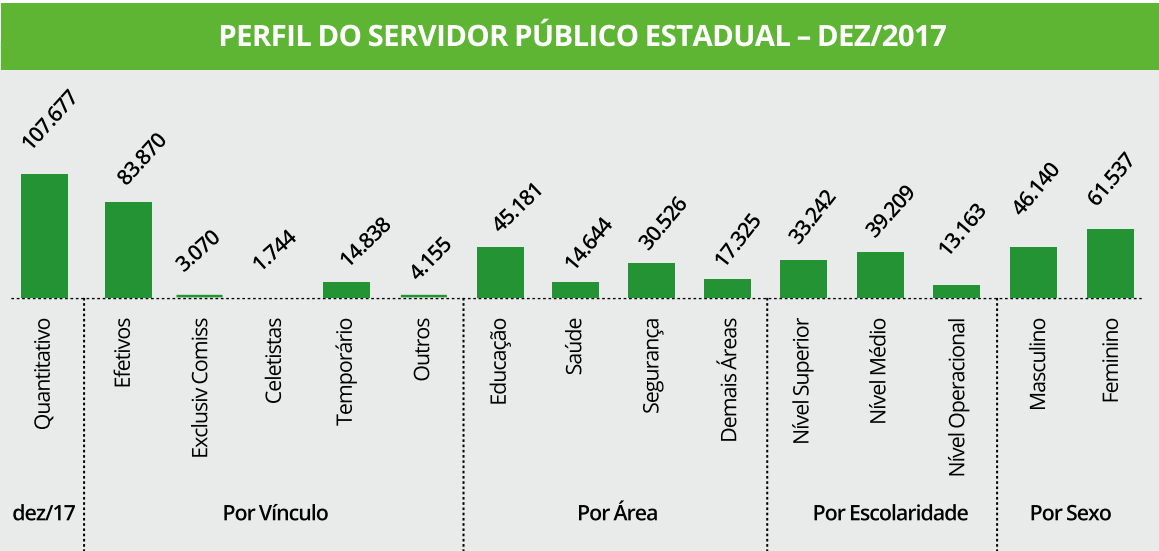
Em se tratando do quadro de pessoal do Executivo estadual, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2017, o número de contratados evoluiu de 101.666 para 107.677 servidores e empregados públicos ativos, representando um crescimento de apenas 5,91%. Atualmente, desse total, 79,51% (85.614) são ocupantes de cargos efetivos ou funções permanentes, 13,78% (14.838) são temporários e 2,85% (3.070) são servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, sem vínculos efetivos com o serviço público, distribuídos entre os órgãos e entidades da administração direta e indireta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. O registro quantitativo do servidor do Executivo estadual, seu perfil e distribuição por vínculo funcional e por área de governo pode ser conferido no Quadro 11 e Gráfico 02.

QUADRO 11

DEMONSTRATIVO DE PESSOAL POR VÍNCULO - 2010/2017				
RESUMO PESSOAL		2010	2017	% de variação 2017/2010
REGIME JURÍDICO	TIPO / VÍNCULO	DEZ.	DEZ.	
Estatutário	Efetivos	82.541	83.870	1,61
	Exclusiva Comissionado	3.314	3.070	-7,36
CLT	Celetistas	1.627	1.744	7,19
Temporário	Contrato Temporário	11.749	14.838	26,29
Outros	Estágio, Conselho, voluntários.	2.435	4.155	70,64
TOTAL FOLHA		101.666	107.677	5,91

Fonte: SEAD, 2017.

GRÁFICO 02



Fonte: SEAD, 2017.

No que diz respeito a concursos públicos, em 2017, estavam em vigência oito certames seletivos, totalizando uma oferta de 3.339 novas vagas no serviço público estadual. Dentre esses processos seletivos, um foi destinado à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa), em prorrogação, ofertando 80 vagas, e sete para a área da segurança correspondendo a uma oferta de 3.253 vagas:

dois para o Corpo de Bombeiros (304 vagas), em fase de curso de formação de oficial e praça; três para a Polícia Militar (2.169 vagas), em fase de curso de formação de oficial, de adaptação de oficial e de formação de praça; e dois concursos para a Polícia Civil (780 vagas), também em fase de curso de formação para delegado, investigador, escrivão e papiloscopista. Conferir no Quadro 12.

QUADRO 12

CONCURSOS PÚBLICOS EM VIGÊNCIA				
ÓRGÃO	VAGAS OFERTADAS	VAGAS POR CARGO		ETAPA DO CONCURSO
		CARGO	VAGAS	
FAPESPA	86	Nível superior Nível médio Nível fundamental	62 17 7	Em prorrogação
CBM	344	Oficial Praça	30 300	Candidato em Curso de Formação
POLÍCIA MILITAR	2.169	Oficial Praça	165 2.004	Candidato em Curso de Formação
POLÍCIA CIVIL	780	Delegado Investigador Escrivão Papiloscopista	280 300 180 120	Candidato em Curso de Formação
TOTAL	3.339			

Fonte: SEAD, 2017

No exercício de 2017, foram nomeados 325 servidores aprovados em concursos públicos, a quase totalidade destacada para a área da segurança pública, Corpo de Bombeiros, que absorveu 320 concursados, nas funções de praças e oficiais.

Não obstante a reduzida variação quantitativa do número de servidores entre 2011 e 2017, notadamente de apenas 5,91% (Quadro 13), nesse período ocorreram 14.120 nomeações de concursados (Gráfico 03), o que representa pelo menos 17,11% do número de servidores efetivos registrados em 2011. Nota-se que nos

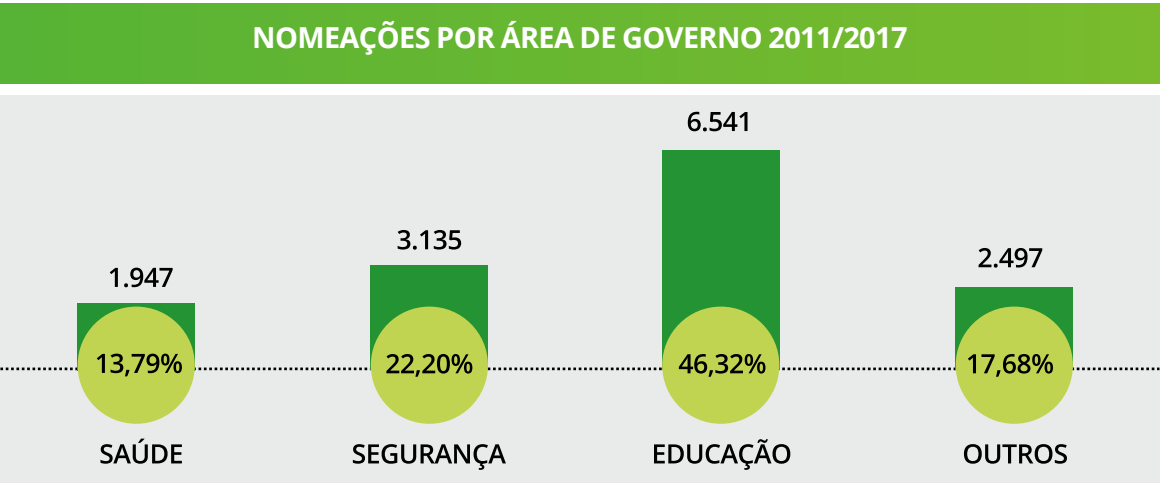
primeiros 3 anos do período (2011/2013) a média de nomeações foi da ordem de 4.141 concursados. Com a crise fiscal e financeira emergente a partir de 2014, o Executivo foi obrigado a reduzir drasticamente a política de renovação do seu quadro de pessoal. Espera-se que, com a retomada da estabilidade fiscal e da arrecadação, essa política seja reafirmada com uma atenção prioritária para as áreas de segurança, saúde e educação, tal como tem sido projetada desde 2011 (Gráfico 03) e já assinalada através dos concursos e nomeações efetivados em 2017.

QUADRO 13

NOMEAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE 2011 A 2017								
Área/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
Finalística	2.371	3.368	3.079	991	99	61	323	10.292
Meio	2.125	1.276	203	186	35	01	02	3.828
Total Geral	4.496	4.644	3.282	1.177	134	62	325	14.120

Fonte: SEAD, 2017.

GRÁFICO 03



Fonte: SEAD, 2017.

A formação e a qualificação continuada de servidores e gestores governamentais é a base essencial da valorização e da modernização da gestão e, por conseguinte, da operacionalização efetiva da política pública. Sob a condução da Escola de Governança Pública do Estado (EGPA).

Em 2017, buscando maior refinamento e efetividade à formação na capital e nos municípios, intensificou-se a modalidade da **Educação a Distância (EaD)**, com atenção ao ensino de qualidade com cursos de carga horária de até 80 horas. Além da significativa otimização de recursos públicos, a adoção desta mo-

dalidade, desempenhada com êxito, apresenta ao longo de sua atuação diversos pontos positivos: os cursos realizados já atenderam as áreas de educação, meio ambiente, assistência social, saúde, segurança, planejamento, gestão e habitação; 131 municípios já participaram das ações EaD; e cobertura de 100% (cem por cento) de atendimento aos municípios das Regiões de Integração Marajó e Araguaia.

Outro destaque diz respeito aos termos de cooperação técnica celebrados com a EGPA, visando o desenvolvimento de programas com oferta de cursos para turmas fechadas voltadas a uma demanda específica dos órgãos.

Foram contemplados a Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab), com o projeto Cohab-Capacitação para implementação da Política Habitacional, e a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), com o curso Formação em Agente de Planejamento, iniciado neste exercício com previsão de conclusão em junho de 2018. Ressalta-se que esse curso, iniciado em outubro de 2017, com a participação de 250 servidores públicos, será ministrado no regime semipresencial, em seis módulos, perfazendo um total de 260 horas, sendo 40 presenciais, cujo objetivo é capacitar técnicos que atuem prioritariamente na área de planejamento.

A oferta de qualificação profissional foi ampliada com o credenciamento da EGPA junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), através da Resolução 750 de 12 de dezembro de 2013, o que lhe permitiu ofertar ações de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação.

Em relação aos cursos de graduação, as ações de qualificação são desenvolvidas em caráter de parceria com a UEPA, tendo como exemplo o Programa de Graduação dos Cursos de Bacharelado em Relações Internacionais e de Tecnologia em Comércio Exterior, os quais iniciaram em maio deste ano e terão a duração de quatro anos. O curso de Bacharelado em Relações Internacionais pretende formar profissionais com habilidade para lidar com o dinamismo da política mundial e as relações entre países e está sendo realizado nas dependências da EGPA com a participação de 23 alu-

nos. O curso Tecnólogo em Comércio Exterior atende à demanda de profissionais que atuem na área de importação e exportação de produtos da região com participação de 20 servidores.

Com vistas a apoiar os municípios quanto à capacitação dos servidores municipais, foi criado o **Programa de Municipalização, na modalidade EaD**, realizado através de parcerias entre o Governo do Estado (EGPA) e prefeituras, que tem como objetivo expandir a oferta de cursos a outras localidades fora da RMB, ficando a EGPA responsável pela organização e as prefeituras pela logística. O programa já alcançou 131 municípios, tendo capacitado 1.022 servidores municipais.

Como mais uma forma de contribuir com a qualificação profissional de agentes do serviço público, a EGPA celebra convênios com instituições de ensino superior, através de acordos de cooperação, não havendo por parte da EGPA repasse financeiro. Estes convênios garantem a oferta do benefício de descontos nos preços de cursos de graduação e pós-graduação para servidores do estado, podendo se estender a seus familiares. Estão em vigência os convênios com as seguintes Instituições: Evolute Cursos Profissionalizantes, Sistema de Estudos Virtuais, Centro Universitário de Maringá/ Uni Cesumar, Faculdade Estácio/FAP, Faculdade FGV/Ideal, Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam) e Faculdade Maurício de Nassau.

A par da política de formação e qualificação, o Estado promove estímulos à excelência no desempenho do trabalho, bem como o reconhecimento pelo mérito profissional. Essa é a marca que permeia o prêmio Servidor Nota 10, em sua 10ª edição realizada em outubro de 2017, que homenageou os 60 servidores eleitos representantes de cada órgão. Na solenidade, que contou com a presença dos servidores públicos e seus familiares, Rosivaldo Conceição Araújo, da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), recebeu o título de Servidor Nota 10.

Outro marco na valorização do servidor foi a realização do 15º Festival de Música do Servidor Público do Pará (Servifest), que na

grande finalíssima, premiou composições do interior do estado. A grande vencedora foi a música Braços da Espera, do servidor Wander de Andrade, da Seduc/Santarém. Por meio da proposta itinerante das etapas regionais, o Servifest facilitou a participação de servidores estaduais e municipais lotados nas mais diferentes regiões paraenses, ampliando o seu alcance como incentivo à valorização do servidor público. Todas as composições e arranjos musicais que fazem parte do festival são de autoria e interpretação de servidores públicos. O evento objetiva valorizar o trabalho musical dos servidores bem como divulgar a música regional dentro do Estado. O festival se caracteriza como uma ação idealizada para dar visibilidade ao talento musical do servidor público.

O Governo do Pará, por meio da SEAD, mantém um programa voltado ao servidor público estadual, que busca assegurar melhor qualidade de vida e saúde. É o Servidor na Academia, que a partir de convênios com diversas academias de ginástica credenciadas em quinze municípios, incluindo a capital, garante ao funcionalismo descontos que variam de 10% a 50% na mensalidade. O objetivo é facilitar o acesso desses servidores às academias e incentivar a prática de atividade física orientada por profissionais capacitados, em ambientes adequados, promovendo, assim, a prevenção de doenças e estimulando hábitos de vida mais saudáveis, além de maior integração social.

Entre as ações de valorização ainda se destaca a VI Corrida e Caminhada do Servidor, um evento que vem sendo esperado a cada ano e que teve o apoio de vários órgãos estaduais. Com o patrocínio do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) reuniu mais de 1.000 atletas no dia 29 de outubro para disputar a prova e comemorar o Dia do Servidor Público. A inscrição do evento de caráter solidário foi gratuita. Para retirada do kit, cada participante fez a doação de três quilos de alimentos não perecíveis. Foram arrecadados mais de 2.000 quilos de alimentos, destinados a entidades filantrópicas e projetos sociais.

O compromisso com a valorização do servidor público é garantido também com a melhoria dos serviços em saúde através do plano

administrado pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IASSEP). Com os investimentos do tesouro do estado e a contribuição do servidor público, mais de 92 mil famílias de servidores tem acesso à rede privada de saúde do Pará, em 39 municípios. Desse total, cerca de 70 mil famílias têm a garantia de um plano completo na área ambulatorial e hospitalar, desembolsando um máximo de 500 reais por mês, independente da faixa etária. Ao todo, são mais de 221 mil paraenses beneficiados pelo amparo ao servidor público.

Para garantir a manutenção do plano, o Governo adotou algumas medidas aprovadas pela Lei Nº 8.457, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a regra de contribuição e, entre outras mudanças, elevou de 6% para 9% a alíquota de contribuição do Governo e dos servidores públicos e criou uma contribuição opcional de 1,5% para assistência aos cônjuges dos contribuintes do plano. Também foi adotada uma contribuição adicional de 2%, por cada dependente filho, entre 18 e até 24 anos de idade. As regras permanecem as mesmas para os filhos menores de 18 anos.

Para o Estado, essa readequação implicou num comprometimento financeiro de R\$ 322 milhões. Desta forma, foi possível desencadear um processo de saneamento e recuperação do plano de assistência médica, mediante acordo de parcelamento da dívida acumulada, com a rede credenciada, da ordem de R\$ 439,5 milhões, com compromisso de liquidação em até 24 meses. Assim, em 2017, já foram pagos R\$ 321, 6 milhões de dívidas de exercícios anteriores restando ainda R\$ 117,9 milhões para serem liquidados em 2018.

Na prática, a mudança implicou na regularização de pagamentos à rede credenciada, no aumento do número de segurados e na realização de consultas, exames e cirurgias, em todo o estado do Pará.

Em 2017, com os ajustes administrativos e com as contas totalmente em dia, o número de consultas subiu para mais 54 mil por mês, implicando na realização mensal de 301 mil exames e tratamentos sequenciais. Somados a 2.124 internações, 18 mil atendimentos de urgência/emergência e 778 cirurgias, com



SERVIFEST
FAZ HISTÓRIA
PREMIANDO
SERVIDORES DO
INTERIOR



VI CORRIDA E
CAMINHADA
DO SERVIDOR
PÚBLICO

todo o aporte de material cirúrgico. Sem filas de espera, os segurados do Plano IASEP têm a garantia de tratamento oncológico completo, nos melhores hospitais privados do estado, e o mesmo tratamento para a realização de hemodiálise, mantendo assim uma grande rede na capital, onde se concentram o maior número de segurados.

Além dos atendimentos da assistência curativa, em 2017 o IASEP investiu em ações de prevenção e promoção em saúde. As campanhas do Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul reuniram profissionais de diversas áreas para abordar de forma preventiva questões de saúde do homem e da mulher. Mais de 1.000 pessoas participaram diretamente desses eventos e receberam os informativos específicos produzidos pelo órgão, auxiliando na prevenção ao suicídio, combate ao câncer de mama, útero e próstata.

Em Belém, o IASEP concentrou todo o atendimento aos segurados, facilitando o acesso aos serviços de cadastro, autorização de exames, cirurgias, ingresso nos programas de Assistência Domiciliar e o de Cota Adicional. Com a unificação dos serviços, o segurado tem mais facilidade para resolver todas as suas demandas dirigidas ao plano em um único local, que recebe diariamente cerca de 1.500 usuários em busca dos mais diversos procedimentos em saúde.



IASEP AMPLIA
ATENDIMENTO PARA
MAIS DE 92 MIL FAMÍLIAS



SERVIDOR NOTA 10
SE EMOCIONA AO TER
ESFORÇO RECONHECIDO
PELO GOVERNO

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O ano de 2017 foi de consolidação do compromisso do Governo com a promoção ao acesso democrático à informação, à educação, e a valorização da cultura regional, através da Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTEPA). Dentre as iniciativas realizadas em 2017, destaca-se a transmissão do sinal digital em alta definição, inicialmente com a realização de vários testes de transmissão para então, a partir do mês de novembro, passar a transmitir de forma definitiva sua programação com maior qualidade de som e imagem 100% em HD. Também foram ampliados os sinais da TV Cultura no interior do estado, com a inauguração de mais uma Retransmissora de Televisão (RTV) instalada no município de Limoeiro do Ajuru, na região do Tocantins, totalizando 75 RTVs que abrangem aproximadamente 118 municípios localizados das 12 Regiões de Integração do Estado.

Dentro do **Projeto Cultura de Audiovisual**, a TV Cultura é a única emissora pública do Norte do Brasil a garantir editais voltados à produção independente de obras audiovisuais. O Projeto realizado em parceria com a Agência Nacional de Cinema (Ancine) contemplou quatro obras, para as quais a Funtelpa arcou com pelo menos R\$1 milhão e a Ancine colaborou com R\$ 2 milhões. Foram lançadas três obras, sendo uma de ficção, um documentário e uma animação. As produtoras tiveram que realizar 80% dos projetos em solo paraense, bem como contratar artistas e técnicos locais para fomentar o segmento no estado. Assim, as produtoras contrataram aproximadamente 234 profissionais gerando emprego e renda à população de diversas localidades do estado, dentre diretores de arte, atores, técnicos, maquiadores e diretores de fotografia.

Outro ponto relevante na área de comunicação diz respeito à melhoria da qualidade na prestação dos serviços da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA), através de investimentos na modernização do parque gráfico e tecnológico, no valor de R\$ 5,9 milhões. Esses recursos foram destinados à aquisição de um moderno sistema de Software permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos de processamento de dados, maior agilidade na prestação de serviços, e melhor nível de informação aos gesto-

res. Foram viabilizadas a licença de Plataforma de Segurança da Tecnologia da Informação em Gestão e Manutenção, licença do Software Solução em Sistema Informatizado Integrado e aquisição de serviço de Solução de Armazenamento de Dados (Storage) que permite armazenar os arquivos em back-up de forma criptografada, assim como assegurar o trânsito da informação.

Outra atividade em destaque é a edição de obras literárias, visando valorizar a produção de autores paraense por meio da Imprensa Oficial do Estado. Desta forma, em 2017, houve a edição, lançamento e/ou impressão de 18 obras literárias, como crônicas, histórias infantis, contos, poesias e a obra História da Estrada de Ferro de Bragança, lançadas na XXI Feira Pan-Amazônica do Livro.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Comunicação (SECOM), desenvolveu campanhas de cunho educativo, principalmente de utilidade pública, na prevenção de doenças e educação no trânsito, dentre outras. Essas campanhas envolveram especialistas no assunto, como a ONG Think Olga, discutindo jornalismo humanizado. Outra ação que ganhou força em 2017 foi o **Publicom**, encontro de comunicação pública do Estado. Quatro edições foram realizadas em Paragominas, Parauapebas, Santarém e Belém. Hoje o Publicom é o principal evento na área de comunicação, reconhecido por profissionais e estudantes de outros estados.

A SECOM, em conjunto com a Secretaria de Turismo e a Associação Brasileira de Jornalistas Especializados em Turismo (Abrajat), realizou a quarta edição do Prêmio de Jornalismo em Turismo, gerando matérias e reportagens positivas sobre o Estado do Pará, consolidando uma estratégia importante para atrair mais turismo ao Estado. O Ministério do Turismo elaborou e divulgou uma campanha de fomento ao turismo tendo como mote a Amazônia Legal, resultado da união em prol de um mesmo objetivo pelas secretarias de comunicação dos estados.

Nessa área também houve o I Encontro dos Assessores de Comunicação dos Municípios do Pará, criando uma rede de comunicadores para trocar informações, disseminar campanhas educativas e de cunho social, e qualificar

a comunicação desempenhada nas diferentes regiões do estado. A SECOM ampliou as ações do projeto **Biizu**, que oferta oficinas de rádio, texto, fotografia, audiovisual, grafite, desenho, contação de história, produção cultural e tantas outras, gratuitamente, para comunidades, realizando 69 oficinas e certificando 1.944 pessoas em 25 municípios. Este ano, o projeto ganhou o BiizuMóvel, um trailer doado pela Polícia Militar do Estado, reformado pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), e equipamentos doados pela SEAD e Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON).

O projeto Biizu esteve presente com a SEDUC, num projeto conjunto durante os Jogos Estudantis do Pará, os JEPs. Enquanto a SEDUC organizava os jogos que aconteciam em quadra, fora dela, estudantes aprendiam a usar câmera fotográfica, aparelho de gravação e redação jornalística, fazendo então a cobertura dos eventos em vários municípios. O Projeto Biizu esteve presente, também, nas rádios comunitárias, em projetos de sustentabilidade destinados às comunidades quilombolas, associações de moradores, polos do ProPaz e comunidades indígenas, dentre outras.



SHOW DE MÚSICA PARAENSE ENCERRA PUBLICOM, EM BELÉM. EM PARAGOMINAS O ENCONTRO REUNIU GRANDE PÚBLICO E EM SANTARÉM, TEVE COMO DESTAQUE, A PALESTRA "PARÁ: DESCOBRINDO OUTROS MUNDOS PARA SE CONECTAR", MINISTRADA PELO JORNALISTA ZECA CAMARGO



RESULTADOS À SOCIEDADE





NA DIMENSÃO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A segurança pública é condição essencial ao pleno exercício da cidadania. O cenário atual de estagnação econômica generalizada, de desemprego e de instabilidade social e política tem pressionado o agravamento dos indicadores sociais em todo o país, refletindo, consequentemente, na potencialização da situação de violência. O Estado do Pará mantém a segurança pública como prioridade de Governo, concentrando esforços no sentido de amenizar esses efeitos, buscando diuturnamente proporcionar um ambiente mais seguro para a sociedade paraense.

Por meio do Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado do Pará (SIEDS), o Estado desenvolve ações estrategicamente definidas, a partir do cuidadoso monitoramento dos indicadores de criminalidade, em cada uma das 15 Regiões Integradas de Segurança Pública, observando critérios para o estabelecimento de objetivos comuns, metas e planejamento de intervenções, de maneira a potencializar o empenho de recursos humanos e de materiais visando a construção da paz social e o enfrentamento da crimina-

lidade e da violência em todo o território paraense.

O SIEDS é coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e integrado pela Polícia Militar do Pará (PMPA), Polícia Civil do Estado do Pará (PC), Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Corpo de Bombeiros Militar do Estado (CBM), Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves" (CPC) e Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), que são os responsáveis pela implementação das ações de prevenção, combate às causas da violência e repressão, em articulação com diversos órgãos estaduais, inclusive com entidades de diferentes esferas de poder e com a sociedade civil.

A despeito da crise das contas públicas, agravada nos últimos anos, em decorrência do colapso econômico e da instabilidade política e fiscal do país, o Estado do Pará garante, mesmo durante esse período, um incremento real de recursos para o suporte da área de segurança pública, como demonstrado na série histórica de gastos, em valores corrigidos, relativa ao período 2012-2017.



O PARÁ MANTÉM INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA E, APESAR DA CRISE, ADQUIRE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

QUADRO 14

RECURSOS APLICADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA POR ANO (VALORES CONSTANTES A PREÇOS DE NOVEMBRO/2017)

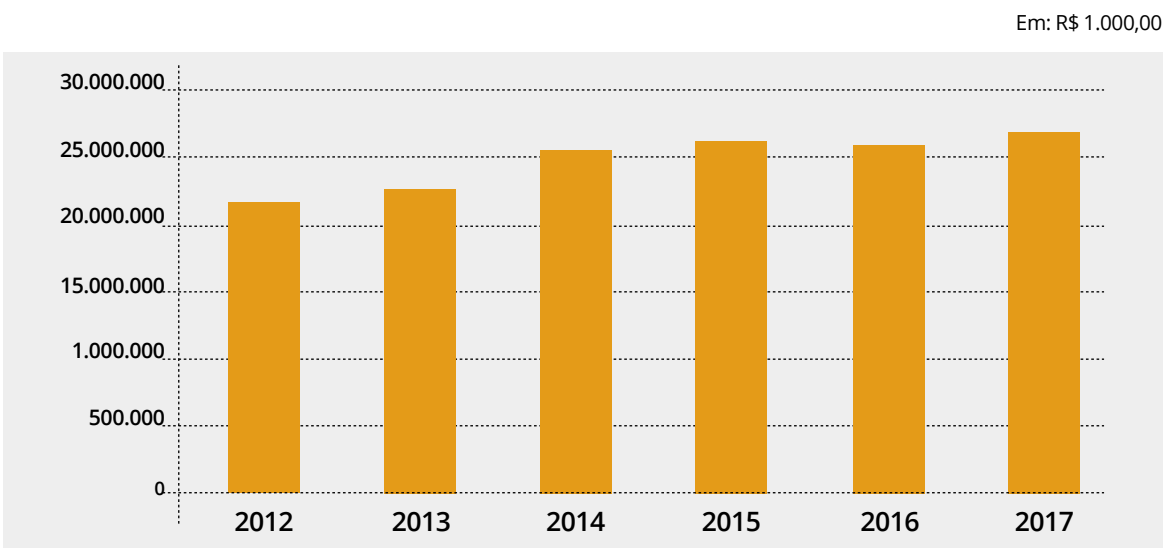
Em R\$1.000,00

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total do Período
Total Aplicado	2.153.601	2.265.213	2.530.111	2.583.920	2.574.530	2.674.156	14.781.540

Fonte: SIAFEM, 2017.
Nota: 1- Valores totais aplicados pelos órgãos de segurança pública, todas as funções de governo
2- Dados provisórios emitidos em 08/01/2018

GRÁFICO 04

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PERÍODO 2012-2017



Fonte: Siafem, 2017.

Do valor aplicado na área da segurança pública no estado, em 2017, da ordem de R\$ 2,7 bilhões, 65% destinaram-se às despesas de pessoal (folha de pagamento) e 35% às despesas de custeio (manutenção das atividades) e de investimentos (obras e aquisição de equipamentos). Ressalte-se ainda que, do total das despesas realizadas em 2017, R\$ 2,3 bilhões foram contabilizados diretamente pelos órgãos na função específica de segurança e R\$ 333,9 milhões em ações realizadas no apoio prestado pela área a funções desenvolvidas por outros organismos do Estado relacionadas à justiça, saúde, transporte, gestão ambiental, dentre outras.

A utilização desses recursos permitiu aos

órgãos de segurança pública estadual intensificar as estratégias de repressão qualificada e de prevenção social da violência e criminalidade, principais eixos de atuação programática do SIEDS, que resultaram na atuação efetiva das forças policiais no combate ao crime organizado e realizando ações preventivas contra diversos tipos de crimes (roubos, latrocínios, homicídios, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, corrupção, grupos de extermínio e milícias, e porte ilegal de armas de fogo, dentre outros).

Em 2017, foram realizadas 29 operações integradas nas quais atuaram além dos órgãos estaduais de segurança, órgãos municipais (guardas municipais e entidades municipais de trânsito) e federais, como a Polícia Rodo-

viária Federal (PRF), e também outros parceiros, como os Conselhos Tutelares, por exemplo. Dentre as principais operações integradas destacam-se: Carnaval na Paz, Semana Santa, Buriti, Colosso, Guazuma, Bertholletia, Harpia, e Lei Seca, entre outras.

No atendimento direto à sociedade, o sistema de segurança, em 2017, operacionalizou mais de 300 mil ocorrências de urgência e emergência realizadas pela população, direcionadas ao número 190 do Centro Integrado de Operações (CIOP), em Belém, e dos Núcleos Integrados de Operações (NIOP) em Altamira, Castanhal, Capanema, Conceição do Araguaia e Paragominas, consolidando a implantação desse serviço em todo o estado.

O Governo do Estado continuou investindo na melhoria da infraestrutura da área, tornando mais adequadas as condições de trabalho de policiais e demais servidores do sistema no atendimento à população. Assim, vem priorizando e garantindo a implantação das Unidades Integradas ProPaz (UIPP), espaços que propiciam condições de maior integração na realização das políticas públicas e programas de redução da violência e de atenção às vítimas, além de garantir o acesso das famílias fragilizadas a vários outros serviços essenciais como orientação psicossocial, emissão de documentos e atividades educativas e esportivas, em parceria com os órgãos de proteção e de promoção social e com os poderes Judiciário, Legislativo, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as prefeituras municipais e instituições representativas da sociedade civil organizada (Mapa 1 - UIPPs).

Além das 59 UIPPs já entregues à população paraense em todas as regiões do estado, no período de 2011 a 2016, foram implantadas, em 2017, oito novas unidades: Água Azul do Norte, Capitão Poço, Faro, Ipixuna do Pará, Mocajuba, Oriximiná, Palestina do Pará e Primavera, esta em parceria com o Grupo Votorantim. Encontram-se em andamento a construção das unidades de Alenquer, Baião, Bannach, Curuá, Gurupá, Melgaço e de Sapucaia, além da construção do novo prédio da UIPP de Cametá.

Além das UIPPs, também foi concluída a construção da Delegacia de Polícia de Acará,

assim como do prédio do 22º Grupamento de Bombeiro Militar (GBM) em Cametá. Outras unidades policiais também receberam melhorias na infraestrutura e aparelhamento, tais como:

- Delegacia de Polícia de Nova Timboteua
- Delegacia de Polícia de Garrafão do Norte (reforma e ampliação)
- Delegacia de Polícia de Aveiro
- Delegacia de Polícia de Novo Progresso
- Delegacia de Polícia de Tailândia
- Delegacia de Polícia de Santarém
- Seccional de Polícia da Cremação, em Belém
- Delegacia de São Caetano de Odívalas
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Barcarena
- 8º Grupamento Bombeiro Militar (GBM) em Tucuruí
- Alojamento da guarda do Comando Geral do CBM (reforma e ampliação)
- Policlínica Bombeiro Militar (reforma e adaptação do prédio da Ajudância Geral)
- Stand de tiro do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Estado do Pará (IESP).

Também foram iniciadas reformas e adequações: nas unidades da Polícia Civil de Abaetetuba, Belém (Delegacia do Bairro do Marco), Colares, Igarapé - Miri, Peixe-Boi, Santa Izabel do Pará e Santarém (hotel de trânsito).

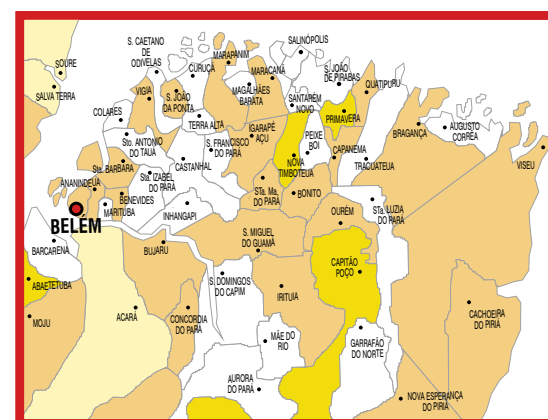
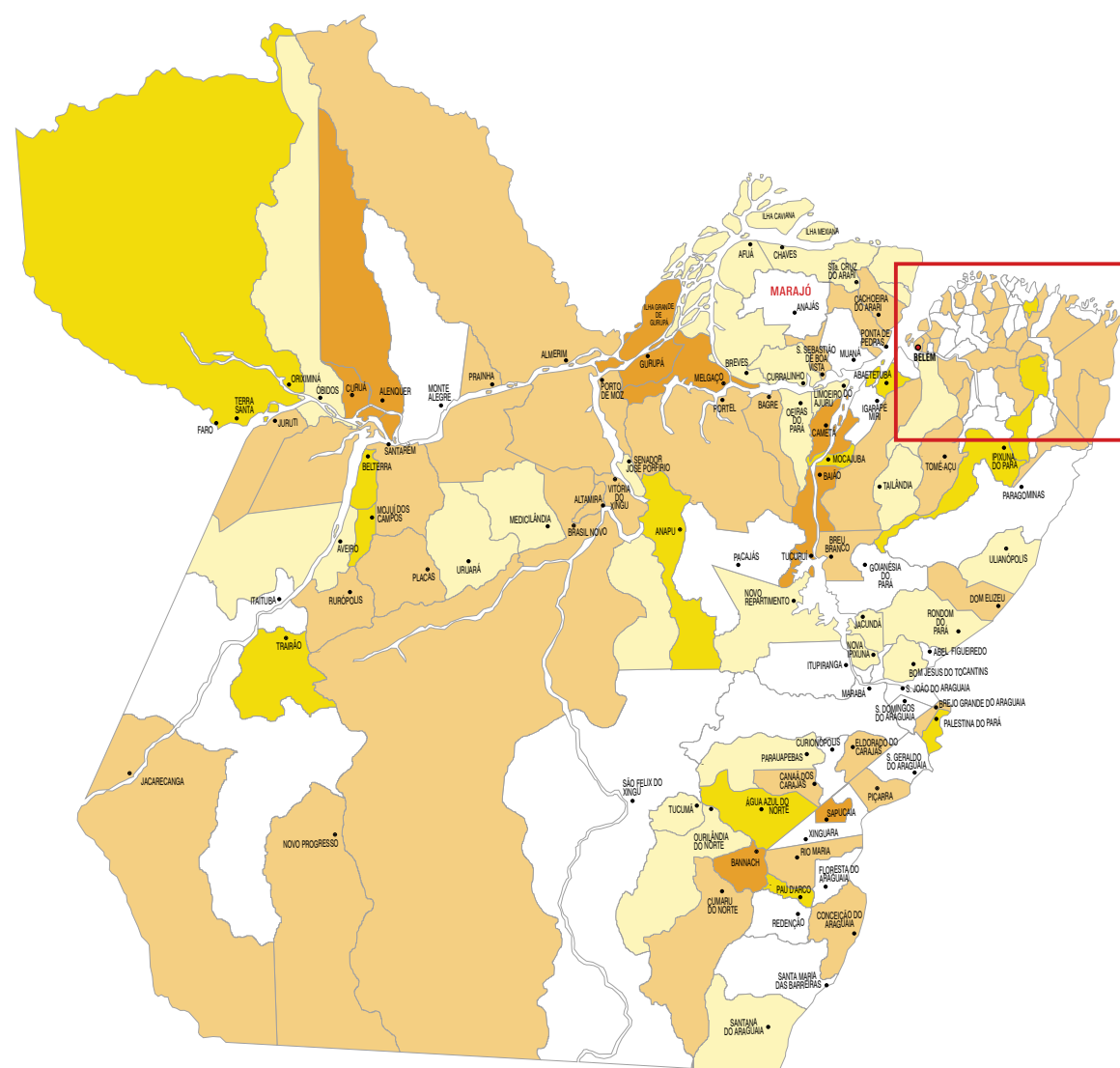
Acrescenta-se ainda a realização das obras, em Ananindeua, do Centro de Formação Aperfeiçoamento e Especialização do CBM (CFAE) com a construção de alojamentos, reforma das salas de aula, bloco administrativo, refeitório, pátio de formatura, alojamentos e vestiário. Em Belém, a reforma do 2º Batalhão de Polícia Militar; e, em Tailândia, a continuidade das obras do novo quartel do 14º GBM, na Região de Integração Tocantins, com previsão de término para início de 2018.

Em 2017, complementarmente aos investimentos em construção e reformas, foram adquiridos equipamentos fundamentais para o adequado desempenho das funções da força de segurança pública estadual. Entre as principais aquisições, destacam-se:

67 UIPPS FORAM
IMPLANTADAS NO ESTADO
DESDE 2011 E MAIS 7 ESTÃO
EM CONSTRUÇÃO



UIPPs POR MUNICÍPIOS



UIPPs Concluídas 2011 - 2016

UIPPs Concluídas em 2017

UIPPs Obras em andamento

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PMPA	112 motocicletas Outros veículos (1 caminhão, 2 microônibus, 2 vans, 1 furgão e 1 jipe) 317 equipamentos de informática (computadores e outros) 484 rádios de comunicação 665 armamentos (614 pistolas e 51 fuzis)
Polícia Civil	10 veículos tipo passeio 1.229 coletes à prova de bala 2 veículos tipo furgão 1 Veículo microônibus Diversos mobiliários e equipamentos para unidades policias.
CBM	13 veículos Unidades de Resgate (UR) 15 veículos tipo hatch - Auto Pessoal de Serviço (APS) 125 capacetes de combate a incêndio 110 centrais de ar condicionado 30 escadas de dois lances
SEGUP	1 aeronave 60 motos 8 veículos 21 veículos repassados à Guarda Municipal (12 viaturas e 9 motos)
Susipe	10 veículos tipo furgão e 6 ônibus cela 500 coletes balísticos 520 armamentos 1.300 algemas 151 computadores 100 rádios transceptores 8 scanners para segurança nas unidades prisionais 1 trator e 1 roçadeira agrícola (Complexo Penitenciário de Santa Izabel)
Detran	120 pares de Rádio Transceptor móvel 40 motocicletas 960 Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

Fonte: Órgãos do SIEDS

A manutenção de um quantitativo adequado de agentes para atender à demanda de segurança da sociedade constitui um grande desafio de gestão. Atualmente a área possui um quadro total de 29.248 servidores. Desse total, o maior contingente é da Polícia Militar, que conta com um efetivo de 16.704 servidores, atingindo uma média de 1/500 habitantes, número razoável embora ainda não satisfatório. Se esse contingente atual for comparado ao ano 2013, quando o quadro se encontrava na ordem de 14.234 servidores, observa-se um relativo incremento de 17,4%, não obstante o fluxo anual registrado de licenciamentos, reservas, reformas,

entre outras motivações da redução continuada do efetivo disponível a serviço da população.

A despeito das restrições orçamentárias e financeiras das contas estaduais, o Governo do Estado tem feito um esforço para compensar essas perdas e renovar o quadro de efetivo mediante ingresso de novos servidores concursados. Em 2017, 3.253 aprovados em concurso já ingressaram nos cursos de formação dos agentes de segurança pública, para a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros e, desse total, 774 finalizaram essa etapa, encontrando-se prontos para assumir suas funções no serviço.

CONCURSOS PÚBLICOS - INGRESSOS DE NOVOS POLICIAIS	
PMPA	2.004 aprovados - em curso de formação de praças. 165 aprovados - em curso de formação de oficiais.
CBM	30 aprovados, em curso de formação de oficiais. 274 agentes - concluíram o curso de formação de praças.
Polícia Civil	180 escrivães - concluíram o curso de formação. 300 investigadores- concluíram o curso de formação. 20 papiloscopistas - concluíram o curso de formação. 280 delegados aprovados - em curso de formação
Total	3.253

Fonte: Órgãos do SIEDS

Ainda no final de 2017, foi publicado edital do concurso público para contratação de 969 novos servidores efetivos para a Susipe, incluindo 500 vagas para agentes penitenciários. A formação adequada desses profissionais é essencial, sejam eles servidores militares ou civis, para que se atinja a excelência em suas atribuições dentro do Sistema de Segurança Pública. Para tanto, são observadas, no processo de formação, as recomendações curriculares nacionais disponibilizadas pelo Minis-

tério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com fundamentos na busca pela cidadania e pela dignidade da pessoa humana, visando à consolidação de valores sociais, morais e éticos, para atender os anseios da sociedade. Complementarmente à formação inicial, as ações de capacitação e treinamento aos agentes de segurança pública tiveram continuidade em 2017, totalizando 11.487 capacitações, conforme a seguir:

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
PMPA	9.488 policiais treinados e capacitados 37 oficiais realizaram o Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social 54 oficiais realizaram o Curso de Especialização em Defesa Social e Cidadania 100 policiais iniciaram Curso de Habilitação de Oficiais
CBM	26 oficiais realizaram o Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social 34 oficiais realizaram o Curso de Especialização em Defesa Social e Cidadania 451 militares capacitados em cursos presenciais (parceria Senasp) 308 militares capacitados em cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD) (parceria Senasp)
Polícia Civil	18 delegados realizaram o Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social 1.071 servidores administrativos e policiais capacitados
Susipe	1.136 servidores capacitados

Fonte: Órgãos do SIEDS

Dentre as capacitações realizadas, destacam-se os cursos de especialização destinados aos oficiais militares realizados pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), além do projeto da Academia Itinerante com aulas de investigação policial, armamento e tiro e téc-

nicas operacionais, entre outras, realizado pela Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) nas sedes de 10 Regiões Integradas de Segurança Públicas (RISP). Foram realizados 34 cursos de capacitação na Escola de Administração Penitenciária

(EAP/SUSIPE), sendo que uma das grandes inovações e alternativas para assegurar a continuidade das ações de capacitação foi a implantação da plataforma na modalidade Educação a Distância (EaD), parceria da SUSIPE com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), cujo primeiro curso nessa modalidade foi relativo à Responsabilidade Administrativa e Penal do Servidor Penitenciário, que se encontra em andamento com participação de servidores de todo o estado.

Destacam-se, ainda, as ações realizadas pelo CBM/Defesa Civil que atenderam 96 municípios, na sensibilização e orientação aos gestores municipais quanto à importância da implantação e funcionamento da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (CEDEC). Ações que resultaram também na capacitação de 362 agentes de Defesa Civil em Gestão de Risco de Ações de Prevenção, preparação e mitigação realizadas nos municípios de Abaetetuba, Abel Figueiredo, Baião, Brasil Novo, Breves, Cacho-eira do Arari, Castanhal, Curuçá, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Marabá, Maracanã, Nova Ipixuna do Pará, Ourém, Parauapebas e Tailândia.

Hoje, um dos maiores gargalos da segurança pública em todo o Brasil diz respeito à precariedade e à insuficiência da capacidade física instalada do Sistema Prisional. No Pará, esse quadro não é diferente.

Atualmente, a população carcerária sob custódia do Estado é de 17.686 detentos, sendo 1.263 sob monitoração eletrônica e 16.242 em situação de reclusão. Não obstante, a capacidade instalada do sistema prisional paraense limita-se a 8.630 vagas, representando um déficit no atendimento com relação à população reclusa de pelo menos 47%. Ressalta-se ainda que aproximadamente 39% da população carcerária do estado são presos provisórios, em torno de 6.334 detentos, que aguardam julgamento, agravando sobremaneira o problema da superlotação.

Não obstante a situação de restrição fiscal continuada das contas estaduais, o Governo não mediu esforço para garantir as despesas de manutenção e custeio do sistema, como também retomou o programa de investimentos em obras de recuperação e ampliação da capacidade instalada, buscando reduzir esse

déficit de atendimento. O esforço envolve disponibilizar 4.337 novas vagas no sistema, o que representa um aumento de pelo menos 50,2% da atual disponibilidade. Nesse sentido, estão em andamento as obras de conclusão das novas unidades prisionais nos municípios de Santarém, Marituba, Santa Izabel do Pará, Redenção, São Félix do Xingu, Parauapebas, Vitória do Xingu, assim como a ampliação dos Centros de Recuperação Regional de Tucuruí, Paragominas e Abaetetuba, e o Centro de Recuperação Penitenciário do Pará.

Dentre essas unidades, encontram-se programadas para conclusão já no primeiro semestre de 2018, a Penitenciária Jovens/Adultos, com 604 vagas, no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará (Região Guamá); Centro de Reeducação Feminino de Santarém (Região Baixo Amazonas), com 86 vagas; e três blocos carcerários no Presídio Estadual Metropolitano 3, em Marituba (Região Guajará), com 310 vagas. Também foram realizadas reformas e melhorias de outras unidades prisionais, visando prover adequadas condições para o cumprimento de penas dos custodiados da SUSIPE, destacando-se a implantação da Casa de Passagem do Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, em Belém, e a reforma da Unidade Básica de Saúde do Hospital Geral Penitenciário em Santa Izabel do Pará.

Para aprimorar ainda mais as condições de segurança em unidades prisionais do estado, foram instalados bloquEaDores de celulares em seis presídios nos Complexos Penitenciários do Pará, de Marituba e Santa Izabel do Pará, atingindo diretamente 6.500 presos. Para garantir o sucesso da implantação, foi realizada ação específica de monitoramento de forma integrada pela SUSIPE, Polícia Civil, PMPA e Força Nacional de Segurança Pública.

Para efetiva diminuição da violência e criminalidade no estado é necessário viabilizar condições para tornar os custodiados do Sistema Penitenciário agentes transformadores de sua própria realidade, reconhecendo nas condições de inclusão e proteção social uma verdadeira forma de promoção da reinserção social. Com esse objetivo, o Estado dá cumprimento às garantias de direitos previstas na Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal (LEP), possibilitando opor-

APROVADOS EM
CONCURSO INICIAM
A FORMAÇÃO COMO
PRAÇAS E OFICIAIS
MILITARES



tunidades de acesso à educação, atendimento psicossocial, saúde e trabalho, buscando a intensificação da humanização no sistema prisional do estado, diminuindo, assim, os índices de reincidência criminal, e propiciando maior segurança à sociedade.

As ações desenvolvidas com a população carcerária, em 2017, por meio de convênios com a Secretaria de Estado de Educação (SE-DUC) e secretarias municipais de educação nas unidades do interior do estado, atenderam 3.039 custodiados na educação formal e 302 na educação profissionalizante.

No Exame Nacional do Ensino Médio para as Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL), foram inscritos 754 alunos. No Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) participaram 1.485 detentos.

Quanto à educação profissionalizante e não formal, foram ofertadas 728 vagas em cursos livres e 328 em cursos profissionalizantes. Nessa área, destaca-se, ainda, o Projeto Implantação de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (PROCAP), firmado entre o Estado do Pará/SUSIPE e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), cujo primeiro ciclo, concluído em 2017, atendeu 69 custodiados, com capacitação em panificação. O segundo ciclo, já iniciado no final do exercício, prevê alcançar 12 unidades prisionais, em cinco Regiões de Integração, totalizando 390 vagas, em cursos de corte e costura industrial, marcenaria e manutenção de equipamentos de informática.

O Projeto Arca da Leitura proporciona acesso a um acervo de 25.347 títulos, em 25 unidades prisionais com biblioteca, que também são utilizados para o Projeto de Remição de Pena pela Leitura, implantado em cinco unidades (CRF, CRPP 2, CPASI, CRECN e CCAST), atendendo um total de 125 pessoas privadas de liberdade.

Em 2017, 23% da população carcerária paraense participou de atividade educacional, índice superior à média nacional, de 10,7%, segundo o último censo do Depen. O índice paraense inclui a participação de 52% da população carcerária feminina em atividades educacionais.

Por meio de parcerias firmadas com órgãos municipais, estaduais, federais e empresas privadas, são disponibilizadas vagas de trabalho aos internos com o objetivo de oportunizar um retorno com mais qualificação ao mercado de trabalho, com alocação de mão de obra carcerária em diversas atividades laborativas, tais como: marcenaria, paisagismo, limpeza de praças e canais, jardinagem, serviços gerais, digitalização de documentos e outros. Em 2017, foram realizados 29 convênios, que ofereceram 481 vagas de trabalho externo remunerado aos custodiados, tanto no setor público quanto no setor privado.

Nas unidades prisionais, mais de 1.200 custodiados desenvolveram atividades laborais em 2017. O Projeto Nascente proporcionou capacitação e aproveitamento de mão de obra carcerária de 40 internos do regime semiaberto da Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel do Pará, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos assistidos e, sobretudo, a autossustentabilidade, condição necessária para a reinserção social, como a produção de frutas, hortaliças, mel, tubérculos, farinha de mandioca, tucupi, palmípedes e suínos, que abasteceram diversas feiras realizadas em parceria com as Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Cesa) e Museu Emilio Goeldi.

As atividades desenvolvidas nas unidades prisionais também incluem três marcenarias instaladas no Centro de Recuperação do Coqueiro (CRC), Central de Triagem Metropolitana 2 (CTM 2) e no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará 2 (CRPP 2), nas quais são capacitados internos para fabricação de peças como souvenir, móveis e outros utensílios.

Na área de segurança pública, o Governo investiu na redução dos índices da violência no trânsito, uma grave realidade retratada em indicadores preocupantes, com efeitos impactantes, sobretudo na saúde pública. Dados do Sistema de Mortalidade (SIM) – DATASUS, de 2015, já apontavam que 5% dos óbitos no Pará, em torno de 1.700 vítimas, são decorrentes de acidentes de trânsito. Apenas com motocicletas, registrou-se, naquele ano, uma média de 1,3 óbitos por dia. Atualmente, 27,6% dos atendimentos do Hospital Metropolitano de Urgên-

cia e Emergência são a vítimas de acidentes de trânsito, em torno de 4.313 ocorrências, dentre estas 42% se referem a acidentes de motocicletas.

Estas e outras estatísticas alarmantes e desafiadoras fazem com que a melhoria da segurança no trânsito seja um dos objetivos do Governo do Estado e prioridade na aplicação de recursos.

Dentre as medidas fundamentais para enfrentamento desse quadro de violência, sem dúvida a educação no trânsito é essencial. Nesse sentido, o Estado promoveu, em 2017, nada menos de 400 ações educativas envolvendo o DETRAN e outros órgãos como a SEDUC, Fundação ProPaz, PMPA, CBM, SESP, SEJUH, entre outros.

Ressalta-se, ainda, a implantação em Belém da Escola Pública de Trânsito, criada com o objetivo de contribuir para a redução do alto índice de acidentes no trânsito. A escola funciona em prédio próprio do DETRAN, beneficiando a população do Estado do Pará com ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, da mobilidade e da segurança no trânsito. A instalação e o funcionamento da escola estão previstos na resolução nº 515 de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que prevê a promoção da Política Nacional de Trânsito. Foram ofertados gratuitamente cursos para mototaxistas e motofretistas, beneficiando mais de 500 profissionais, de 11 municípios; curso de agente multiplicador de educação para o trânsito, habilitando mais de 260 pessoas entre professores e agentes de trânsito municipais, de nove municípios. Também foram realizados cursos de direção de veículos de emergência como ambulâncias e viaturas, reciclagem para motoristas de ônibus e táxi, carga indivisível e transporte escolar.

Procurando promover a integração da orientação e do combate à violência no trânsito, nas sedes municipais, foram aplicados

recursos na ordem de R\$10 milhões para sinalização gráfica horizontal e vertical nos municípios do Acará, Capanema, Marituba, Marapanim, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, São João de Pirabas e Vigia. Estão em andamento os projetos de sinalização em Santana do Araguaia e Alenquer.

Na fiscalização de trânsito foram realizadas, em 2017, 4.829 operações, com destaque para a parceria entre DETRAN e PMPA, que viabilizou operações de fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.

A Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), órgão do DETRAN, descentraliza a prestação dos serviços oferecidos pelo órgão titular em todas as regiões do estado. Nesse sentido, visando a melhoria das condições estruturais para o atendimento da população no interior do estado, foram realizadas adequações nas Ciretrans de Altamira, Castanhal, Marabá, Parauapebas, Rio Maria, Rondon do Pará e Santarém (Estação Cidadania). Foram iniciadas também obras de revitalização e manutenção da Ciretran de Capanema. Além disso, ocorreram investimentos em aparelhamento nas Ciretrans de Barcarena, Belém, Capanema, Capitão Poço, Ourilândia do Norte, Rondon do Pará, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Uruará.

Destacam-se, também, os investimentos realizados em aprimoramento tecnológico (serviços de informática, hardwares e softwares), no montante de R\$ 30 milhões, com o propósito de assegurar maior rapidez e segurança nos procedimentos de habilitação de condutores e registro de veículos, visando a melhoria do atendimento à população em todo o estado.

Finalmente, vale frisar, a construção do Parque de Retenção Rotativo, localizado no bairro do Bengui, em Belém, importante estrutura de segurança, que também servirá de apoio para as operações de fiscalização e de funcionamento da comissão de leilões.

NOVO GRUPAMENTO
DOS BOMBEIROS EM
SALVATERRA VAI ATENDER
SEIS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO DO MARAJÓ



PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A execução das políticas públicas relacionadas à promoção dos direitos humanos requer a permanente articulação entre governos em suas diferentes esferas, poderes constituídos e sociedade, com o objetivo de defender o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, estabelecendo maior justiça social.

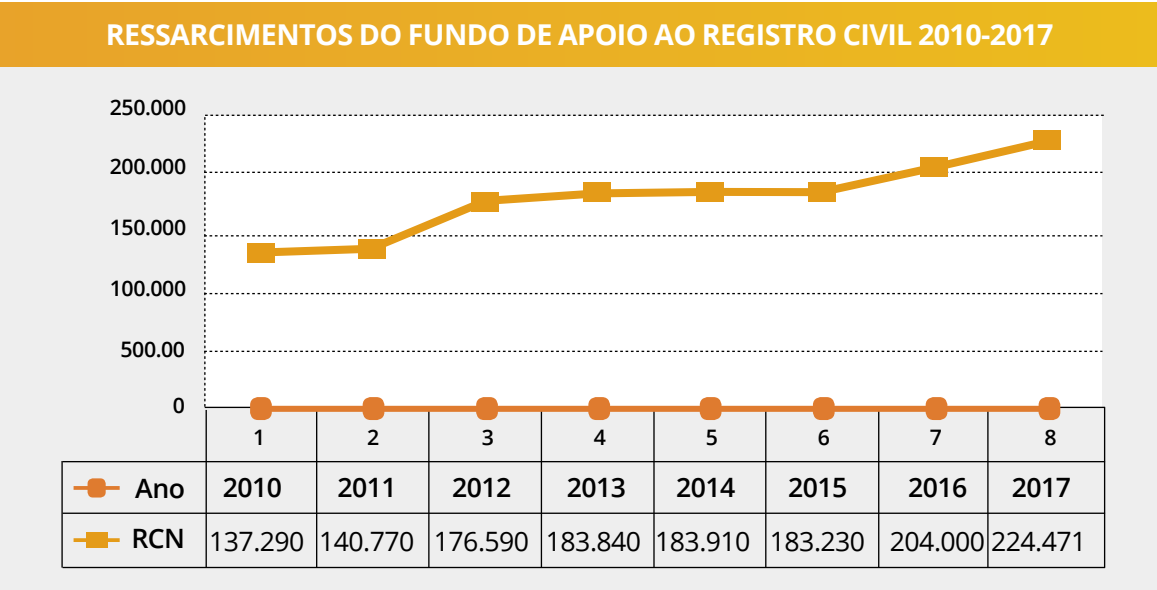
A promoção do acesso aos direitos previstos na Constituição é um meio de se construir uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, e considerando o caráter interdisciplinar dos direitos humanos, as políticas públicas devem ser implementadas de forma conjunta pelos órgãos e entidades governamentais.

Nessa linha, as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado estão focadas nos segmen-

tos da sociedade que mais necessitam da atuação do Poder Público para ter acesso a serviços como expedição de documentos, justiça, saúde, direito do consumidor.

A certidão de nascimento é o primeiro documento civil, e o Governo tem intensificado as ações no sentido de erradicar o sub-registro. O resultado está demonstrado no Gráfico 05, que apresenta a tendência de crescimento do número de pessoas beneficiadas no período de 2010-2017. Só em 2017, foram emitidas 224.471 certidões de nascimento nos 144 municípios do estado, a um custo R\$ 4,3 milhões, que foram ressarcidos aos registradores civis pelo Fundo de Registro Civil de Nascimento.

GRÁFICO 05



Fonte: SEASTER/DRCCP
Elaboração: NUPLAN

As caravanas do Programa ProPaz Cidadania, sob a coordenação da Fundação ProPaz e com participação de órgãos como Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Secretaria de Estado de

Saúde Pública (Sespa) e Defensoria Pública, vem trabalhando para promover a inclusão social.

As caravanas de cidadania alcançaram 137.225 atendimentos em 2017, oferecendo emissão de Registro Geral (RG), Carteira Social, emissão de Certidão de Nascimento (1ª e 2ª vias), emissão de Identidade Jovem (ID Jo-

vem), atendimento jurídico, entre outros serviços. A emissão da ID Jovem, no âmbito do ProPaz Juventude, foi realizada em aproximadamente 80 municípios. De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Pará foi o primeiro estado da Região Norte em emissão da ID Jovem e o décimo do Brasil, com quase 10 mil emissões.

A parceria com a SNJ possibilitou ao Governo do Estado a capacitação de 2.000 gestores em 10 municípios: Aveiro, Belém, Breves, Castanhal, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itaituba, Marabá, Parauapebas e Santarém.

Outras ações foram desenvolvidas pela Seaster junto às populações tradicionais, quilombolas e indígenas com atendimentos e apoio à emissão de 999 Registros Administrativos de Nascimento Indígena (RANIs), expedidos pela FUNAI.

As Estações Cidadania localizadas em Belém (Guamá e Shopping Bosque Grão-Pará), Marabá e Santarém, têm como finalidade disponibilizar à população a prestação de serviços públicos, mediante a integração de diversos órgãos no mesmo local, oferecendo atendimento ágil, eficiente e de qualidade. Em 2017, foram emitidas 49.042 carteiras de identidade e 15.169 carteiras de trabalho, entre outros documentos.

A promoção da cultura de paz levou à implementação de ações que enfatizaram a integração e a articulação no atendimento às populações com maior vulnerabilidade social. Nessa linha, o ProPaz Integrado é uma ação especializada no atendimento às crianças, adolescentes, mulheres e famílias em situação de violência no estado do Pará, para a redução dos danos físicos e psíquicos a que são submetidos, abrindo um caminho de confiança e referência para recebê-los na rede de assistência. Integram esses serviços a Fundação ProPaz, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Santa Casa), a Sespa, o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC Renato Chaves), assim como os procedimentos investigativos da Polícia Civil. Em 2017, o projeto atendeu 16.379 pessoas nos Núcleos ProPaz Integrado de: Altamira, Bragança, Breves, Paragominas, Santarém e Tucuruí e nos três polos de Belém (Santa Casa, CPC Renato Chaves e ProPaz Mulher).

O Governo do Estado também desenvolveu

ações relativas à política estadual de combate ao uso de drogas, com ênfase nas atuações integradas de prevenção e capacitação. No tocante às ações de prevenção foram realizadas pela Sejudh palestras educativas e atividades como a Ação Educativa de Carnaval e a Ação Educativa de Verão, no período de férias escolares, nas regiões do Guajará, Marajó, Tocantins, Lago de Tucuruí e Rio Caeté. Essas ações contaram com a parceria do Projeto Escola da Vida (CBM), Seaster e a rede dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Em Belém as atividades aconteceram nos terminais rodoviário e hidroviário).

Em relação à capacitação de profissionais da rede de atenção aos usuários de álcool e outras drogas foram realizadas ações pela Sejudh e Seaster, em parceria com o ProPaz, como palestras, oficinas e seminários, totalizando 597 agentes capacitados nos polos de Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Itaituba e Redenção. Em 2017, foi realizado em Belém, o “Encontro Estadual: Drogas e Cidadania – Prevenção, Redução de Danos e Direitos Humanos”, sob a coordenação da Sejudh e do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned), promovendo espaço de qualificação e integração de experiências de entidades, instituições, movimentos sociais, estudantes, profissionais e gestores municipais. O evento recebeu mais de 1.300 participantes em dois dias de atividades, com certificações expedidas pela EGPA.

A política de promoção de direitos da mulher, coordenada pela Sejudh, foi realizada em parceria com secretarias estaduais, prefeituras, conselhos representativos (estadual e municipais), bem como com organizações da sociedade. As principais realizações em 2017 foram os eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher, que envolveram cerca de 1.500 participantes, como a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher com o tema “Empodera Mulher Negra. Empodera!”, com público de 300 participantes, representantes de movimentos sociais, órgãos públicos e sociedade civil.

Por meio das ações do Movimento de Valorização da Criança e do Adolescente (Mover) buscou-se promover a integração e articulação entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adoles-

centes (SGDCA), com a mobilização de cerca de 3.300 pessoas entre sociedade civil, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, diretores de escolas, agentes comunitários de saúde, técnicos dos Creas e Cras, promotores de justiça, defensores públicos, magistrados, representantes de movimentos sociais e servidores do estado da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Unidades Regionais de Educação / SEDUC, Polícia Civil, PMPA e CBM. Foram promovidas diversas ações como os encontros de atualização do Mover (Santarém, Marabá, Bragança e Castanhal), e reuniões com os operadores do SGDCA em Alenquer, Bagre, Breves, Curuá, Faro, Juruti, Moju, Soure, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, entre outros.

É importante enfatizar que a proposta do Mover, que tem o firme propósito de enfrentar os problemas relacionados a crianças e adolescentes e desenvolver estratégias de articulação pouco vivenciadas nos estados brasileiros, envolve a articulação de órgãos como Fundação ProPaz, Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE), Ministério Público do Estado do Pará (MPE), Defensoria Pública do Pará, Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM), Segup, Seaster, Sejudh, Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Fasepa, Escola de Governança do Estado do Pará (EGPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Por meio do ProPaz Escola, também coordenado pela Fundação ProPaz, foram realizadas ações articuladas com parceiros como Seduc, Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Detran), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBM), Segup, Polícia Militar (PMPA), Polícia Civil (PC), Sejudh, Seaster, Defensoria Pública e Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe). Essas ações envolveram estratégias de construção da cultura de paz, com estudantes, suas famílias e toda a comunidade escolar, atendendo mais de 10.000 pessoas e contribuindo para o desenvolvimento de um espaço saudável de aprendizagem e formação cidadã, focalizando os Direitos Humanos vinculados ao processo educacional. Dentre as palestras realizadas

destacam-se temas como a Cultura de Paz, Atenção Integral a Crianças e Adolescentes, Protagonismo Juvenil, Bullying, Violência nas Escolas, Ética e Cidadania.

Alinhado ao ProPaz Escola e à prevenção social da violência e criminalidade, o Programa Escola da Vida (PEV), do CBM, registrou 2.667 crianças e adolescentes matriculados em 19 municípios: Abaetetuba, Ananindeua, Belém (cinco polos), Breves, Capanema, Castanhal, Curralinho, Marabá, Marituba, Moju, Paragominas, Ponta de Pedras, Salinas, Santarém, Santa Izabel do Pará, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tucuruí e Vigia de Nazaré.

A PMPA desenvolveu o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), tendo como público-alvo alunos da educação infantil, 5º e 7º anos com aulas ministradas por policiais militares devidamente capacitados na metodologia. Em 2017 o Proerd atendeu 26.230 pessoas.

Com o ProPaz Enem foram beneficiados mais de 20.000 estudantes no estado, com aulas presenciais nos municípios de Abaetetuba, Belém, Benevides, Bragança, Breves, Castanhal, Curuçá, Marabá, Moju, Paragominas, Parauapebas, Rondon do Pará, Santa Izabel do Pará, Santarém, Soure, Tucuruí e Viseu. Aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foram realizadas em parceria com a Seduc, Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) e iniciativa privada, chegando a estudantes de 115 municípios paraenses, por meio de transmissões televisivas.

Ainda na promoção da cultura de paz, por meio do programa ProPaz nos Bairros foi atendida a média mensal de 1.196 alunos com atividades pedagógicas, esportivas e artísticas, sempre no contraturno escolar do aluno, nos polos Mangueirão, Sacramento, Guamá, Terra Firme, Outeiro e Marituba.

As ações com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social e a consolidação dos Direitos da Pessoa com Deficiência continuaram a ser desenvolvidas no âmbito do Plano Existir. Em parceria com o Núcleo de Articulação e Cidadania (NAC), Fundação Cultural do Pará (FCP) e Seduc, foi realizada, em Belém, a Feira Estadual Existir com o tema "Arte, Cultura, Educação e Esporte em Movimento" que recebeu cerca de 3.000 visitantes com capacitação de 920 pessoas e contou com a participação do MPE, Conselho Estadual dos Direitos da Pes-



EM 2017 AS CARAVANS
PROPAZ ATENDERAM
MAIS DE 130 MIL
PESSOAS EM 80
MUNICÍPIOS DO PARÁ





MAIS DE 20.000
ESTUDANTES
PARTICIPARAM DOS
AULÕES DO PROPAZ ENEM
EM VÁRIOS MUNICÍPIOS

POLO PROPAZ DE
SANTARÉM GANHA
ESPAÇO DE LEITURA
DO PROJETO LIVRO
SOLIDÁRIO



soa com Deficiência (CEDPD), Rede Municipal do Plano Existir de Marabá e Santarém, e instituições de ensino superior públicas e privadas além dos órgãos participantes do comitê gestor do Plano: Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON), Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), EGPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), Fundação Carlos Gomes (FCG), Fundação Cultural do Pará (FCP), Imprensa Oficial do Estado (IOEPA), PMPA, Seaster, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), Seduc, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), Sejudh, Sespa e Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Ainda voltado à temática dos direitos da pessoa com deficiência foi realizado o curso "Acessibilidade arquitetônica e inclusão social" com a participação de 40 engenheiros, arquitetos e técnicos de projetos de órgãos públicos, para orientar e divulgar as normas de acessibilidade a fim de garantir o cumprimento da legislação pertinente em obras e reformas realizadas nos prédios públicos. Com parceria entre Fapespa e NAC, foi publicado edital para projetos de apoio ao desenvolvimento de tecnologias assistivas, no valor total de R\$1 milhão, cujo objetivo é contribuir para a pesquisa científica de produtos, serviços e ações que elevem a autonomia, independência, qualidade de vida e a inclusão social de pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou de idosos.

Foi realizado pela Sejudh, em parceria com a Seduc, o projeto "Vou envelhecer e você?" com o objetivo de promover ações de conscientização da sociedade sobre os direitos da pessoa idosa, considerando que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou. Assim, 1.142 alunos do 5º ano do ensino fundamental de sete escolas públicas de Belém e Ananindeua, receberam orientações sobre respeito e valorização da pessoa idosa, sobre o processo de envelhecimento e o Estatuto do Idoso.

Em relação à política de enfrentamento ao tráfico de pessoas foram realizadas 1.090 abordagens preventivas em Belém no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) localizado no Aeroporto Internacional de Belém Val-de-Cans Júlio Cezar

Ribeiro e Terminal Rodoviário. Foram realizadas palestras educativas que ofereceram capacitação para identificação e/ou atuação frente ao fenômeno do tráfico de pessoas, trabalho escravo, migração e suas violações correlatas, alcançando 1.800 pessoas. Dentre os projetos implementados, está a parceria entre Sejudh, Seduc e a Organização não Governamental-ONG Repórter Brasil no "Projeto Escravo, nem pensar!", por meio da qual foram capacitados 736 participantes de 58 municípios.

No apoio às políticas públicas indigenistas do Estado destaca-se a realização, em São Félix do Xingu, da Semana dos Povos Indígenas, com participação de cerca de 4.000 indígenas de 10 etnias (Caiapó, Tembé, Gavião, Waiwai, Kuxuyana, Xikrin, Guajajara, Parakanã, Surui e Munduruku), em atividades culturais, sociais e esportivas. Durante o evento foram realizados mais de 400 atendimentos de saúde e cidadania. Destaca-se ainda a realização em Belém, pela Sejudh, do Encontro das Lideranças Indígenas do Estado, em parceria com a Secretaria Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais (Seeips), Seduc, Cohab, Sespa, Seel, Uepa, entre outros.

No que se refere às ações voltadas à população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros e Intersexo (LGBTI) foi realizada a Campanha de Enfrentamento à Lgbtobia "Respeito não tem gênero" oferecendo diversas oficinas com o tema "População LGBTI: Conhecer para Respeitar", atingindo mais de 1.500 pessoas em Belém e no interior do Estado. Foram realizadas ainda Caravanas de Cidadania com atendimentos diversos como emissão de documentos, consultas e exames médicos nos municípios visitados.

Na esfera da política de proteção e defesa do consumidor destaca-se, em 2017, a implantação de novo polo de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon - órgão vinculado à Sejudh) em Marituba, ampliando o processo de descentralização do atendimento a fim de possibilitar aos consumidores maior facilidade de acesso aos serviços e instrumentos voltados à defesa de seus direitos. Em 2017, foram registrados cerca de 20 mil atendimentos pelo Procon nas unidades de Ananindeua, Belém, Capanema, Marabá, Marituba e Santarém. Foram realizadas 1.592 audiências de conciliação.

EDUCAÇÃO

Considerando que a educação é o pilar estruturante de qualquer sociedade que anseia transformar a realidade para alcançar o bem-estar de homens e mulheres, o Governo do Estado, deu continuidade ao planejamento estratégico alinhado no Pacto pela Educação do Pará, realizando ações articuladas objetivando a melhoria qualitativa e quantitativa dos resultados, referenciados em indicadores que auxiliam o acompanhamento das atuações voltadas ao ensino, logística e gestão de pessoas, com finalidade última de aperfeiçoar a utilização dos recursos públicos para responder às demandas da sociedade.

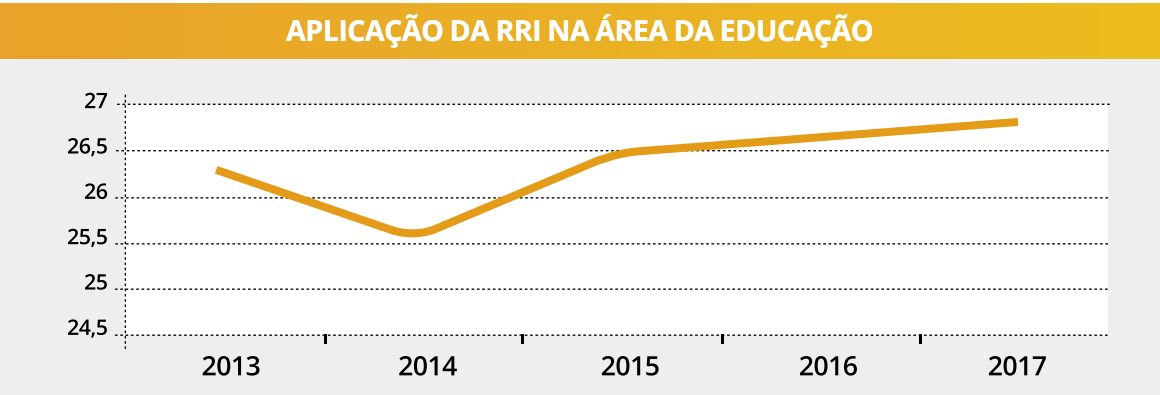
Em 2017, foram aplicados na educação R\$ 3,5 bilhões, o que corresponde a 26,78% da Receita Resultante de Impostos (RRI), portanto, acima do mínimo de 25% estabelecido pela Constituição, ratificando o cumprimento constitucional dos anos anteriores (Quadro 15 e Gráfico 06). Observa-se que esse percentual, no ano 2014, embora acima do limite mínimo, esteve abaixo do percentual registrado no ano anterior, em decorrência da forte queda das receitas transferidas, notadamente relativas ao FPE e IPI, comprometendo a formação da RRI naquele ano.

QUADRO 15

QUADRO 15 - APLICAÇÃO DA RRI NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	
ANO	% da RRI
2013	26,21
2014	25,56
2015	26,39
2016	26,61
2017	26,78

Fonte: Balanço Geral do Estado, 2017.

GRÁFICO 06



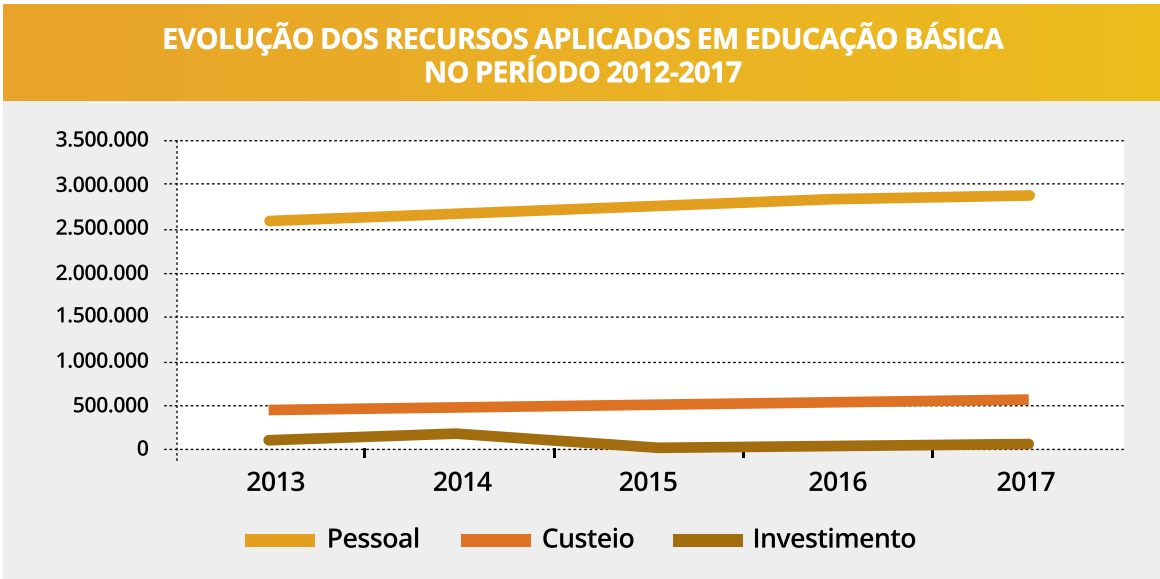
Fonte: Balanço Geral do Estado, 2017.

QUADRO 16

RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO BÁSICA POR ANO E GRUPO DE DESPESA (VALORES CONSTANTES)				
Em: R\$ 1.000,00				
ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
2013	2.597.819	441.320	131.677	3.170.815
2014	2.663.462	525.126	166.695	3.355.283
2015	2.743.269	518.080	65.797	3.327.145
2016	2.841.536	534.200	44.157	3.419.892
2017	2.880.790	566.778	79.047	3.526.615
TOTAL	13.726.875	2.585.504	487.373	16.799.751
%	82	15	3	100

Fonte: Siafem, 2017.

GRÁFICO 07



Fonte: Siafem, 2017.



CURUÇÁ GANHA ESCOLA
PADRÃO COM ENSINO
PROFISSIONALIZANTE PARA
1,4 MIL ESTUDANTES

Educação Básica

Em 2017, foram matriculados 532.857 alunos, sendo 321.304 vinculados ao ensino médio e 211.553 vinculados ao ensino fundamental. Destaca-se, dentre esses matriculados, 77.851 alunos da modalidade educação de jovens e adultos; 7.285 alunos de educação profissional de modalidade concomitante e subsequente; 7.983 alunos abrangidos pela modalidade de educação especial; e 35.053 alunos vinculados ao Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME).

De acordo com o último Censo Escolar (2016) e os últimos dados (2016) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os indicadores educacionais relativos às taxas de reprovação no ensino médio e no ensino fundamental registraram tendência de diminuição, numa média geral de 12%, em todas as Regiões de Integração (RI) do estado, na comparação com os anos anteriores a 2016 (os dados de 2017 ainda estão sendo apurados). Essa tendência de redução reflete o esforço de Governo em todas as regiões de integração decorrentes das ações articuladas do Pacto pela Educação. Atualmente a taxa média de reprovação da rede estadual da educação básica limita-se a 11%, abaixo da nacional, que é em torno de 13%.

A redução da taxa de evasão é um dos macro desafios educacionais estaduais, vis-

to que esse indicador sinaliza a efetividade das estratégias direcionadas à manutenção dos alunos na escola. Com base no Censo Escolar (2016), observou-se também a diminuição do abandono no ensino fundamental em nove das 12 Regiões de Integração. Entretanto, ainda é preciso avançar em relação à taxa de abandono do ensino médio, que registrou melhoria nos percentuais em apenas três regiões (Guajará, Marajó e Rio Caeté).

O Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE), lançado em 2013, afere a proficiência dos alunos da rede estadual de ensino em língua portuguesa e matemática. Em 2017, o Governo estadual mobilizou-se em torno da divulgação desse exame, envolvendo 12 municípios das Regiões de Integração Araguaia, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó e Rio Capim, realizando oficinas e workshops que retrataram os resultados de anos anteriores, bem como reforçaram a importância do sistema avaliativo para o alcance do patamar desejável de qualidade educacional. Ao mesmo tempo, durante o ano passado foram realizados exames em 280 escolas do ensino médio e fundamental, sendo 244 localizadas em áreas urbanas e 36 em áreas rurais, cobrindo uma amostra 44.534 alunos. Os resultados serão divulgados ainda no primeiro semestre de 2018.

Educação em Tempo Integral

Ancorada no Plano Nacional de Educação, a proposta de educação em tempo integral amplia a permanência do aluno na escola incentivando o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas, afetivas e culturais. Em 2017, por meio da ação de ampliação gradativa da educação em tempo integral foram atendidos 3.486 alunos distribuídos em 15 escolas do ensino médio nos municípios de Ananindeua, Belém e Marabá, e 1.696 alunos do ensino fundamental em 10 escolas nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides e Castanhal, que adotaram conteúdos programáticos e projetos interdisciplinares nas áreas de cultura, esporte e lazer.

Associada a essa modalidade de educação integral, destaca-se a adesão do Estado ao Programa “Novo Mais Educação” do Governo Federal, com recursos encaminhados diretamente às escolas (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE e Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE) para promoção de atividades complementares que favorecem também permanência do aluno regular na escola. Em 2017, esse programa atendeu 13.904 alunos em 18 municípios das Regiões de Integração Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins.

Educação de Jovens e Adultos

Algumas situações como a inserção precoce no mercado de trabalho, gravidez na adolescência, privação da liberdade, dificuldades de acesso em zonas rurais, entre outros, impactam nas taxas de distorção idade-série. Reverter o descompasso no tempo ideal de escolarização é objetivo da Educação de Jovens

e adultos (EJA). Com ênfase no incentivo à autonomia pela educação e profissionalização, em 2017 foram matriculados 77.851 alunos na modalidade EJA, sendo 33.575 no ensino fundamental, 42.934 no ensino médio e 1.342 no ensino técnico integrado, em todas as Regiões de Integração.

Educação no Campo

Elevar a escolaridade de jovens e adultos agricultores familiares com idade entre 18 e 29 anos é meta do Programa “Projovem Campo Saberes da Terra”, iniciativa importante em parceria com o Governo Federal. Em 2017, o programa proporcionou certificação correspondente ao ensino fundamental integrada à qualificação social e profissional para 1.000 jovens nos municípios de Augusto Correa, Baião, Dom Eliseu, Faro, Moju, Goianésia, São Miguel do Guamá, Santo Antônio do Tauá, Tailândia e Tracuateua.

A parceria entre a Seduc e Universidade do Estado do Pará (UEPA) para implantação do

Programa Escola da Terra com a finalidade de oferecer cursos de aperfeiçoamento e formação para educadores atuantes em escolas do campo e quilombolas prevê, a partir de 2018, o envolvimento de 50 educadores e o atendimento de 300 agentes comunitários nos municípios de Mocajuba, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Bujaru, São Domingos do Capim e São Caetano de Odivelas.

Além disso, em 2017, foram atendidos também 3.795 alunos, em 114 comunidades quilombolas, localizadas em 8 municípios das Regiões de Integração Baixo Amazonas, Guamá, Rio Capim, Tocantins e Xingu.

Educação Profissional

A educação profissionalizante ofertou, em 2017, 35 cursos técnicos em 23 unidades de ensino localizadas nos municípios de Belém, Marituba, Benevides, Bragança, Cametá, Tailândia, Santarém, Monte Alegre, Oriximiná, Castanhal,

Curuçá, Santa Izabel do Pará, Vigia de Nazaré, Itaituba, Paragominas e Salvaterra, nos quais foram matriculados 7.285 alunos, distribuídos nos cursos técnicos concomitantes, 760 alunos, e subsequentes, num total de 6.525 alunos.

Educação Inclusiva

Na educação inclusiva, a política de valorização da cultura indígena exerce função social relevante à participação destes povos na sociedade. Com ênfase nos conteúdos interdisciplinares e diferenciados, foram atendidos 1.701 alunos indígenas nas modalidades e níveis infantil e fundamental (431), médio (101), Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) Indígena (1.043), EJA (63) e Projeto Mundiar (63), os quais, somados à rede municipal, totalizam 12.545 indígenas atendidos na educação básica em 30 municípios do estado.

Das matrículas realizadas em 2017, 1,33% referem-se à educação especial, abrangendo 7.983 alunos atendidos em 139 unidades escolares localizadas em 13 municípios nas Regiões de Integração Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté e Xingu. O atendimento educacional especializado garante o acesso e a permanência de alunos com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtornos do Espectro Autista (TGD/TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S) na rede estadual de ensino.

Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)

O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) visa garantir acesso aos alunos à educação básica nas localidades não compreendidas pela rede física estadual nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio regular. Efetivada há 37 anos e mediante a observância das peculiaridades locais, a estratégia vem possibilitando a continuidade dos estudos sem

deslocamento dos alunos de suas comunidades. Em 2017, o SOME atendeu 35.053 alunos, matriculados em 1.485 turmas, distribuídos em 442 localidades de 97 municípios, em todas as Regiões de Integração, com o envolvimento de 1.200 professores, num esforço para ampliação da escolarização, redução da reprovação e evasão escolar ao longo do período.

Educação Musical

Ao longo de sua história, a Fundação Carlos Gomes (FCG) contribui decisivamente para o acesso ao ensino musical no estado. Concomitante ao ensino fundamental e médio, a educação musical vai além da complementação em atividades extracurriculares. Compreende, dentre outros objetivos, formar o aluno com consciência da diversidade, solidariedade e apoio às diferenças, fomentando a aprendizagem musical como instrumento futuro à inserção no mercado de trabalho.

Em 2017, foram atendidos 109 alunos de nível médio profissionalizante e 1.318 alunos de ensino fundamental, matriculados em unidades escolares da Região Metropolitana de Belém, em 27 cursos ofertados, como os de musicalização, teclado, violão, piano, cavaquinho e cursos regulares de instrumento e canto.

Além disso, foram promovidos 33 concertos denominados “Terças Musicais” a fim de aprimorar a qualidade da educação musical que,

entre estudantes e professores, atingiram cerca de 2.100 pessoas.

Entre os resultados registrados, destacam-se a participação dos alunos nos eventos “Concerto em homenagem ao compositor Carlos Gomes” realizado em setembro, e em outubro o “Festival de Música Brasileira” que na sua XXXIII Edição, homenageou o músico Francisco Mignone, envolvendo 650 alunos da educação musical básica.

A edição 2017 do projeto “Ópera Studio” realizado pela FCG em Belém envolveu 25 alunos em apresentações musicais para 5.200 pessoas. Destaque para a participação dos alunos no III ENCANTA - Encontro de Canto da Amazônia realizado em abril com a participação da cantora portuguesa Ana Ester Neves como ministrante de masterclass na Sala Ettore Bosio. Frisa-se o envolvimento de 140 alunos de musicalização no evento, sendo 60 alunos no Coro Itaci Silva e 80 alunos no Coro Experimental Doris Azevedo.

Projetos Multidisciplinares

Tendo em vista a redução do abandono e o fluxo escolar, os projetos multidisciplinares incentivam o desenvolvimento de habilidades e competências nos alunos da rede estadual de ensino, constituindo-se em ferramenta de melhoria da qualidade educacional ao estabelecer um diálogo entre os conteúdos, levando o educando a um melhor entendimento do mundo concreto e à compreensão dessas relações. Em 2017, deu-se continuidade aos seguintes projetos:

- **Projeto Mundiari**: implantado em 2014 pela Seduc, em parceria com a Fundação

Roberto Marinho, visa minimizar a distorção idade-ano, atuando com jovens em defasagem escolar a partir dos 13 anos no ensino fundamental (com duração de 24 meses) e 17 anos no ensino médio (com duração de 18 meses). Em 2017, o Projeto atendeu 27.281 alunos, sendo 18.276 matriculados no ensino médio e 9.005 no ensino fundamental, em 105 municípios do estado, nas 12 Regiões de Integração;

- **Programa Ensino Médio Inovador Pro-EMi**: por meio de atividades com-

plementares de ciência, cultura, lazer e leitura, o programa obteve adesão de 59 escolas em 2017, atendendo 41.487 alunos distribuídos em 41 municípios de 11 Regiões de Integração;

- **Projeto “Jovem de Futuro”**: em parceria com o Instituto Unibanco e presente em 46 municípios, a iniciativa volta-se para a gestão escolar participativa, com perspectiva de melhoria nos resultados de aprendizagem dos estudantes. Foram atendidos 72.354 alunos, distribuídos em 155 escolas de 11 municípios das Regiões de Integração Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá e Xingu;
- **Projeto “Aprender mais”**: com ênfase na diminuição da defasagem escolar e direcionado a alunos matriculados no ensino fundamental e médio com dificuldades de aprendizagem, o projeto atendeu, por meio da capacitação de professores, 22.695 alunos no ensino fundamental e

5.000 no ensino médio, totalizando 27.695 estudantes de 142 escolas, localizadas em 21 municípios integrantes das Regiões de Integração Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Cauté, Rio Capim e Tocantins;

- **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**: compromisso formal e solidário assumido junto ao Governo Federal para “alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”, constante do Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação (PEE). Em 2017, foi realizada formação continuada para 2.338 profissionais (1.045 rede estadual e 1.293 rede municipal), que atuarão com crianças de 4 a 8 anos de idade em 143 municípios que aderiram ao pacto, atingindo 648.827 alunos, sendo 32.858 alunos na rede estadual e 615.969 alunos da rede municipal.

Formação Inicial e Continuada

Inserido na política de valorização do servidor da educação, o Programa de Formação e de Valorização para os profissionais da educação básica destina-se à capacitação do magistério em todo estado. Pela atuação do Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR), foram atendidos 2.296 profissionais do magistério regular e 205 do magistério indígena nas regiões Carajás, Guamá, Marajó, Rio Capim e Xingu. Dentre os principais cursos, destacam-se:

- 1ª Formação referente à Plataforma Foco

Pedagógico, que envolveu 133 pessoas dentre coordenadores pedagógicos e técnicos em educação de todas as regiões do estado;

- I Workshop em Educação com professores da rede estadual e municipal e grupo gestor da Unidade Regional de Educação de Cametá, com 60 participantes;
- Encontro de Gestores Educacionais de Regionais da Secretaria de Estado de Educação (USE's e URE's), com a participação de 80 profissionais.

Transporte Escolar

A implementação do transporte escolar atende especificidades da logística territorial do Estado e procura promover acesso educacional em localidades onde há necessidade de transporte fluvial e/ou terrestre para locomoção dos alunos, especialmente na zona rural. Em 2017, foram atendidos 108.250 alunos de 135 municípios conveniados, em todas as Regiões de Integração, com aporte financeiro de R\$ 66 milhões, sendo 98% provenientes de

recursos do Tesouro estadual e o restante de convênios repassados às prefeituras, tendo como base as informações anuais do Censo Escolar.

Vale ressaltar o investimento proporcionado por emendas parlamentares direcionadas ao Estado, no valor de R\$ 4,8 milhões, aplicados na aquisição de 27 ônibus escolares, visando ampliar o acesso e propiciar melhorias no transporte escolar estadual.

Alimentação Escolar

Com o Programa de Alimentação Escolar, a Seduc atendeu diretamente 21 municípios de nove Regiões de Integração (Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu), administrando e repassando os valores recebidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os demais municípios

receberam diretamente do Governo Federal com a incumbência de administrar e aplicar os recursos. Em 2017, foram atendidos 360.844 alunos.

Convém ressaltar que os recursos são repassados com base nos parâmetros custo/aluno definidos pelo Governo Federal e no Censo Escolar, de acordo com a etapa e a modalidade de ensino.

Gestão e Infraestrutura

Com o objetivo de elevar a qualidade da educação básica no estado foi instituído Programa que tem como eixos a expansão e a melhoria da gestão da infraestrutura educacional, o monitoramento da rede escolar e a avaliação de ensino de educação básica. Quanto à melhoria da gestão, em 2017, 193 gestores de educação receberam capacitação em cursos voltados para este fim, visando a qualificação de unidades escolares em 34 municípios de 11 Regiões de Integração. A execução do programa de melhoria da gestão está sendo viabilizada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a contrapartida do Tesouro Estadual.

O investimento em infraestrutura escolar é condição essencial para a melhoria do ensino ao oferecer acessibilidade e condições ambientais adequadas. Atualmente, sob a condução da Seduc, encontram-se em andamento

112 obras de construção, reforma e ampliação de unidades escolares, abrangendo 1.181 salas de aulas e o atendimento a 85.900 alunos nas Regiões de Integração: Araguaia (4), Baixo Amazonas (5), Carajás (5), Guajará (25), Guamá (11), Lago de Tucuruí (3), Marajó (9), Rio Caeté (8), Rio Capim (5), Tapajós (1), Tocantins (8) e Xingu (6).

No ano de 2017, foram concluídas 4 unidades escolares nos municípios de Curuçá (escola profissionalizante com 12 salas de aulas), de Belém (em Outeiro), Capanema e Tucuruí, garantindo a oferta de infraestrutura a 2.513 alunos. Além disso, foram realizadas 16 reformas e ampliações nos municípios de Ananindeua (4), Belém (6), Castanhal (1), Monte Alegre (1), Santarém (1), São Domingos do Capim (1), Soure (1) e Xinguara (1), beneficiando um total 13.063 alunos. Obras que totalizaram a aplicação de recursos na ordem de R\$ 56 milhões.



TRANSPORTE ESCOLAR DE VINTE MUNICÍPIOS GANHA REFORÇO COM NOVOS VEÍCULOS



ALUNOS DA EETEP SANTARÉM SÃO ENCAMINHADOS AO MERCADO DE TRABALHO

EDUCAÇÃO SUPERIOR

A gestão da política estadual de educação superior envolve a expansão do ensino, pesquisa e programas de extensão em dez regiões do estado. Seus impactos e desafios derivam da observância às singularidades territoriais e demandas regionais, dimensões que balizam a atuação da UEPA e da FCG, especificamente com a educação musical, insti-

tuções que se consolidam na formação de profissionais no mercado de trabalho.

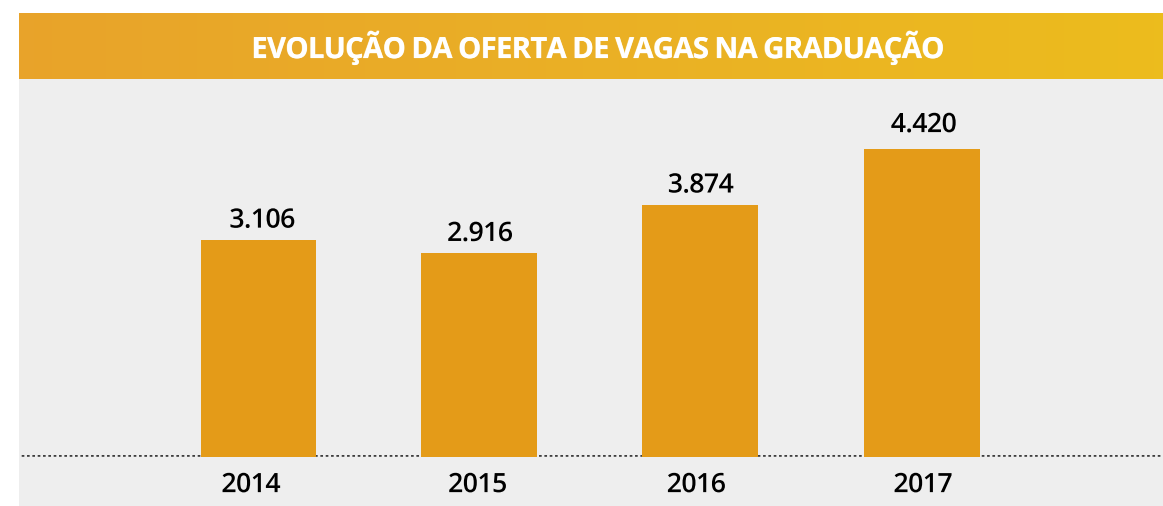
Em 2017, foram investidos R\$ 290 milhões na educação superior, garantindo novas vagas na graduação em todos os campi, além de proporcionar condições favoráveis nas áreas de pesquisa e extensão acadêmica no estado.

Ensino

A evolução histórica das vagas reflete a importância estratégica na regionalização da educação superior estadual. A ampliação no ensino regular de graduação correspondeu ao incremento de 14,10% em relação ao ano anterior, ofertando, em 2017, 4.420 vagas em to-

dos os cursos de graduação. Desse total, 50% destinaram-se a cursos de graduação para alunos da rede pública de ensino, resultante da adoção do sistema de cotas sociais, conforme preconiza o Plano Estadual de Educação (PEE).

GRÁFICO 08



Fonte: Relatório de Gestão da UEPA 2013-2017 / Relatório de Gestão da UEPA 2017.

Esse aumento foi possível em função da oferta de vagas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da criação de três novos cursos de graduação: Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, na modalidade EaD, Bacharelado em Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior. Contribuíram também para novas vagas, a expansão dos cursos de Licenciatura em Música (Campus Conceição do Araguaia), Licenciatura em Língua Portuguesa, e Licenciatura em Letras-Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o Campus de Marabá, sendo

este último uma expressão do fortalecimento da educação inclusiva no estado.

Em 2017, foram atendidos na capital e no interior 14.829 alunos, nas modalidades de graduação presencial e à distância. De acordo com a programação a oferta de 12.460 matrículas destinou-se aos 30 cursos de graduação regular, 1.569 aos processos especiais do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e 800 matrículas aos alunos da Universidade Aberta do Brasil (UAB/EaD).

Ainda no que se refere ao ensino superior, há evolução da educação musical ofertada, com 135 alunos, em Belém (Região Guajará) nos cursos de Bacharelado em Música oferecidos pelo Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG), em parceria com a UEPA.

Registra-se a colação de grau, no primeiro semestre de 2017, de 146 alunos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), destacando 129 alunos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena das turmas Gavião e Surui Aikewara do município de Marabá (Carajás), Tembê do município de São Miguel do Guamá (Guamá), WaiWai e Tapajós Arapyu do município de Santarém (Baixo Amazonas).

Nos programas voltados à pós-graduação foram 1.099 alunos matriculados em diversos campi da capital e interior. Desse total, 914 alunos nos cursos Lato Sensu voltados para pós-graduação em Música, pela FCG, e para as especializações, residências médicas e multiprofissionais em saúde; 146 alunos nos mestrados acadêmicos e profissionais; e, ainda, 90 alunos matriculados nos cursos de doutorado próprios e interinstitucionais.

O desenvolvimento da pós-graduação da UEPA apresenta como parâmetro os resultados dos programas de Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER) em convênio com instituições de ensino superior federais e estaduais. Em 2017, o quadro de professores da Universidade Estadual alcançou um contingente de 395 docentes com título de doutor, representando um crescimento de 67% no período compreendido entre 2013 a 2017, além do registro de 533 professores com títulos de mestres e 307 especialistas.

A qualificação de novos profissionais representa vetor importante à produção e transferência de conhecimento. Nessa linha, em 2017, destacam-se iniciativas importantes para ampliação da formação de profissionais em diversas regiões do estado, tais como:

a) Implantação do primeiro Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimen-

tal no Campus de Marabá (Região Carajás) destinado aos profissionais atuantes prioritariamente na região, além de incentivar o desenvolvimento de pesquisas na área de saúde. Com isso, serão mais profissionais qualificados para o atendimento especializado na saúde;

b) Composição da primeira turma de Especialização de Docência em Educação Indígena Escolar, nos Campi de Marabá (Região Carajás) e São Miguel do Guamá (Região Guamá). O curso vai propiciar aos professores indígenas a compreensão da dinâmica educacional escolarizada em relação à educação indígena por meio da integração de saberes, competências e habilidades, tendo como marco referencial a identidade intercultural;

c) Registra-se a nota de excelência concedida pela Capes, para a Revista Científica COCAR, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação editado pela UEPA. A revista foi requalificada de Qualis B2 para Qualis B1, obtendo novo conceito de referência na disseminação da produção e circulação de periódicos científicos;

d) A FCG implantou, em Belém, o Programa de Pós-Graduação Lato-Sensu, com o curso de Especialização em Ensino da Música para bacharéis em música, com complementação pedagógica ou licenciados em música. Foram ofertadas e preenchidas 51 vagas.

Com foco na política de assistência estudantil, foi garantida a participação de aproximadamente 2.059 discentes em programas institucionais, com um investimento de R\$ 4 milhões. Esta política está sendo implementada através do desenvolvimento de programas técnico-científicos que contemplam as áreas de ensino, pesquisa e extensão e da assistência. Trata-se de fortalecer a formação intelectual, acadêmica e profissional dos discentes de graduação, bem como incentivar sua permanência, estratégia que vem contribuindo significativamente para a diminuição da evasão em todos os campi.

Pesquisa

Componente do conjunto indissociável ensino, pesquisa e extensão, a pesquisa agrega conexão com o desenvolvimento científico e sua aplicabilidade na sociedade.

Em 2017, deu-se andamento ao fomento à pesquisa por meio dos programas institucionais dirigidos aos seus discentes e coordena-

dos pelos docentes: PIBIC/CNPq, PIBIC/UEPA, PIBIC/FAPESP, PIBIC-AF/CNPq (Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas), PIBIC-AF/UEPA, PIBIT/CNPq, PIBITI/UEPA, PIBIC/EM (ensino médio). Ao todo, são 232 projetos relacionados a esses programas de iniciação científica e, igualmente, 232



UEPA FORMA PROFESSORES
NO CURSO DE LICENCIATURA
INTERCULTURAL INDÍGENA

professores coordenando-os nas várias modalidades. Em relação ao ano anterior, houve um incremento de 55% de novos projetos.

O desenvolvimento dos projetos envolveu 271 bolsistas e 275 voluntários num esforço de dedicação e acúmulo de experiências acadêmicas. Esses programas foram estendidos a 10 municípios de nove Regiões de Integração do Estado do Pará, sendo em Belém (Região Guajará) a execução do maior número de projetos, seguida de Castanhal (Região Guamá), Paragominas (Rio Capim) e Santarém (Baixo Amazonas). Os demais contemplados foram Marabá, Salvaterra, São Miguel do Guamá, Tucuruí, Cametá, Igarapé-Açu, Conceição do Araguaia e Redenção.

Ressalte-se o andamento de 88 grupos de pesquisa certificados e catalogados envolvendo 18 pesquisadores, técnicos administrativos e estudantes nas áreas educação, saúde, ciência e tecnologia, além de projetos em desenvolvimento nos municípios de Marabá, Salvaterra e Santarém. São pesquisas apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Técnico Científico

Sustentável que, dentre suas finalidades, fomenta e amplia a produtividade científica no Estado. Tal condição influenciou, nos últimos dois anos, o aumento de bolsas adicionais aos projetos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quanto à disseminação da produção científica, 20 livros foram publicados e lançados em 2017 para a sociedade acadêmica, pela Editora da Universidade do Estado do Pará (Eduepa), significando avanço para visibilidade da produção de conhecimento gerado na UEPA.

No rol de projetos demarcados pela relevância na produção do conhecimento acadêmico, pela aplicabilidade na solução de entraves econômicos, e potencialidades regionais, destaca-se o aproveitamento do soro do leite em formulações de barras alimentícias com alto valor biológico oriundo da produção de queijo de laticínios das regiões sul e sudeste do Pará. A experiência foi apresentada no VI Congresso Latino Americano de Analistas de Alimentos na categoria Tecnologia de Alimentos, realizada em agosto em Belém.

Extensão

A extensão universitária se sobressaiu pelos programas e projetos desenvolvidos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e tecnologia, com benefícios diretos à comunidade do entorno dos campi.

Com efeito, essa interação com a sociedade possibilita ao aluno interligar as atividades de ensino e pesquisa às demandas sociais históricas e emergentes, qualificando o processo de formação e viabilizando acesso à população aos serviços disponibilizados pela Universidade.

Na área da saúde, os serviços ofertados pela rede de atendimento, composta pelo Centro de Saúde Escola do Marco (CSE) e seus anexos, resultaram na execução de 389.474 procedimentos correspondentes ao atendimento de 129.825 pessoas. A exemplo dos anos anteriores, a rede ofertou serviços de referência e contra referência no âmbito do atendimento básico e especializado voltados para a saúde da mulher, crianças e idosos tais como tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes, doença mental, nos níveis de média e alta complexidades.

Foi viabilizado um conjunto de ações como consultas especializadas (cardiologia, dermatologia, endocrinologia, mastologia, oftalmologia) cirurgias ambulatoriais, exames laboratoriais de análises clínicas e exames especializados (anátomo, citopatologia, ultrassonografia, cardiológicos) além de fisioterapia e terapia ocupacional. Esse rol de serviços garantiu o atendimento oriundo de demanda espontânea e referenciada de Belém e de outros municípios do Pará.

O Centro de Ciências e Planetário, reaberto em 2016 com a modernização do sistema de projeção, destacou-se no atendimento ao público com visitação e fomento da aprendizagem científica nas áreas de física, astronomia, matemática e outras áreas do conhecimento. Instrumento de aprendizagem, especialmente para a educação, o Planetário recebeu escolas de educação básica em seus espaços temáticos Centro de Ciências, Cúpula de Projeção e Planetário Móvel.

Como o único planetário fixo na Região Norte e apontado pelo Ministério da Cultura

como um dos museus mais visitados do país, em 2017, foram registrados 31.359 visitantes, incluindo alunos e professores das redes estadual e privada.

No campo da educação musical, a área de pesquisa e extensão da Fundação Carlos Gomes (FCG) atendeu cerca de 11.200 alunos com o projeto Concertos Didáticos em Belém (Região Guajará), ação implementada em parceria com a Seduc, Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), Theatro da Paz e Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).

O programa é direcionado a estudantes, professores e gestores da rede pública de ensino da capital e interior do estado, com o objetivo de estimular a aproximação com o universo musical por meio de concertos comentados, alinhando informações sobre compositores, instrumentos, gêneros e formas além do contexto histórico, permitindo a interação de alunos de maneira simples e dinâmica.

O Projeto Música e Cidadania visa contribuir para o processo de inclusão social por meio de convênios celebrados entre a Fundação e Organizações Não Governamentais, em parceria com a Fundação ProPaz, Ministério Público do Estado do Pará (MPE) e Ministério Público do Trabalho (MPT-PA/AP). Dentre as parcerias realizadas, destaca-se o projeto de reinserção social para adolescentes em conflito com a lei do

Infraestrutura

Em 2017, houve intervenções de modernização, adequação, ampliação e construção de unidades acadêmicas e administrativas, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e dos serviços prestados à comunidade na capital e no interior do estado.

Destacam-se as reformas nos prédios da Reitoria, do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) e do Planetário em Belém. Na Região Guamá, o campus de Castanhal recebeu melhorias e adequações.

Quanto às obras de construção, a UEPA entregou a estrutura física do Biotério, no CCBS Belém (Região Guajará), com investimento total de R\$ 748 mil oriundo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e convênio com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FADESP).

Foi concluída, também, a construção

MPT-PA/AP, implantado inicialmente em quatro polos da capital.

Em 2017, o projeto atendeu 2.223 alunos com as atividades de sensibilização musical, que lhes permite o conhecimento básico musical e aprendizagem de instrumentos específicos, beneficiando usuários da Região Guajará. As atividades foram desenvolvidas em parceria com as instituições atuantes nos bairros de São Brás (Associação Paraense das Pessoas com Deficiência), Cabanagem (Sociedade Beneficente Cristo Redentor), Benguí (Movimento de Emaús), Guamá (Lar Fabiano de Cristo), Castanheira (Jardim das Oliveiras), Cremação (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará), Icuí/Ananindeua (Associação Filantrópica Icuí Solidário) e no município de Benevides (Lions Clube). Em parceria com a Fundação ProPaz atuou nos bairros da Terra Firme (Universidade Federal Rural da Amazônia), Guamá (Universidade Federal do Pará) e Manguirão (Estádio Olímpico do Pará).

O projeto contempla a formação individual do aluno, tornando-o protagonista no “fazer musical”, capaz de executar sua musicalidade de modo solo ou em grupo, contribuindo para a autoestima e inserção sociocultural, que poderá culminar na sua profissionalização com o acesso aos cursos oferecidos pelo IECG.

do Bloco IV do Campus de Marabá (Região Carajás), com recursos de R\$13,5 milhões, provenientes do Tesouro do Estado.

Essa unidade vai beneficiar 772 alunos das áreas de saúde (cursos de medicina e biomedicina), tecnologia (cursos de engenharia florestal, engenharia de produção, engenharia ambiental e tecnologia de alimentos) e educação (cursos de licenciatura em letras com habilitação em libras, licenciatura intercultural indígena e ciências Naturais com habilitação em química, física e biologia). A obra é de vital importância para a realização de serviços de saúde (extensão universitária) à comunidade de Marabá, além dos laboratórios implantados que darão suporte às aulas práticas e nas pesquisas conduzidas pelos docentes e discentes do Campus.



NOVO BLOCO DE
SAÚDE DO CAMPUS DA
UEPA, EM MARABÁ



INICIATIVAS
GARANTEM A
INCLUSÃO DE
PESSOAS COM
DEFICIÊNCIAS



PLANETÁRIO
REABRE AS
PORTAS COM
NOVOS ESPAÇOS
DEDICADOS À
CIÊNCIA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A política de educação profissional e tecnológica está alinhada às potencialidades regionais, abrangendo diversas modalidades e complementariedades, tendo como pressuposto que o desenvolvimento social e econômico demanda um conjunto de políticas públicas intersetoriais e potencialmente interligadas.

Em 2017, foram investidos R\$ 6,2 milhões em ações voltadas à educação profissional e tecnológica, por meio dos órgãos estaduais executores dessa política, constituindo uma rede de programas e projetos voltados ao ensino pós-médio, a qualificação profissional e a implantação e implementação da educação tecnológica.

A organização do ciclo da oferta e a efetividade de ações voltadas à formação e qualificação profissional no estado são diretrizes do Programa Pará Profissional, aprovado pela Lei 8.427/2016, tendo como estratégia de gestão, a institucionalização do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (CGIEP) com a finalidade de planejar, promover e coordenar os programas de formação profissional com abrangência estadual em alinhamento às especificidades sub-regionais.

A formação profissional no ensino pós-médio (modalidade subsequente), desenvolvida na Rede de Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEP), atende 6.525 alunos matriculados nos municípios de Belém, Marituba, Benevides (Guajará); Bragança (Rio Caeté); Abaetetuba, Cametá, Tailândia (Tocantins); Santarém e Monte Alegre (Baixo Amazonas); Castanhal e Vigia de Nazaré (Guamá); Itaituba (Tapajós); Salvaterra (Marajó); Redenção (Araguaia), e em Paragominas (Rio Capim). Em destaque a oferta em 2017 pelo Estado do Curso Técnico em Açúcar e Alcool, realizado em Ulianópolis (Rio Capim), direcionado a 40 alunos da rede estadual de ensino, atendendo

demanda específica do setor de produção sucroalcooleira no município.

Em parceria com a União, por meio da adesão ao Programa Brasil Profissionalizado (PBP), em 2017, foi possível expandir a oferta em 960 matrículas, no ensino técnico profissionalizante, nas modalidades subsequente (ensino pós-médio) e concomitante, para alunos da rede estadual de escolas técnicas, nos municípios de Bragança (160), Curuçá (240), Castanhal (210) e Santarém (480). Registre-se ainda, a oferta continuada de 7.285 vagas, por meio do programa, com oferecimento de cursos profissionalizantes em escolas localizadas nas Regiões de Integração Rio Caeté (município de Bragança), Tocantins (Barcarena), Carajás (Parauapebas), Baixo Amazonas (Santarém), Guamá (Castanhal, Curuçá e Tomé-açu), Tapajós (Novo Progresso), Marajó (Breves), Araguaia (Xinguara, Redenção e Santana do Araguaia), Lago do Tucuruí (Tucuruí).

No âmbito da qualificação profissional, realizada pelo Estado nas áreas de educação musical, turismo, indústria, comércio, serviços e agricultura, com a oferta de cursos de qualificação e aperfeiçoamento, foram beneficiadas 10.498 pessoas de 40 municípios, distribuídos em 12 Regiões de Integração do estado. Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em parceria com o Estado, foram certificados 6.750 alunos concluintes dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que têm por finalidade a inserção produtiva e exitosa de trabalhadores, independente do nível de escolaridade, no mundo do trabalho.

Em destaque, ainda, em 2017, o oferecimento do Curso de Cordas no município de Santarém (Baixo Amazonas), com ênfase em conteúdos e práticas específicas dos instrumentos viola, violoncelo e contrabaixo. São 1.600 alunos em processo de aprendizagem e valorização de talentos musicais da região.

Voltados ao atendimento das 14 cadeias produtivas estratégicas e priorizadas no âmbito do programa Pará 2030 foram qualificados, em 2017, 1.990 trabalhadores, em 86 cursos profissionalizantes ofertados a 30 municípios integrantes das doze Regiões de Integração do estado. Em fase de conclusão, em 50 cursos técnicos, estão sendo capacitados para o mercado de trabalho 1.010 alunos. Por último, vale destacar que se encontra em fase de finalização de contrato a oferta de 1.860 vagas em cursos direcionados às áreas da indústria, comércio e serviços, com início previsto para o primeiro semestre de 2018.

Com ênfase ao atendimento das prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-Xingu), foi ofertada qualificação continuada em 2017, a 444 trabalhadores, dos 10 municípios da Região de Integração Xingu, atendendo profissionais de educação das redes públicas estadual e municipal, atuantes na educação de jovens e adultos; e agentes multiplicadores em fruticultura de acordo com a demanda potencial da economia local e regional.

Outra linha de atuação da qualificação profissional, em 2017, foi a oferta de cursos no âmbito do Programa Estadual de Qualificação do Turismo (PEQTur), para o segmento do turismo,

em parcerias governamentais e não governamentais, resultando em 5.130 pessoas qualificadas nas Regiões de Integração do Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Caeté e Tocantins. Dentre os cursos realizados estão os de: Boas práticas de Manipulação de Alimentos, Panificação, Condutores de Trilhas e Caminhadas, Qualificação em Hospitalidade, realizados em Soure e Salvaterra (Marajó); Recepcionista e Camareira, em Salinópolis (Rio Caeté); Elaboração de Roteiros Turísticos, Turismo de Base Comunitária e o Curso de Policiamento Turístico realizados em Belém (Guajará); Qualidade de Atendimento ao Turista, atendendo Santarém (Baixo Amazonas), Marabá e Parauapebas (Região Carajás).

Ainda em consonância com os eixos estratégicos definidos no PEQTur, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), foram qualificadas 588 pessoas em cursos de reaproveitamento alimentar, atendendo comunidades de Belém do distrito do Mosqueiro (Guajará), de Moju e Barcarena (Tocantins).

Ressalte-se a implantação em Belém, em 2017, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior, em nível de graduação, com a oferta inicial de 40 vagas, incorporado na grade de cursos ofertados pela Universidade Estadual (UEPA).

A INAUGURAÇÃO DA ESCOLA
TECNOLÓGICA DE SANTARÉM AMPLIOU
A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
NO ESTADO



O respeito à diversidade cultural, preservação do patrimônio material e imaterial e a promoção do acesso aos bens culturais são condições para o reconhecimento da cultura como direito social. Com base nestes princípios e com o firme propósito de promover o acesso à prática cultural, o Governo do Estado, por meio da sua estrutura institucional, buscou implementar um conjunto de ações, programas e projetos que garantissem esse direito, bem como o acesso à informação, leitura e produção literária regional.

Foram R\$ 121,6 milhões os recursos aplicados, em 2017, na área cultural, direcionados às ações estratégicas e continuadas, visando a dinamização das potencialidades culturais amazônicas, nas 12 Regiões de Integração do estado.

Em 2017, é destaque a conclusão da obra de revitalização do Arquivo Público do Pará, prédio de estilo neoclássico, datado de 1884, que guarda um acervo de mais de quatro milhões de documentos como escrituras, inquéritos e iconografias produzidas a partir do século XVII. O espaço passou por um meticuloso resgate de sua estrutura física e de seus documentos raros, qualificando-o como um guardião da memória da cultura amazônica. Foi entregue à população, em outubro de 2017, totalmente mobiliado, comprometendo recursos, oriundos exclusivamente do Tesouro estadual, equivalentes a R\$ 4,2 milhões.

Na linha da produção e difusão artísticas, Mestres (as) e Grupos/Comunidades praticantes de manifestações culturais, foram lançados, por meio do Programa Seiva, sete editais voltados a iniciativas artísticas expressivas da cultura paraense, obras literárias inéditas escritas em língua portuguesa divididas por categorias, projetos inéditos de pesquisa e experimentação artística, entre outros, contemplando 166 produtores culturais de 10 Regiões de Integração (Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós e Tocantins).

Por meio da disponibilização de sua infraestrutura, o Governo deu continuidade a projetos de incentivo à cultura, beneficiando mais de 5.000 artistas, com a cessão dos espaços:

Theatro da Paz, Gasômetro, Margarida Schivassappa, e o Sistema Integrado de Museu (SIM), para apresentações de exposições, shows musicais, espetáculos de dança, dentre outros.

A XVI edição do Festival de Ópera, evento consagrado da agenda cultural e muito aguardado pelo público paraense, encenou a ópera “A Voz Humana”, do compositor francês Francis Poulenc, com a participação de 135 artistas, incluindo cantores líricos paraenses, atingindo um público de 1.736 expectadores. Destaque também foi a ópera “Don Giovanni”, uma das mais célebres e mais importante composição do austríaco Wolfgang Amadeus Mozart, que atingiu um público de 11.561 pessoas, com a participação de 140 artistas. Como parte da programação do Festival foi realizado o Concerto de Música Sacra, na Igreja de Santo Alexandre.

Ao todo foram 275 artistas envolvidos no Festival nas etapas de produção e apresentação, incluindo ensaios e montagem, alcançando um público de 13.297 pessoas. O evento encerrou com o tradicional concerto ao ar livre da Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz.

Como resultado do evento veio o reconhecimento obtido pela Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz (OSTP) como a melhor de 2017, menção da revista Movimento.com, referência nacional especializada na publicação de música erudita do país, pela execução da ópera “Don Giovanni” de Mozart, durante o Festival. Composta por 66 músicos, em sua maioria profissionais da região, sob a regência do Maestro Miguel Campos, tem se destacado com um diferencial em relação a outras orquestras nacionais do mesmo porte e qualidade musical.

Reunindo um público de 2.400 pessoas que participaram de sete concertos e três oficinas, o Projeto Orquestra vem possibilitando a capacitação, aprimoramento, desenvolvimento artístico e integração sociocultural, propiciando a qualificação de jovens músicos e potencializando, a cada edição, acesso ao mercado de trabalho e o usufruto dos espaços culturais por artistas e público em geral, formando novas plateias para esse segmento cultural.

Em 2017, o Governo do Pará comemorou 30 anos do Festival Internacional de Música do

Pará (FIMUPA), um dos maiores eventos musicais do estado, que proporciona anualmente concertos gratuitos de música erudita e popular nas principais salas de espetáculo da capital. A agenda do Festival agrega concertos, shows, recitais, masterclasses e cursos, transformando Belém, durante uma semana, na capital da música clássica.

Nesta edição comemorativa foram 50 concertos, 112 aulas de masterclass/oficinas, 10 palestras e três workshops em vários espaços, totalizando 175 eventos, atendendo um público total de 44.250 pessoas nos espaços do Theatro da Paz, Teatro Waldemar Henrique, Igreja de Santo Alexandre, Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG), Sala Ettore Bosio, Museu do Estado do Pará (MEP), Espaço São José Liberto, Palafita Bar e Espaço Cultural Boiúna.

Em outra importante agenda anual, o Festival “Música das Américas”, realizado em 2017, consolidou a interiorização do evento nos municípios de Ponta de Pedras, com a Banda Sinfônica Antônio Malato; São Caetano de Odivelas, com a Banda Rodrigues dos Santos; Vigia de Nazaré, com a Banda Sinfônica Maestro Vale e em Belém, com as bandas sinfônicas da FCG, das Forças Militares e a Banda Sinfônica do Festival. Como fim último, o Festival procura garantir o desenvolvimento artístico, educação musical e sociocultural, atuando no aprimoramento de jovens músicos do Estado, reunindo 2.012 pessoas entre instrumentistas de bandas de música, regentes e músicos convidados.

O projeto “Parque Musical” que fomenta a abertura de espaços para apresentação de artistas da cena local e nacional propiciou, em 2017, que 1.649 artistas participassem dos eventos mensais, atingindo um público de 21.567 espectadores. Em quase quatro anos, o Parque Musical contou com a participação de vários nomes da música paraense, artistas nacionais, além de escritores e jornalistas.

Outros projetos culturais, realizados pelo Núcleo de Arte e Cultura da Uepa, como o “Voluntário de Arte e Cultura” e o “Sarau da Fila” reuniram em Belém um público de 8.439 pessoas, em ações de promoção e disseminação da cultura na comunidade universitária.

Com um público recorde de aproximada-

mente 400 mil pessoas, a XXI edição da Feira Pan-Amazônica do Livro, comercializou 750 mil títulos, movimentando cerca de R\$ 14 milhões, sendo R\$ 5,2 milhões do CredLivro, benefício de incentivo à leitura concedido a professores e técnicos da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

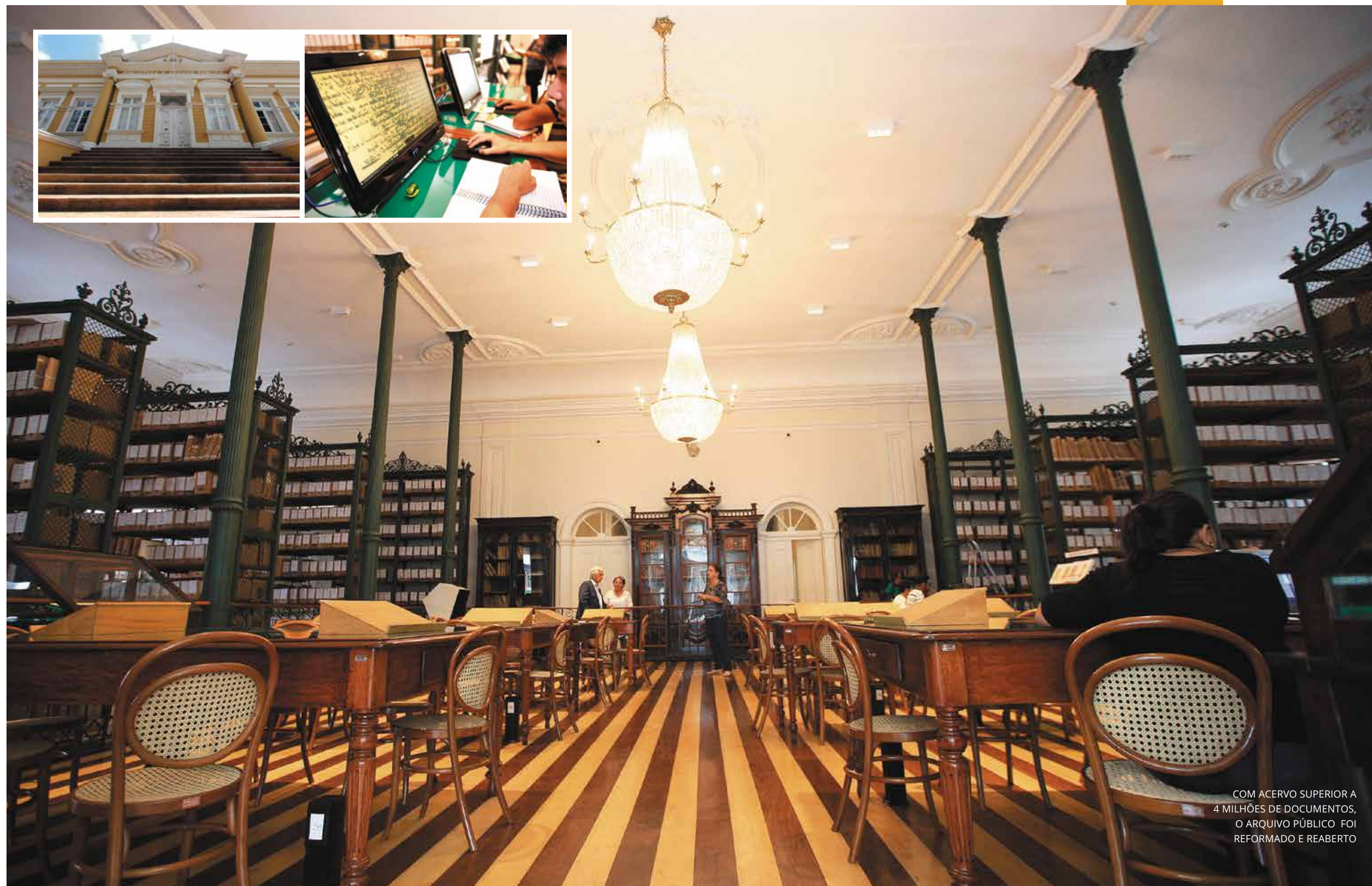
Compondo a programação da Feira, o Sarau Literário levou às escolas da rede pública escritores locais para interação com os alunos, estimulando o hábito da leitura. As intervenções artísticas, como linguagem teatral e musical, dinamizaram o evento que atingiu 14 escolas de Belém, envolvendo 35 professores e 300 alunos da rede estadual de ensino. Também parte da programação, o Pan-Amazônica nas Escolas possibilitou a presença de escritores nacionalmente reconhecidos para apresentação e diálogos sobre suas obras, atendendo mais de 1000 alunos da Região Metropolitana de Belém.

Como extensão da Feira Pan-Amazônica, o Salão do Livro do Baixo Amazonas realizado em Santarém, chegou em 2017 à sua décima edição, atraindo um público de 80 mil visitantes, movimentando em torno de R\$ 1 milhão.

Outras ações de incentivo à leitura foram fomentadas em diversas regiões do estado. Em destaque, os Workshops de Promoção à Leitura e o Projeto “Encontro Pará Lê”, que visam o fortalecimento da rede de bibliotecas públicas e comunitárias atendendo 22.550 mil pessoas, profissionais das bibliotecas, alunos, professores e comunidade de 40 municípios das Regiões de Integração Araguaia, Carajás, Baixo Amazonas, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim e Xingu.

No âmbito da difusão cultural, o lançamento dos livros “Amigo Vicente: Fazedor de História”, “Meu Caro Bené – Cartas de Mário Faustino a Benedito Nunes” e o documentário “Ler de Paixão”, resgatam a memória e o legado de importantes nomes da literatura regional.

Foi garantida também, a qualificação de agentes, artistas e gestores por meio da formação de arte e ofício, atendendo 7.614 pessoas, bem como a interiorização de oficinas de arte e ofício de Aproveitamento de Resíduos In-



COM ACERVO SUPERIOR A
4 MILHÕES DE DOCUMENTOS,
O ARQUIVO PÚBLICO FOI
REFORMADO E REABERTO

dustriais e de Confecção de Flautas Artesanais. Foram efetivadas duas oficinas de Técnicas Teatrais e de Dança, em Igarapé-Açu; Workshop de Dança, em Ipixuna do Pará, e duas oficinas de Iniciação de Teatro e Cenografia em Mãe do Rio.

Na área musical, a qualificação por meio do projeto “Mini Painéis de Bandas de Música” integrante do projeto de interiorização das ações culturais da FCG atendeu cerca de 40 municípios, beneficiando 4.890 alunos. Destinado a jovens instrumentistas (crianças e adolescentes) o projeto usa a música como processo educativo de socialização, profissionalização e descoberta de novos talentos. O evento ocorreu na Região Guamá, nos municípios de Colares, São Caetano de Odivelas, Vigia e Marapanim, atingindo 361 pessoas.

As iniciativas artísticas e culturais desenvolvidas e preservadas pelos movimentos culturais ganham visibilidade com apoio do Governo do Estado, por meio de shows musicais e espetáculos promovidos em locais abertos (praças) e fechados com entradas gratuitas, bem como premiações a projetos selecionados nos referidos editais culturais. Em destaque a cobertura das diversas manifestações em todo o estado:

- XXIV Festival Internacional de Danças da Amazônia (Fida) - Belém
- Programação do Verão Paraense - Belém;
- “Projeto Memória” do artista Sebastião Tapajós – Belém;
- “Festa de Integração Nordestina” - Mojuí dos Campos;
- Projeto “Feira de Arte e Cultura” - Almeirim;
- “21º Aniversário de Sapucaia”;
- Projeto “Festa do Abacaxi Florestense” - Floresta do Araguaia;
- Projeto “Turismo do Sol e Praia” - Conceição do Araguaia;
- Projeto “17º Festival da Pororoca e 19º Surf na Pororoca” - São Domingos do Capim;
- “Círio de Santa Izabel”;
- “Festival do Folclore” - Curuçá;
- Projeto “Festa Junina Arraial de Cores” - Lago de Tucuruí;
- “Festa do Camarão 2017” - Afuá;
- Projeto “Festa do Pescador” - Chaves;
- “28º Festival do Açaí” - São Sebastião da Boa Vista;
- “4º Campeonato Brasileiro de Surf e Festival Cultural - Salinópolis;

- “Festival do Caranguejo” - Quatipuru;
- “Festa do Mingau” - Nova Timboteua;
- “Arraial Junino em Ipixuna”;
- “Festival Folclórico” - Mãe do Rio;
- “1º Circuito Cultural de Verão” - Barcarena;
- “Festival do Mapará” - Cametá;
- “Beja Verão Musical 2017” – Abaetetuba;
- XXVII Feira Agro cultural – Moju.

Na área da difusão cultural, por meio da atuação Rede Cultura de Televisão, foram transmitidos os jogos do Campeonato Paraense de Futebol de Santarém, Castanhal, Tucuruí, Paragominas e Cametá; Festival do Çairé em Santarém e os Jogos Estudantis Paraenses (JEPs) realizados em Castanhal.

Em 2017, os espaços culturais receberam investimentos de manutenção e reforma, tais como: Parque da Residência (R\$ 140 mil); Fundação Cultural do Pará (FCP), incluindo a Biblioteca Arthur Vianna, totalizando R\$ 4,8 milhões; Museu Histórico do Estado do Pará, com 53% da obra executada e previsão de entrega em 2018, com um investimento de R\$ 385 mil; Espaço Cultural no prédio histórico da antiga escola Monsenhor Mâncio, em Bragança, com previsão de entrega para 2018, onde funcionará o Liceu de Música e o Teatro “Monsenhor Mâncio”, com capacidade para 300 pessoas, orçada em R\$ 11,7 milhões; e a conclusão da primeira etapa do projeto de revitalização do Parque do Utinga, espaço para o qual convergem múltiplas atividades de preservação ambiental, esporte, lazer e cultural. Em 2018, serão iniciadas as obras da sede administrativa, a construção do mirante do Lago Bolonha, a reforma do espaço Milton Monte e o Recanto da Volta.

Na área circundante do Parque do Utinga, por meio do projeto “Utinga: Viva o entorno” foram oferecidos, em 2017, serviços de infraestrutura urbana e equipamentos de esporte e lazer, executados por vários órgãos estaduais, incluindo serviços de abastecimento de água, rede de esgoto, pavimentação de vias, iluminação pública, drenagem, identificação de vias por meio de placas, passarelas, além da desobstrução do igarapé Murutucu, com o objetivo de facilitar o escoamento das águas pluviais da Avenida João Paulo II. Foram instaladas também, praças com aparelhos de academia ao ar livre, brinquedos, quadra poliesportiva e instalação de lixeiras.



XVI FESTIVAL
DE ÓPERA DO
THEATRO DA PAZ



FESTIVAL
DAS TRIBOS
DE JURUTI



XXI FEIRA
PAN-AMAZÔNICA
DO LIVRO

CONCERTOS DIDÁTICOS
COMENTADOS REÚNEM
ESTUDANTES DE ESCOLAS
PÚBLICAS NO TEATRO DA PAZ



XXX FESTIVAL
INTERNACIONAL DE
MÚSICA DO PARÁ (FIMUPA)



IV FESTIVAL DE MÚSICA
DAS AMÉRICAS

ESPORTE E LAZER

Compreendendo o Esporte e o Lazer como um direito e como dimensões importantes da vida social, o Governo Estadual vem desenvolvendo ações de forma integrada com as demais políticas públicas setoriais. Vinculados às dimensões educacional, de rendimento, esporte participativo e socioesportivo, em 2017 foram direcionados em torno de R\$ 45,4 milhões para o desenvolvimento das ações, projetos e programas nessa área.

O apoio ao esporte de rendimento se consolida pela continuidade do Programa Bolsa Talento, direcionado a atletas, paratletas, técnicos e guias como incentivo ao alcance de índices competitivos em disputas locais, nacionais e internacionais. Nesse exercício foram contemplados 161 atletas, sendo 53 na categoria nacional, 82 na estadual e 26 atletas com deficiência.

Com efeito, registraram-se várias conquistas. Duas medalhas de ouro na competição de jiu-jitsu, categoria superpesado e absoluto realizado em Tóquio/Japão pelo judoca Frontin Yasuhiro; a classificação conquistada pelo atleta Rafael Ribeiro para o Campeonato Brasileiro de Judô, categoria peso médio (até 90 Kg), a ser realizado em 2018; a conquista de três medalhas no Campeonato Brasileiro de Canoagem Velocidade e Paracanoagem nas categorias 200 e 500 metros da classe K-4, disputado nas águas do Parque Náutico Iguaçu em Curitiba (PR) pelos atletas Adilson Nascimento e Hércules Miranda, além da conquista da medalha de ouro no XI Campeonato Brasileiro de Kung Fu categoria Armas Curtas, conquistada pelo atleta Pablo Silva. Esse evento reuniu 300 atletas de 12 estados, em Itapetcinga da Serra (SP).

Os esforços para a inclusão dos atletas paraenses nas competições nacionais são potencializados pelas parcerias com agremiações e federações de diversas modalidades. Entre os apoios institucionais registram-se os efetivados com a Federação de Muaythai Tradicional do Pará ao 2º Open Brasil realizado na cidade de Niterói (RJ) e com a Federação de Jiu-Jitsu

do Estado do Pará ao Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu em Barueri (SP), que permitiram a participação da atleta Ediane Palheta, de Marapanim, da Região Guamá.

Destaca-se, ainda, o apoio à Federação Brasileira de Basquetebol Master, na Região Guajará; a participação do atleta Elroid Moura, de Castanhal, no evento Pan Jiu-Jitsu IBJJF Championship na cidade de Irvine (EUA); apoio financeiro à participação da delegação de karatê paraense do projeto social Kiai no IX Campeonato Brasileiro de Karatê Budô - CBKB 2017 em Teresina (PI), além do apoio ao 22º FITNESS Saúde/2017 no Campeonato de Fisiculturismo no Pará.

Outro meio de incentivo ao esporte de rendimento, ou de alta performance, se dá via apoio à participação de jovens atletas paraenses em diversas competições esportivas locais, nacionais e internacionais, com custeio de alimentação, hospedagens, kits esportivos e locomoção. Em 2017 foram 409 atletas atendidos, dentre eles, a lutadora de jiu-jitsu Rayanne Amanda que conquistou a categoria prata no Mundial da International Brazilian Jiu-Jitsu Federation (IBJJF), resultado expressivo para a modalidade.

No âmbito dos Paradesportos, destacou-se o desempenho do All Star Rodas Pará no Campeonato Brasileiro Feminino de Basquete em Cadeira de Rodas, realizado no Centro Paralímpico de Treinamento (SP) com a obtenção da medalha de prata. Ressalta-se que a equipe integra o Programa Bolsa Talentos que propiciou 26 bolsas ofertadas a atletas da modalidade basquete em cadeira de rodas.

A décima edição, em 2017, dos Jogos Abertos do Pará (JOAPA), que têm por objetivo oportunizar a interiorização das ações do esporte em todo o estado, envolveu cinco Regiões de Integração, com a participação de 44 municípios, reunindo quase 7.000 pessoas entre atletas e público. Os municípios-sede foram Portel e Soure (Marajó), Oriximiná (Baixo Amazonas), Mãe do Rio (Rio Capim) e Abaetetuba (Tocantins).



CASTANHAL SEDIA PRIMEIRA EDIÇÃO DOS JEPS NO INTERIOR DO PARÁ



EM 2017, 161 ATLETAS FORAM CONTEMPLADOS COM BOLSA TALENTO



Considerando fundamentais as ações de capacitação de agentes e profissionais do esporte e lazer, em 2017 foi promovido o curso de Atualização de Regras de Futebol que envolveu 125 profissionais, entre técnicos e dirigentes esportivos, nos municípios de Colares (Guamá), Portel e Soure (Marajó), Primavera (Rio Caeté) e Mãe do Rio (Rio Capim).

A participação governamental foi determinante, também, no apoio às agendas municipais e estaduais programadas pelas instituições setoriais de esporte e lazer, a exemplo dos eventos abaixo relacionados:

- 1º Copa Mestre José Adilson de Jiu-Jitsu realizada em Conceição do Araguaia (Araguaia), com a participação de 15 equipes de todo o Brasil;
- Corrida Tiradentes - 3ª edição em Belém (Guajará);
- Circuito Regional de Tênis em Belém (Guajará);
- Realização de 68 lutas com mais de 100 atletas inscritos na competição pela Federação de Muaythai Tradicional do Estado do Pará (FMTTEPA);
- “Copa Rural 2017” promovida pela Liga Independente de Futebol da Zona Rural de Curuçá da Região do Guamá, com participação de 44 equipes e 11.000 pessoas participantes;
- XVII Festival da Pororoca em São Domingos do Capim (Guamá);
- Evento Trabalhador Quatipurense em Quatipuru (Caeté), que atendeu 672 atletas;
- III Circuito Sun&Fun Adventure 2017, na cidade de Salinópolis (Caeté);
- 7ª edição do Movimento Cultural Nacional Arrasta Capoeira em Salinópolis (Caeté);
- 24ª edição dos Jogos da Liberdade, em Quatipuru (Caeté);
- Projeto Medicilândia 29 Anos - Formando Verdadeiros Campeões: iniciativa com atividades esportivas programadas em 14 modalidades, pela passagem do 29º aniversário de Medicilândia (Xingu)

No campo das ações esportivas, desportivas e educacionais, destaca-se o Projeto Pará Aquático que atua com instituições escolares e outros parceiros governamentais. Este Pro-

jeto vincula-se à permanência dos alunos na escola e, para seu funcionamento, são disponibilizados caiaques, remos, raia e coletes, atendendo até 80 adolescentes e jovens de 13 a 18 anos. A capacitação dos alunos que atuaram como multiplicadores teve como foco temas como natação, primeiros socorros e técnica de canoagem. Em 2017 foi implantado em cinco municípios: Santarém e Oriximiná (Baixo Amazonas); Senador José Porfírio (Xingu); Portel (Marajó) e São Domingos do Capim (Guamá). Em Santarém, o Projeto teve a supervisão do 4º Grupamento do Corpo de Bombeiro Militar (GBM) do município. Em 2018 está prevista a implantação de dois núcleos, um em Abaetetuba, (Região Tocantins) e outro em Conceição do Araguaia (Região Araguaia).

Os Jogos Estudantis do Pará (JEP), promovidos pela Secretaria de Educação (SEDUC), ocorreram nas modalidades coletiva e individual nas categorias handebol, futsal, ginástica rítmica, basquete, voleibol, e atletismo, natação, luta olímpica, ciclismo, judô, tênis de mesa e xadrez.

A etapa final da categoria A (12, 13 e 14 anos) foi realizada em Abaetetuba (Tocantins) integrando 19 municípios e 747 alunos / atletas. A categoria B (15 a 17 anos) foi realizada em Castanhal (Guamá) e teve a participação de 26 municípios e de 858 alunos. Os eventos classificatórios regionais contaram com a participação total de 6.901 alunos integrantes das redes pública e privada.

Integrando a edição 2017 dos Jogos Estudantis Paraenses, os X Jogos Paralímpicos Paraenses foram realizados em Belém com a participação de 288 alunos de 12 municípios em competições desportivas via esporte adaptado. Trata-se de um evento significativo para o processo de autonomia e autoestima dos alunos com deficiência física, visual e intelectual das redes de ensino público e privado.

Coordenados pela Seduc, os polos esportivos são espaços destinados ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida da população, com a oferta gratuita de atividades físicas, esportivas, nutricionais e de lazer para a comunidade local e escolar, além de contribuírem para disseminação da cultura da paz e à formação para a cidadania. São oito polos funcionando em Belém com 6.622 pessoas

atendidas em 18 modalidades: ginástica, hidroginástica, natação, karatê-do, futsal, handebol, futebol de 5, ginástica localizada, ginástica rítmica, pilates, voleibol, atletismo, dança, futebol de campo, ginástica artística, judô e musculação.

Destaca-se também, o incentivo ao esporte adaptado e o acesso às práticas esportivas direcionados aos alunos da rede estadual da educação básica com a oferta de seis modalidades em sete polos localizados na capital do estado.

Em 2017, o Projeto Mostra de Danças, implementado em Belém, envolveu professores de Educação Física, com atendimento de aproximadamente 400 alunos oriundos da rede estadual de ensino e convidados. O Projeto possibilita à comunidade escolar acesso ao bem cultural integrando música e folclore, além de fomentar sua valorização no contexto educativo sociocultural.

A socialização, estímulo à prática de hábitos de vida saudáveis e integração comunitária são vertentes também das ações e programas de esporte e lazer. A continuidade do apoio ao Projeto Vida Ativa na Terceira Idade possibilita a locação dos espaços (núcleos) onde são desenvolvidas atividades físicas e recreativas. O Projeto tem como público alvo pessoas acima de 50 anos e atende cerca de 1.500 idosos, com aulas de hidroginástica, natação, alongamento, ginástica, aerodança, vôlei, memorização, xadrez, dança, artesanato, orientações nutricionais, além de atendimento médico e odontológico.

Em 2017, outros projetos socioesportivos foram promovidos em parceria com instituições, como exemplo: aulas de judô com a Associação Souza Filho de Artes Marciais (ASFAM) que atende cerca de 150 pessoas em situação de risco social, inclusive pessoas com deficiência; e projeto Incentivo ao Esporte e a Cidadania, desenvolvido pela Associação Amigos de Mosqueiro, que atendeu cerca de duas mil pessoas.

A construção, revitalização e a manutenção de equipamentos de esporte e lazer foi outra linha de atuação em 2017, com aplicação de R\$ 14,2 milhões destinados à oferta de espaços adequados à prática de atividades e eventos esportivos. Em destaque, a destinação de cerca de R\$ 9 milhões para a manutenção do Está-

dio Olímpico do Pará - Manguirão - e da Arena Guilherme Paraense – Mangueirinho, garantindo o acesso da população de Belém e Região Metropolitana a equipamentos de qualidade, possibilitando a realização de grandes eventos esportivos e culturais.

Com a finalidade de ampliar e promover o esporte e o lazer em diversas regiões do estado, possibilitando a criação de agendas municipais, destacam-se outras iniciativas para criação e consolidação da infraestrutura necessária. Na região do Tapajós, em parceria com a gestão municipal, foi inaugurado o sistema de iluminação do Estádio Municipal de Rurópolis, como incentivo ao esporte e lazer na região. Para o município de Colares, na região Guamá, o apoio foi para a aquisição de materiais esportivos e acessórios pela Academia de Esportes Marciais Flor do Campo, com a finalidade de atender crianças e jovens na prática do esporte e lazer.

No município de Itupiranga (Região Carajás) encontra-se em andamento, com 90% das obras executadas, a reforma e modernização do ginásio poliesportivo, com previsão de entrega em 2018. No município de Rondon do Pará (Rio Capim), a construção do ginásio esportivo apresenta 50% da obra concluída.

Em Santarém (Baixo Amazonas), está em andamento a adequação e reforma do Estádio Colosso do Tapajós com 60% da obra concluída e em andamento as obras de construção do ginásio poliesportivo com conclusão de 62% do cronograma projetado.

Estão previstas também e em fase de licitação: a construção de duas quadras poliesportivas e a construção de estádio de futebol nos municípios de Alenquer (Baixo Amazonas), Uruará (Xingu) e Itaituba (Tapajós); no município de Marapanim (Guamá), será iniciada, em 2018, a construção de ginásio poliesportivo e arenas esportivas; obras de implantação e aquisição de academias ao ar livre nos municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Barbara, Benevides (Guajará), Abaetetuba (Tocantins), Castanhal (Guamá) e Salinópolis (Rio Caetés). Para o município de Curuçá (Guamá) será disponibilizado um ginásio poliesportivo, objeto de processo licitatório com previsão de construção para 2018.

SURF NOTURNO CLAREIA AS
MARGENS DO RIO CAPIM NO
FESTIVAL DA POROROCA



QUADRAS
DA ESCOLA
SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO
FÍSICA SÃO
REVITALIZADAS



PORTEL RECEBE
NÚCLEO DE
PRÁTICA DE
CANOAGEM

ALUNOS DO PROPZ
PARTICIPAM DE
FESTIVAL DO
FUTEBOL DA CBF

SAÚDE

Prioridade na agenda governamental, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Saúde (SESPA) o Estado vem buscando assegurar a efetividade da política pública da saúde, em benefício, principalmente, da parcela da população em situação de vulnerabilidade social, observando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a gestão participativa e o controle social.

O volume aplicado na saúde, com recursos oriundos de todas as fontes públicas, atingiu o patamar de R\$ 2,6 bilhões, em 2017. E tal como nos exercícios anteriores, a aplicação de

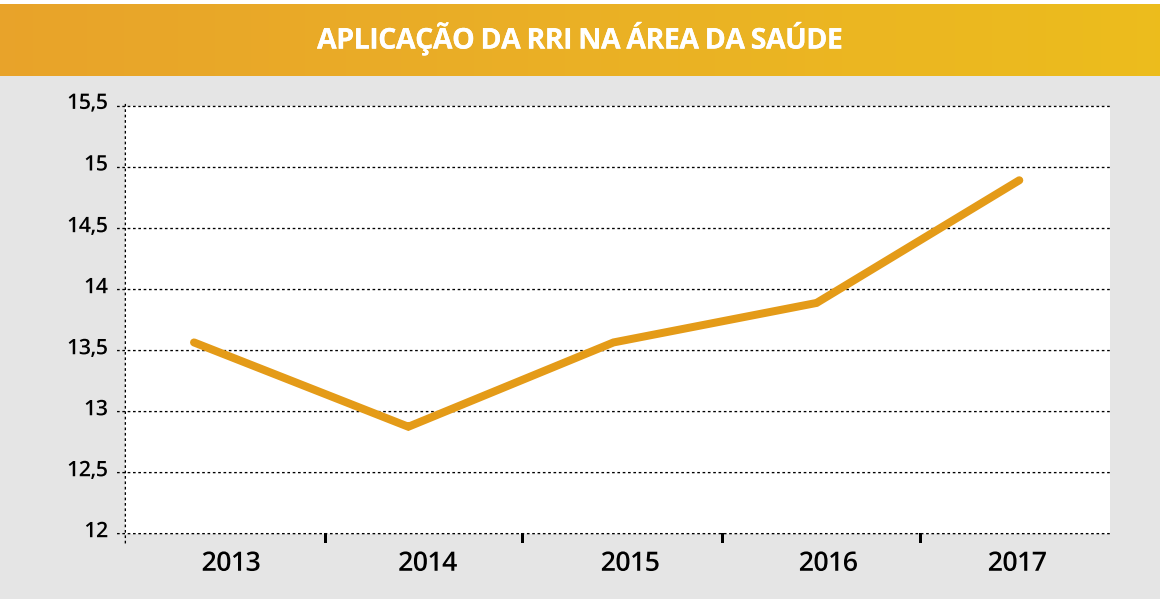
recursos sempre se manteve acima do limite mínimo de 12% das Receitas Resultantes de Impostos (RRI), conforme estabelecido pela Constituição Federal. Nota-se apenas que o percentual registrado em 2014, embora acima do limite constitucional, configurou-se abaixo do ano 2013, por conta da expressiva redução das receitas transferidas oriundas do FPE e do IPI, prejudicando, com isso, a formação da RRI naquele ano. Em 2017, o comprometimento da RRI com a área da saúde alcançou 14,89%, conforme demonstrado no Quadro 17 e no Gráfico 09.

QUADRO 17

APLICAÇÃO DA RRI NA ÁREA DA SAÚDE	
ANO	% DA RRI
2013	13,54
2014	12,97
2015	13,66
2016	13,9
2017	14,89

Fonte: Balanço Geral do Estado, 2017.

GRÁFICO 09



Fonte: Balanço Geral do Estado, 2017.

Ademais, como se demonstra no quadro 18, entre 2013-2017, considerando valores corrigidos pela inflação do período, o comprometimento do Governo do Estado com os gastos da saúde sempre foram significativos, numa média de R\$ 2,5 bilhões/ano.

A relativa queda ocorrida em 2015 e 2106, com relação a 2013, resultou no agravamento da situação fiscal financeira do Estado, sob efeito da crise nacional. Isso afetou principalmente os investimentos (levando à redução do ritmo das obras e da aquisição de equipamentos para novas unidades hospitalares), e as despesas de pessoal, por conta das restrições à reposição salarial para todos os servi-

dores estaduais. Não obstante, os gastos com o custeio e a manutenção mantiveram-se em crescimento, aferindo um incremento real de 15,44%, resultante do esforço governamental para garantir o pleno funcionamento dos serviços estaduais de saúde mesmo sob restrições orçamentárias e financeiras.

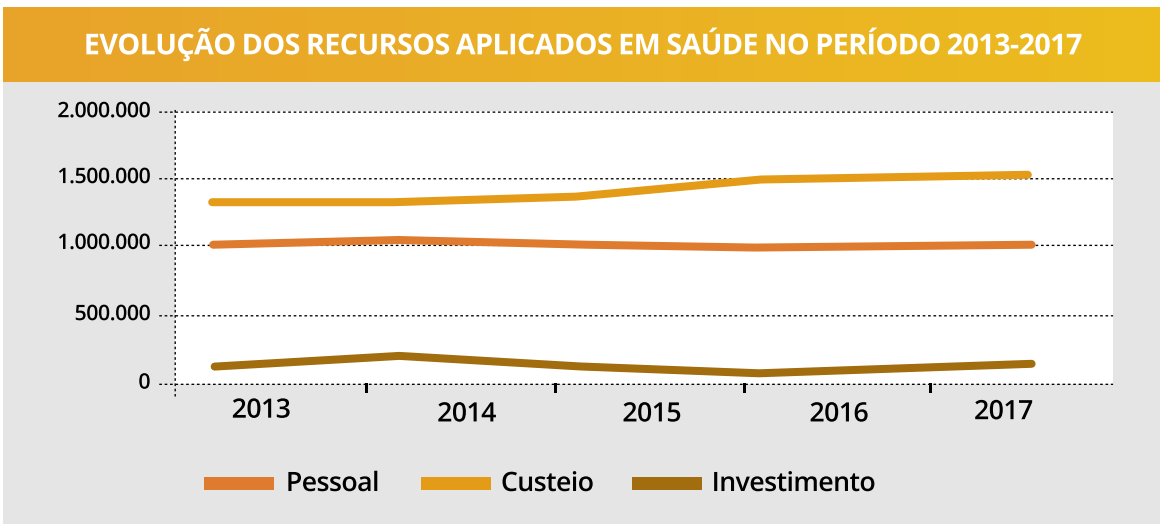
Por fim, observa-se um maior volume de gastos em 2017, em relação aos anos anteriores, com atenção especial para a recuperação dos investimentos, 119,23%, em relação ao ano de 2016, permitindo a retomada do programa de construção e aparelhamento dos novos hospitais regionais, cujo compromisso de entrega à população está previsto para o ano 2018.

QUADRO 18

RECURSOS APLICADOS EM SAÚDE POR ANO E GRUPO DE DESPESA (VALORES CONSTANTES A PREÇOS DE NOVEMBRO/2017)				
ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
2013	1.018.682	1.308.338	123.069	2.450.088
2014	1.030.278	1.287.633	191.491	2.509.402
2015	1.000.538	1.360.358	106.715	2.467.611
2016	949.231	1.451.901	78.290	2.479.422
2017	954.007	1.510.410	171.528	2.635.945
TOTAL	4.952.736	6.918.640	671.092	12.542.468
%	39	55	5	100

Fonte: Siafem, 2017.
Nota: 1- Valores totais aplicados pelos órgãos da saúde.
2- Dados provisórios emitidos em 08/01/2018

GRÁFICO 10



Fonte: SIAFEM, 2017.

HOSPITAL MATERNO
INFANTIL DE BARCARENA
POSSUI 60 LEITOS, DOS
QUAIS 10 DE UTI ADULTO,
10 DE UTI NEONATAL E 10
DE UCI NEONATAL



Atenção Básica

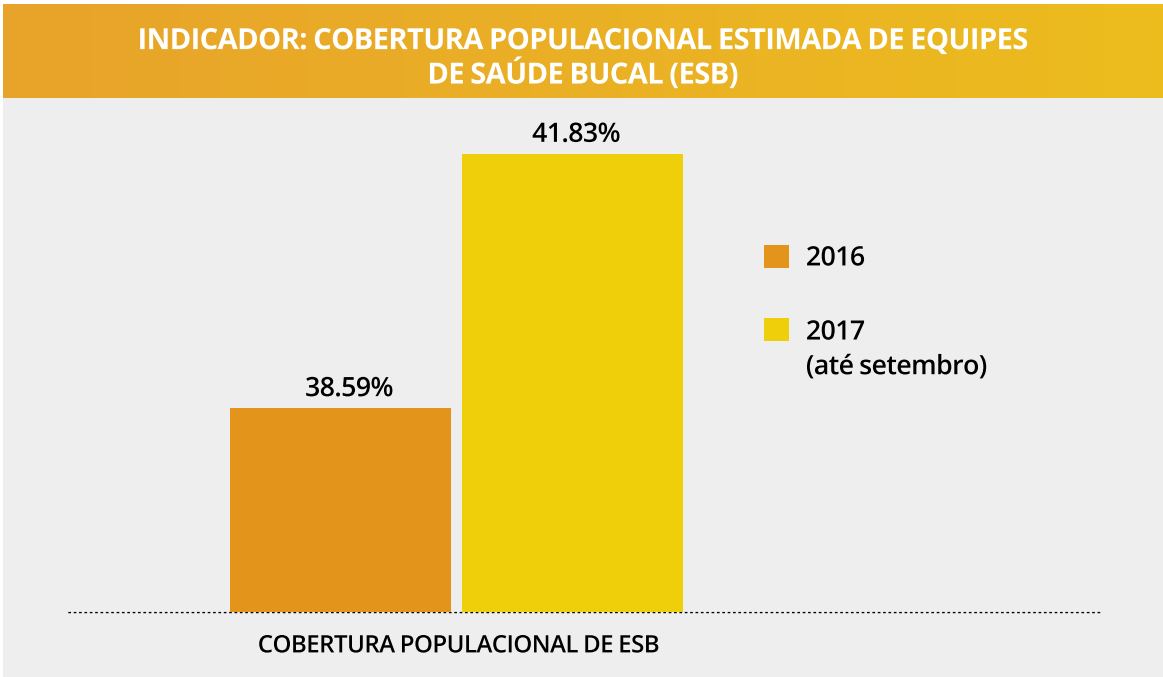
A atenção básica é o primeiro nível de acesso da população à saúde. Os resultados obtidos apontam para uma expansão nesse tipo de cobertura, resultante da atuação positiva do Estado na coordenação da Política da Atenção Básica, assentada na ampliação, consolidação e reorganização da rede de atenção à saúde, de acordo com os princípios norteadores do SUS, tendo os municípios como executores diretos da política.

A Estratégia Saúde da Família (ESF), operacionalizada mediante equipes multiprofissionais, está implantada em todos os municípios do Pará, totalizando 1.472 equipes atendendo a população. Por meio da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (ACS), registra-se um quantitativo de 11.058 ACS, distribuídos também em todos os municípios, correspondendo a 68,77% de cobertura populacional. E com relação aos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), encon-

tram-se em funcionamento 112 unidades em todo o Estado.

O Pará possui 824 Equipes de Saúde Bucal (ESB) credenciadas pelo Ministério da Saúde (MS) com capacidade de cobertura, em 2017, de 41,83% da população (Gráfico 11), tendo ultrapassado a meta pactuada para o exercício em 6,83%, com um quantitativo de 36 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), beneficiando a população, inclusive com a oferta de três novos serviços especializados, o que contribuiu certamente para a redução da prática de exodontia, procedimento recorrente principalmente no interior do estado. São 40 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD) implantados nos municípios do estado, com um acréscimo de 14 equipes em relação a 2016, resultado bastante significativo, com a oferta de tratamentos reabilitadores para elementos dentais afetados pela cárie, doença periodontal e oferta de próteses.

GRÁFICO 11



Fonte: Sespa/DPAIS, 2017.

As ações relativas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), de acordo com os princípios e diretrizes do SUS e dos Planos Regionais da Rede Cegonha, têm

a finalidade de qualificar a assistência à criança desde seu nascimento, considerando seu pleno desenvolvimento para reduzir a morbimortalidade infantil em todo o território paraense.

As intervenções são desenvolvidas para redução da morbimortalidade infantil, em destaque para o componente neonatal. Com esse propósito, programas e ações vêm sendo implementados com vistas à organização da Rede de Atenção à Mulher e à Criança. Especial atenção tem sido dada à qualificação dos profissionais, resultando em: 103 capacitações em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) com Reanimação Neonatal; 42 em Estratégia Amamentar e Alimentar Brasil; 83 em aleitamento materno para hospitais amigos da criança e 185 no Programa de Triagem Neonatal.

Visando também a redução da mortalidade neonatal, o Governo do Estado aderiu à Estratégia QualiNeo, em junho de 2017, que tem como finalidade a qualificação das equipes atuantes nas maternidades, iniciando o processo em três maternidades de grande porte nos municípios de Belém e Bragança, as quais serão matriciadoras para as demais instituições de assistência neonatal. Foram qualificados 46 profissionais da neonatologia dos hospitais Santa Casa, Hospital de Clínicas Gaspar Viana e Santo Antônio Maria Zaccarias.

O principal indicador de vigilância da saúde

da criança é o Coeficiente de Mortalidade Infantil, que estima o risco de uma criança morrer no seu primeiro ano de vida. Como um dos mais importantes indicadores de saúde pública, expressa, em associação com outros indicadores sociais, a situação de saúde de uma cidade e a desigualdade entre grupos sociais e regiões, e como indicador específico, demonstra as condições de saúde do grupo materno-infantil.

Nessa linha, o Governo deu continuidade à consolidação da Política Estadual da Saúde da Criança, elaborada sob a lógica do estabelecimento de estratégias regionais, visando o aperfeiçoamento e a operacionalização dos princípios do SUS, buscando planejar, apoiar, assessorar, monitorar e supervisionar as ações voltadas à criança, melhorando o acesso e a qualidade da assistência prestada nos diversos níveis de atenção. Como resultado, registra-se o declínio anual da Mortalidade Infantil no Pará, que tem como meta pactuada com o Ministério da Saúde uma redução em 5% ao ano, desse indicador. O Quadro 19 demonstra que o Estado do Pará registra uma queda de 11,11% no período 2011-2016, e que, entre as 12 RIs, nove tiveram reduções nos coeficientes de Mortalidade Infantil.

QUADRO 19

DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DE 2011 A 2016.	
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	COMPORTAMENTO DO COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DE 2011 A 2016
Região Araguaia	Elevação de 5,65%
Região Baixo Amazonas	Queda de 2,38%
Região Carajás	Elevação de 4,23%
Região Guajará	Queda de 17,20%
Região Guamá	Queda de 17,88%
Região Lago Tucuruí	Queda de 9,37%
Região Marajó	Queda de 17,75%
Região Rio Caeté	Queda de 10,53%
Região Rio Capim	Queda de 16,16%
Região Tapajós	Elevação de 11,88%
Região Tocantins	Queda de 14,02%
Região Xingu	Queda de 27,63%
Pará	Queda de 11,11%

Fonte: Balanço Geral do Estado, 2017.



ENTRE OS HOSPITAIS A SEREM ENTREGUES PELO GOVERNO EM 2018 ESTÁ O DE IPIXUNA DO PARÁ



O HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ROSA, EM ABAETETUBA, EM FASE DE FINALIZAÇÃO, TERÁ 97 LEITOS

Na atenção a crianças e adolescentes, são determinantes as ações desenvolvidas na Unidade de Referência Materno-Infantil e Adolescente do Estado, com a finalidade de diagnosticar as crianças notificadas com a infecção pelo vírus Zika e seu vetor (Aedes Aegypti) no sistema de vigilância e tratá-las adequadamente, mantendo um banco de dados com essas informações desde o início do surto. Foram realizadas atividades de acompanhamento às notificações dos casos, juntamente com as vigilâncias epidemiológicas municipais.

A Política Estadual da Saúde da Mulher tem como base a promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde da população feminina, com o objetivo de garantir o acesso das mulheres a todos os níveis de atenção à saúde.

Na promoção da saúde e prevenção de agravos foram realizadas ações de implementação da assistência ao planejamento reprodutivo e regulamentação do fluxo de distribuição dos contraceptivos; atenção ao climatério; atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada; boas práticas de parto e nascimento; organização e fortalecimento da Rede Cegonha; proposições para a redução da morbimortalidade materna; assistência à mulher em condição de abortamento e interrupção da gestação prevista em lei; atenção às mulheres em situação de violência doméstica e sexual; prevenção e controle do câncer de colo uterino e de mama; assessoria e monitoramento da política de inclusão de mulheres LGBTTS, indígenas e negras na atenção à saúde.

Na atenção ao pré-natal, foram iniciadas em 2017 as ações do projeto Mãe Paraense, que se constitui em estratégia genuinamente estadual, voltada a qualificação dos profissionais da saúde que atuam na assistência ao pré-natal da gestante, sempre respeitando as especificidades regionais. E nesse sentido, foram realiza-

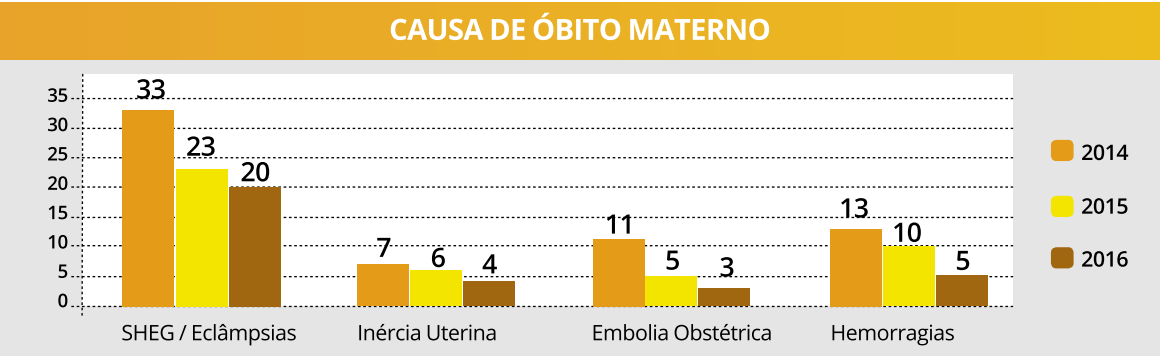
das duas oficinas: na Região Guajará que qualificou 32 profissionais e na Região do Tocantins, com 30 profissionais da atenção básica e vigilância em saúde.

Como ações realizadas e resultados positivos na área da Saúde da Mulher destacam-se:

- Oferta na rede pública de novos exames de pré-natal, inclusive com a realização de testes rápidos de Sífilis e HIV nas Unidades Básicas de Saúde;
- Sensibilização das grávidas para o início imediato do pré-natal;
- Celebração de convênio com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) para implantação da estratégia zero morte materna por hemorragia, com o objetivo de qualificar a assistência obstétrica e a doação de traje antichoque não pneumático;
- Qualificação de 45 profissionais médicos (as) e enfermeiros (as) na área da Saúde da Mulher;
- Elevação da proporção de parto normal em relação ao parto cesáreo entre 51% e 48% respectivamente;
- Melhoria na investigação dos óbitos maternos, resultando na redução de óbitos em números absolutos;
- Implantação dos Fóruns Perinatais nas Regiões de Saúde;
- Aprovação dos Planos Regionais da Rede Cegonha.

Relevante para a identificação das principais causas da morte materna foi a implantação e implementação dos comitês regionais de vigilância do óbito de mães, promovendo discussões e a disseminação de conhecimento, estabelecendo ações integradas com os municípios, com o fim de evitar a mortalidade materna, combatendo as principais causas de óbito, a partir da identificação das prevalências visualizadas no Gráfico 12.

GRÁFICO 12



Fonte: Sespa/Dpais, 2017

Na atenção às mulheres vítimas de violência sexual, o Estado aumentou, em 2017, em 30% o número de unidades de saúde com notificação compulsória de violência contra a mulher, em relação a 2016. Destacam-se as ações de qualificação de serviços com a implantação do serviço de aborto legal e de organização do fluxo de atendimento à mulher por meio da parceria com outras instituições como secretarias de educação e justiça.

Como estratégia importante da Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes e Jovens foi essencial a expansão do Programa Saber Saúde, alcançando, em 2017, 139 municípios beneficiados, com as ações: Caderneta de Saúde do Adolescente, implantada em 131 municípios; Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva em 84 municípios; e Prevenção às Violências em 87 municípios.

O ano de 2017 significou também um marco para a Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), com a criação de agendas específicas na atenção à saúde do homem na rede pública. Foi criado o Código de Registro do Procedimento da Consulta do pré-natal do pai/parceiro, viabilizando o processo de realização do pré-natal do homem, com finalidade de reduzir as doenças sexualmente transmissíveis durante o período de gestação da mulher. Tal estratégia foi implantada em 30 municípios paraenses.

A qualificação dos profissionais voltados à saúde do homem foi fundamental para a implantação da PNAISH. Foram realizadas três oficinas de qualificação na Região de Integração Guajará, nos municípios de Belém, Ananindeua e Benevides, qualificando 138 profissionais. Iniciada, também, a qualificação dos gestores municipais quanto à importância da atenção ao homem, em especial a implementação do pré-natal masculino na rede de saúde municipal.

Outro avanço significativo foi a promoção da temática da saúde do homem com grande visibilidade para a campanha de sensibilização “Homem precisa se cuidar”, realizada nas redes sociais, televisão e rádio, abrangendo todo

o estado. Os meses de agosto e novembro foram escolhidos para essa conscientização e divulgação com grande repercussão, incluindo atividades educativas junto às empresas e órgãos públicos.

Com relação à Política de Saúde do Idoso, foi fundamental a participação do Estado na sensibilização para utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, que estabelece um fluxo dos serviços a serem oferecidos, com vistas ao acompanhamento e identificação dos idosos de forma sistematizada, classificando a população nessa faixa etária de acordo com critérios de risco. A Caderneta já está disponível em 52 municípios e a atenção domiciliar ao idoso já está implementada em 22 municípios por meio do Programa Melhor em Casa. A qualificação dos profissionais que atuam nesse segmento se deu em 46 municípios das Regiões de Integração Guajará, Tocantins, Marajó, Carajás, Tapajós, Baixo Amazonas, Guamá e Araguaia, totalizando 109 profissionais de saúde qualificados.

A Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional é garantida no Pará por meio de seis unidades de saúde prisional no Complexo Penitenciário de Americano em Santa Izabel do Pará e uma unidade em Breves. Foi implantada, em 2017, a República Terapêutica de Passagem (RTP), serviço de moradia temporária que busca a ressocialização dos egressos do Hospital Geral Penitenciário (HGP) com transtornos mentais sem condições de autogerência que cumpriram sua medida de segurança. A Sespa mantém o mapeamento de 24 egressos do referido hospital que retornaram ao ambiente familiar e que são acompanhados por Projeto Terapêutico Singular (PTS), nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) estaduais.

Como suporte essencial para as ações de atenção básica, o Estado garantiu a execução da política de assistência farmacêutica por meio do cofinanciamento nos 144 municípios, com recursos do tesouro na ordem de R\$ 18,7 milhões, e com a aquisição direta de medicamentos no valor de R\$ 40,9 milhões.

Média e Alta Complexidade

O desenvolvimento dos serviços de média e alta complexidades, tem tido atenção especial do Governo do Estado, na lógica consolidar o aprimoramento tecnológico e qualitativo

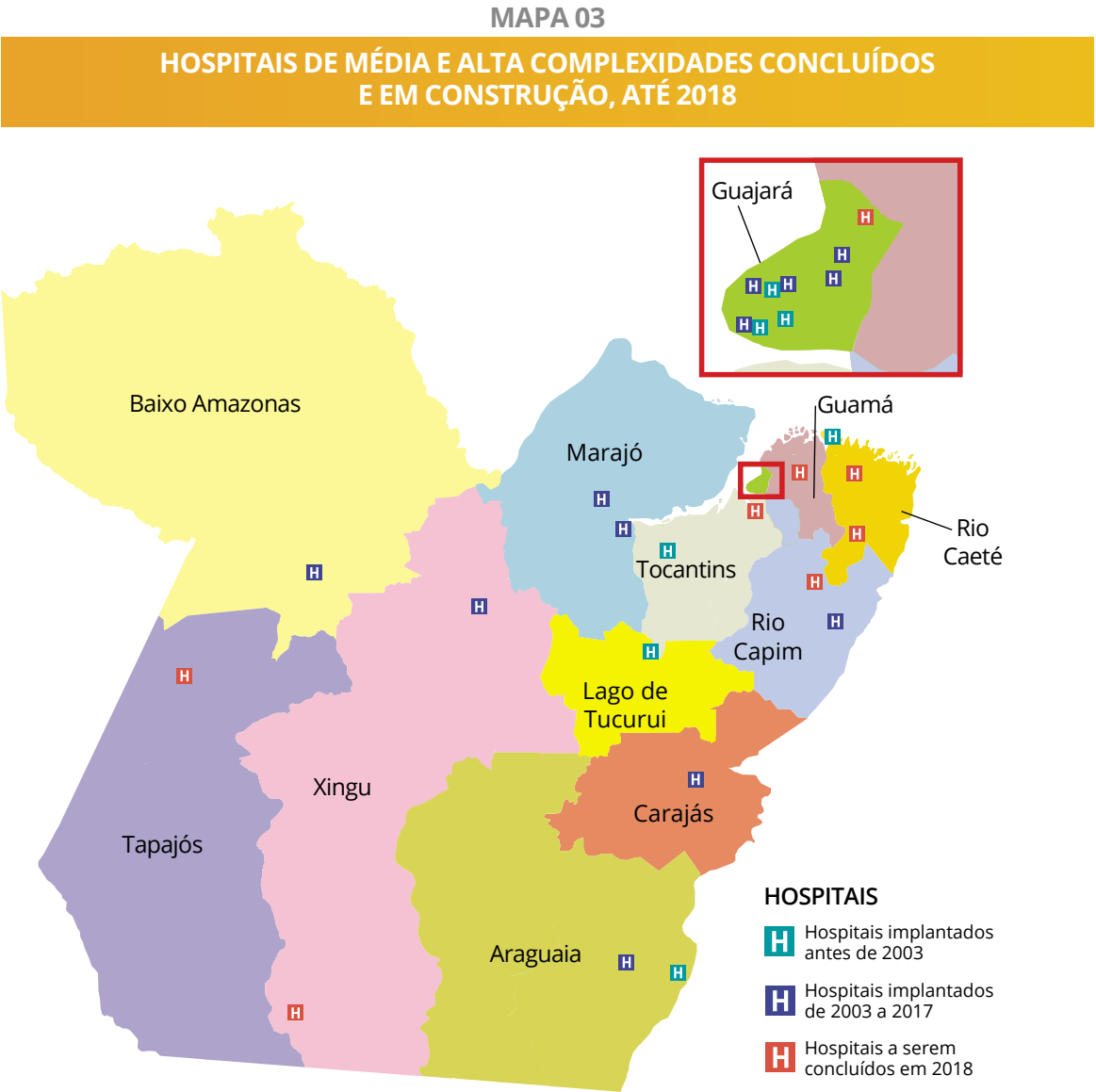
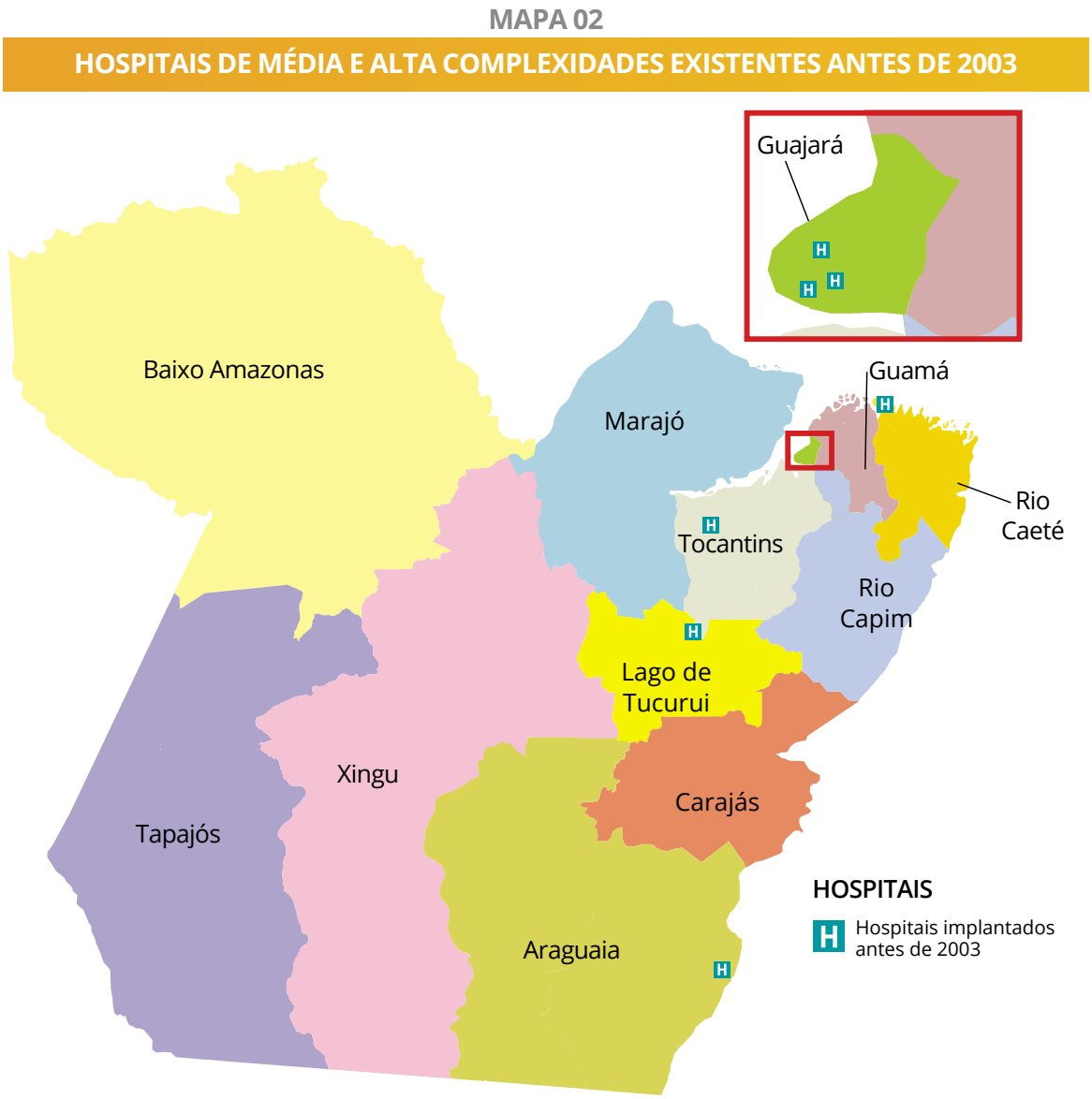
e a ampliação e diversificação da oferta desses segmentos de atendimento em todas as regiões do Pará.

O desafio da elevação da qualidade dos ser-

viços de saúde prestados à população paraense passa, em grande escala, pela disponibilização de novos leitos hospitalares, melhorando a relação leito/habitante na busca por níveis de qualidade mais significativos aos padrões de atendimento e melhores condições aos trabalhadores da saúde.

Numa retrospectiva histórica, registra-se um grande salto na oferta de leitos à população paraense. Em 2003, o Estado do Pará possuía seis hospitais regionais de média e alta complexidade, com aproximadamente 528 leitos,

em sua maior parte concentrada na capital (Região Guajará) e, em menor número, distribuídos nas regiões Araguaia, Lago Tucuruí, Rio Caeté e Tocantins. Hoje, ao final de 2017, são 18 hospitais com 2.790 leitos, localizados em 10 das 12 Regiões de Integração, número que se ampliará até o final de 2018 para uma rede de 26 hospitais regionais de média e alta complexidades, cobrindo todas as regiões, com a oferta de aproximadamente 3.457 leitos, representando um crescimento de 554%.



Além dessa expansão promovida na rede de saúde, o Governo do Estado busca permanentemente a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas unidades hospitalares. Como resultado, os hospitais regionais de Santarém e de Altamira foram certificados com a Acreditação Nível III, o maior reconhecimento da Organização Nacional de Acreditação (ONA), que avalia a qualidade em todas as áreas de atividade dos hospitais, como infraestrutura, internação, controle de infecções, higienização e outros processos hospitalares. Em decorrência, esses dois hospitais regionais do Pará passaram a figurar entre os 10 melhores hospitais públicos do Brasil, considerando um universo de 2.987 hospitais públicos que atendem ao SUS.

Os hospitais estaduais Galileu, Oncológico Infantil Octávio Lobo e a Fundação Santa Casa de Misericórdia, localizados em Belém, também se graduaram pela ONA, no Nível I, da Acreditação Hospitalar.

Outros reconhecimentos advieram, em 2017, como resultado das estratégias adotadas na prestação dos serviços de saúde pela rede de média e alta complexidades estadual, destacando-se as premiações:

- Hospital Amigo da Mulher - condecoração nacional recebida pela Santa Casa, concedida pela Câmara Federal dos Deputados, a cinco hospitais do Brasil;
- Prêmio “Amigo do Meio Ambiente” – condecoração recebida pelos hospitais Galileu e Regional de Altamira, selecionados

entre os 15 melhores na décima edição do prêmio, pelas iniciativas para promoção da sustentabilidade no SUS;

- Selo Green Kitchen - recebido pelos hospitais Oncológico Infantil, Galileu e Regional de Marabá, como reconhecimento à busca constante pelo aprimoramento do padrão de qualidade da alimentação fornecida aos usuários e à adoção de práticas sustentáveis nessas unidades;
- “Instituição do Ano - Saúde Pública” - recebida pelos hospitais Oncológico Infantil e Regional de Paragominas;
- “Instituição do Ano – Sustentabilidade” – recebido pelos hospitais Galileu e Regional de Santarém, titulações recebidas durante o II Prêmio Líderes da Saúde Norte e Nordeste;
- Certificação em Prevenção de Lesões de Pele do programa Soluções Integradas para Saúde - 3M - conquistada pelo Hospital Regional Galileu, pelo terceiro ano consecutivo;
- Selo “*Materiality Disclosures*”, emitido pela Global Reporting Initiative (GRI) - recebido pelos hospitais Regional de Santarém e Galileu. O selo é uma das mais importantes certificações globais dirigidas a entidades que concentram suas ações em práticas que minimizem impactos ambientais, econômicos, sociais e colaborem para o desenvolvimento sustentável em todo o planeta. No Brasil, apenas três hospitais possuíam este selo emitido pela GRI.

A busca incansável pela expansão e melhoria dos serviços de média e alta complexidade passa pelo investimento maciço na ampliação da infraestrutura hospitalar, na requalificação de estabelecimentos assistenciais de saúde do estado e dos municípios, com ênfase na instituição de novas soluções tecnológicas para a prestação dos serviços de saúde.

Estão em construção quatro novos hospitais regionais: Castanhal, Capanema, Abelardo Santos e Itaituba. Os novos hospitais ampliarão a capacidade instalada em 676 leitos com investimento de R\$ 714 milhões do Tesouro estadual e empréstimos captados pelo Estado junto instituições financeiras. As novas unidades hospitalares terão os mais modernos equipamentos existentes no mercado.

O nordeste paraense passará a contar simultaneamente com dois hospitais, o de Castanhal e o de Capanema, abrangendo a demanda de serviços especializados da região, com a oferta de 237 novos leitos, o que eliminará o deslocamento recorrente de pacientes para Belém. As obras já estão com 35% de execução, com previsão de término em 2018, e investimento da ordem de R\$ 243 milhões.

Na Região Guajará, o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos com investimento de R\$ 270 milhões, está com 54% das obras realizadas e conclusão prevista também para 2018. O prédio de 10 andares ofertará 269 leitos, incluindo 24 leitos de urgência e emergência, transformando-o no maior hospital público da RMB, beneficiando aproximadamente um milhão de pessoas.

O Hospital Regional do Tapajós, em Itaituba, prédio de seis andares, terá mais 170 leitos novos de média e alta complexidades, inclusive com 10 leitos de UTI adulto, 10 de UTI neonatal e 10 de UTI pediátrica. A unidade vai dispor de seis salas de cirurgia e serviço de hemodiálise. A obra está com 45% de execução e somará um investimento aproximado de R\$ 200 milhões.

Outro hospital em construção com 21 leitos, considerado hospital de pequeno porte, em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira, está com 42% de obra executada e conclusão da 1ª etapa prevista para 2018, com investimentos da ordem de R\$ 16 milhões.

Em 2018, está prevista também a finalização das obras do Hospital Municipal Santa Rosa, em Abaetetuba (Tocantins), em execução com recursos exclusivamente do Tesouro estadual, com 90% de obra realizada e investimento de R\$ 18,2 milhões, aplicados em modernização, requalificação e ampliação. São 97 leitos a serem disponibilizados, sendo 77 operacionais, 10 de UTI adulto e 10 de Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) neonatal. A nova estrutura terá centro cirúrgico com três salas de cirurgia, seis consultórios, banco de leite, laboratório de análises clínicas, métodos gráficos e apoio diagnóstico.

A Região Integração Tocantins contará ainda com mais um hospital, com 65 leitos, distribuídos em cinco blocos, no município de Barcarena, com uma infraestrutura materno-infantil moderna, inclusive com brinquedoteca



AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DO OESTE, EM SANTARÉM, E DO SUDESTE, EM MARABÁ

e cinco salas com equipamentos de ponta para a realização de parto humanizado. Com 98% da obra executada e previsão de inauguração no 1º trimestre de 2018, soma investimento de R\$ 30 milhões.

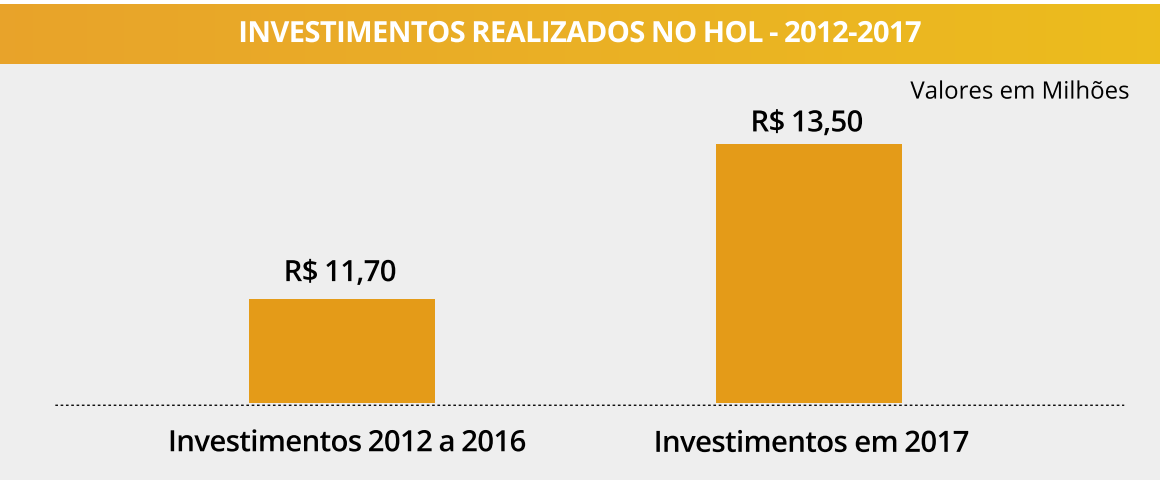
Com o propósito de ampliar e descentralizar o atendimento na rede pública de saúde, melhorando a assistência à população em todo o Pará, o Governo tem investido na requalificação de Hospitais Municipais:

- São Caetano de Odivelas - obra concluída;
- Ipixuna do Pará – obra concluída;
- Garrafão do Norte - obra concluída;
- Mojuí dos Campos – 68% da obra executada;
- Concórdia do Pará – 50% da obra executada;
- Jacareacanga - 30% da obra executada;
- Salvaterra - 28% da obra executada;
- Novo Progresso - 15% da obra executada;
- Água Azul do Norte e Cumaru do Nor-

te - Convênios assinados com as prefeituras.

Ampliou-se também, de 20 para 29 leitos, o Centro de Terapia Intensiva do Hospital Ophir Loyola (HOL), propiciando o aumento da capacidade de atendimento de 86 para 124 pacientes/mês, contribuindo para a redução do tempo de espera de cirurgias e evitando o adiamento de procedimentos por falta de leitos. Foi realizada, também, a reforma e adequação do 5º andar do HOL, criando mais sete novos leitos para a neuroclínica. Os investimentos também alcançaram o parque tecnológico do hospital, com aquisição de equipamentos que compõem a medicina nuclear: ressonância magnética, Pet Scan e Gama Câmara, totalizando investimentos de R\$ 13,5 milhões em infraestrutura e modernização do hospital em 2017, montante superior em 20% à soma dos recursos aplicados nos últimos cinco anos.

GRÁFICO 13



Fonte: HOL, 2017.

Os demais hospitais estaduais, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP) e o Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (HCGV), destaques em ensino e pesquisa, são hospitais públicos consolidados no atendimento de média e alta complexidade oferecendo serviços especializados e de referência à população. A Santa Casa conta com 486 leitos nas especialidades de tocoginecologia, pediatria, neonatologia, clínica médica, cirúrgica e ambulatorial, e proporcionou atendimento a 18.675 pacientes em 2017, realizando uma média mensal de 883 partos, superando em 5% a média de 2016. O

Banco de Leite Humano, serviço de referência prestado pelo hospital, alcançou a marca de 3.432 litros, distribuídos em caráter prioritário aos recém-nascidos prematuros de extremo baixo peso, com alergia à proteína do leite de vaca, infecções, desnutrição e outros.

O Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, referência em cardiologia, nefrologia e psiquiatria, em 2017 atendeu 25.128 situações emergenciais, sendo 15.420 cardiológicas e 9.708 psiquiátricas; 4.212 internações clínicas, além da realização de 1.531 cirurgias, estabelecendo uma média mensal de 128 cirurgias/mês.

Transplantes

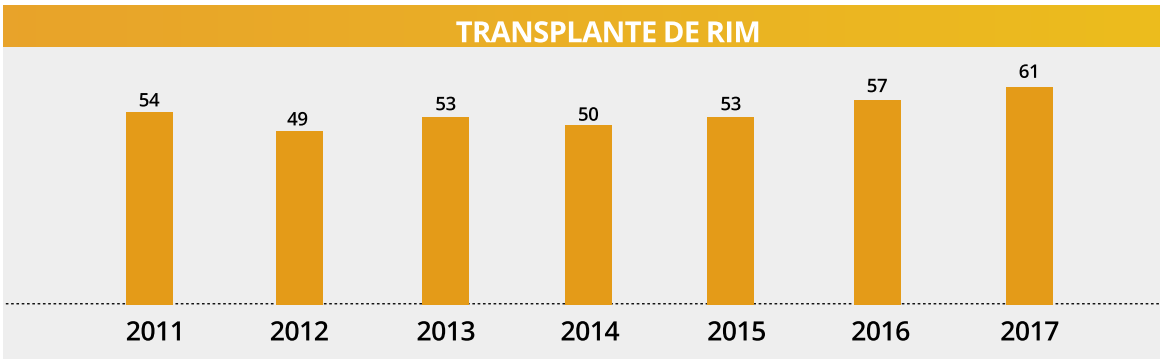
Os transplantes no estado são realizados em 14 unidades hospitalares, abrangendo as regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará e Guamá.

O desafio, entretanto, é superar as dificuldades decorrentes de todas as variáveis que envolvem a realização dos transplantes, da conscientização e sensibilização no processo de doação pelas famílias, até as condições de infraestrutura física, tecnológica, financeira e de recursos humanos.

Em 2017, apesar de toda ordem de dificul-

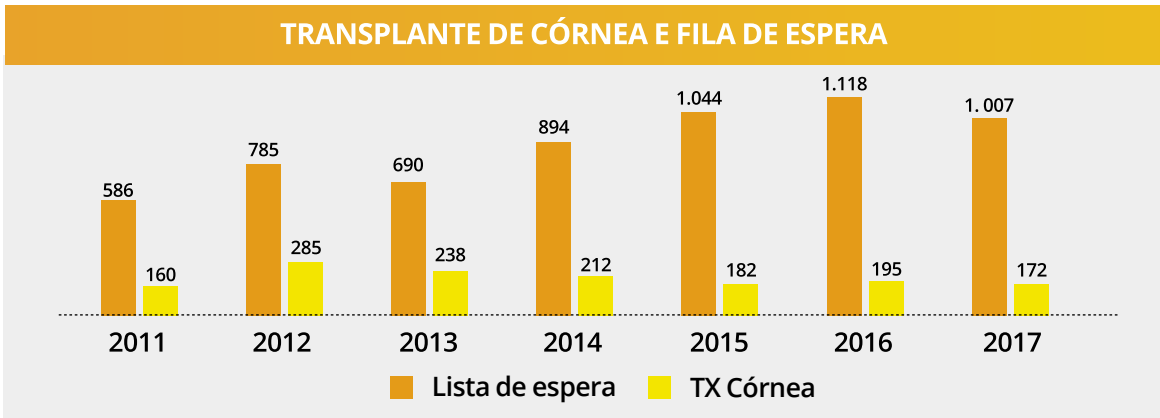
dades enfrentadas, foram realizados 61 transplantes de rim, com crescimento de 7% em relação a 2016, e 172 transplantes de córnea (Gráficos 14 e 15). Para a realização desses serviços foi fundamental a expertise da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA) no apoio laboratorial, atendendo à demanda de 4.604 exames, dos quais, 189 indicados a transplantes de medula óssea no Brasil e 29 exames compatíveis enviados a outros países.

GRÁFICO 14



Fonte: CET-Pa, novembro/2017.

GRÁFICO 15



Fonte: CET-Pa, novembro/2017.

Ressalta-se que o Hemopa possui a Certificação da Gestão pela Norma da American Association of Blood Bank / Associação Brasileira de Hemoterapia e Hematologia (AABB/ABHH),

que é o reconhecimento internacional quanto à qualidade e segurança do processo de transfusão e dos transplantes de tecidos realizados por aquela fundação.

Hemoterapia e Hematologia

Em 2017, manteve-se o intenso trabalho de conscientização da população na captação de doadores, com campanhas contínuas em todas as mídias eletrônicas ao longo do exercício, culminando com um registro de pelo menos 112.317 doações, com a perspectiva de aumento desse resultado a partir da implantação de mais duas unidades fixas de coleta em Belém (no distrito de Icoaraci) e Ananindeua. O resultado das captações possibilitou o atendimento de 93% da demanda por hemocomponentes da rede hos-

pitalar, com crescimento em relação a 2016 de 8%.

No atendimento aos pacientes hematológicos, especialidade médica de extrema complexidade, houve crescimento de 0,2% em relação a 2016, resultado da adoção de medidas de regulação de serviços, por meio da sistematização via Sistema de Regulação do Município de Belém e da consolidação do programa de residência em hematologia e hemoterapia, fatores que contribuíram para superar o esgotamento da capacidade instalada.

Educação Permanente

À educação dos profissionais da saúde foi dada especial atenção em 2017, uma vez que a elevação do patamar de atendimento resulta não apenas da infraestrutura disponibilizada mas, fundamentalmente, da mão de obra qualificada para operar o sistema de saúde. Com essa diretriz, foram direcionados R\$ 2,2 milhões para a qualificação de profissionais de saúde de diferentes esferas de governo, nas 12 Regiões de Integração.

Ofertou-se, ainda, residência médica na FHCGV, FSCMPA e no HOL para 226 residentes, distribuídos nas especialidades anestesiologia; cirurgia geral; cirurgia pediátrica; clínica médica; ginecologia e obstetrícia, medicina intensiva pediátrica, nefrologia pediátrica, neonatologia, pediatria e radiologia. Além disso, 18 residentes receberam formação multiprofissional nas seguintes áreas: enfermagem, nutrição, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, assistência social e farmácia.

Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, a residência médica em psiquiatria

oferecida pela FHCGV está entre as melhores do país, tendo recebido o selo de excelência em formação, credenciado como polo de avaliação prática para o título de especialista nessa área.

O intercâmbio com centros de ensino internacionais para estágios extracurriculares e parcerias em projetos de pesquisa foram intensificados em 2017, como ferramenta para a troca e ampliação de conhecimentos e experiências. A FHCGV obteve aprovação no programa mundial do Boston Children's Hospital, para avaliar resultados em cirurgia de cardiopatia congênita, envolvendo 54 instituições mundiais. Estabeleceu convênios com o Hospital do Coração de São Paulo/Hcor e com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, passando a integrar a rede de pesquisas clínicas multicêntricas, tanto no âmbito nacional, como internacional.

Na área da pesquisa foi lançado pela FSCMPA o periódico online "Pará Research Medical Journal" para divulgação científica, que agrega produções das mais diversas pós-graduações no Programa Gestão em Saúde na Amazônia.

Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde no estado, dada as suas especificidades regionais e características ambientais, é alicerce fundamental para a prevenção e controle de doenças endêmicas. A observação contínua da incidência de doenças, mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação das informações de morbidade e mortalidade, orienta as estratégias para superação do desafio da mudança do perfil epi-

demiológico do estado, orientando a requalificação dos processos de trabalho, sob a ótica da intersetorialidade e da interdisciplinaridade, criando novos espaços gerenciais, comprometidos com o aumento da eficácia e eficiência do sistema de vigilância.

Em 2017, o Estado alcançou as metas pactuadas no âmbito do Programa de Vigilância em Saúde, resultando em um incremento de

incentivo financeiro no piso fixo, num total de R\$11,6 milhões direcionados as ações, correspondendo a um crescimento de 27,3% em relação a 2016.

Dados estatísticos levantados até novembro contabilizam a situação epidemiológica dos principais agravos no estado:

- Malária: não há óbito desde 2014 (mesmo com o aumento dos casos, principalmente na ilha do Marajó), resultado das ações e investimentos realizados;
- Dengue: redução de 18% nos casos confirmados em 2017, com o registro de 4.645 infectados;

- Chikungunya Vírus: 6.088 casos confirmados em 2017, 85,5% concentrados em 11 municípios;
- Zika Vírus: 322 casos confirmados em 2017, 77,7% concentrados em 10 municípios;
- DST'S/AIDS em menores de cinco anos - redução de 85,71%, comparado com 2016;
- Sífilis congênita: redução média de 23% desde 2015. Em 2017 foram 676 casos;
- Hanseníase: 80% de cura em 2017;
- Microcefalia: 144 casos registrados desde 2014, dos quais 24 têm relação com o Zika Vírus.



NOVOS EQUIPAMENTOS PARA A SANTA CASA, BARCO UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA, PARA ATENDER A POPULAÇÃO DE ABAETUBA E ENTREGA DE AMBULÂNCIAS

CONSTRUÇÃO
DO HOSPITAL
REGIONAL DO
TAPAJÓS, EM
ITAITUBA



CONSTRUÇÃO
DO HOSPITAL DE
CAPANEMA



CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL
REGIONAL DE CASTANHAL



CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL
ABELARDO SANTOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Governo do Estado, de acordo com o que preconizam a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), atua no sentido de fortalecer uma política social destinada ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, mais precisamente no que concerne à família, maternidade, crianças e adolescentes, amparo ao idoso e às pessoas em vulnerabilidade social, estimulando a integração ao mercado de trabalho, bem como a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Em 2017, foram aplicados R\$ 87,5 milhões na implementação de ações voltadas à assistência social, trabalho, emprego e renda, segurança alimentar e nutricional. Esses recursos também foram destinados a promover o acesso aos serviços e à rede de proteção social, bem como ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no âmbito estadual.

A proteção social básica está voltada a atender à população em situação de vulnerabilidade social por diversas condições, como pobreza, dificuldade de acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos, deficiências, entre outras. Para que esses segmentos da população tenham acesso aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais, o Governo do Estado tem se articulado com as prefeituras visando criar condições para que os municípios possam ofertar, por meio de unidades como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica.

Para garantir a proteção integral à família e/ou indivíduos com vínculos familiares fragilizados, rompidos ou com direitos violados o Estado mantém sete abrigos, sendo dois para idosos, Unidade de Acolhimento Lar Socorro Gabriel e Lar da Providência, um para migrantes em trânsito, Abrigo Domingos Zaluth, que atende pessoas de passagem por Belém que, por algum motivo, não puderam seguir viagem ou não têm como retornar para seus locais de

origem, e quatro abrigos para mulheres vítimas de violência nos municípios de Altamira, Belém, Marabá e Santarém. Em 2017, a manutenção desses equipamentos importou em recursos na ordem de R\$ 12,3 milhões.

No que se refere às ações de enfrentamento à violência sexual e trabalho infantil foram beneficiadas 3.147 pessoas. Destaca-se ainda a mobilização do dia D, em 18 de maio, em alusão ao Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a realização do I Concurso de Produção Artística de Combate ao Trabalho Infantil.

O Estado destinou recursos no valor de R\$ 20,9 milhões para pagamento de benefícios, sendo R\$ 20,8 milhões para o pagamento do benefício estadual à pessoa acometida pela hanseníase, com base na Lei Complementar Nº 05/90, direito garantido no Art. 318, da Constituição Estadual, contemplando 2.095 pessoas de 106 municípios do estado.

Na promoção de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, o Estado mantém o Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), em parceria intersetorial com instituições governamentais e não governamentais, onde são oferecidos serviços de acesso às tecnologias de informação utilizando equipamentos adaptados e acessíveis; Central de Interpretação de Libras do Pará (CILPA), com intérpretes para acompanhamento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva durante atendimentos em serviços públicos e serviços na área de odontologia especializada, com atendimento de 1.126 pessoas.

Ainda para atender este público-alvo, estão sendo investidos mais de R\$ 23,24 milhões para construção do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação para Deficientes (CIIR) que ofertará serviços médicos, odontológicos, terapêuticos, psicológicos e outros para portadores de deficiência auditiva, física, intelectual e visual. A obra está 90% executada, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2018.

Por meio da ação de capacitação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

(SINASE) e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e das formações continuadas do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, foram capacitados 1.964 trabalhadores, dentre eles gestores e técnicos municipais, sendo investidos R\$ 935 mil para o fortalecimento da gestão e eficácia das políticas públicas socioassistenciais no estado. Para a implementação desses serviços foram repassado, via cofinanciamento, R\$ 8,7 milhões aos municípios do estado, alcançando as 12 Regiões de Integração.

Para promover o diálogo entre representantes do Poder Público e da sociedade civil de forma a estabelecer prioridades para o desenvolvimento da política pública de assistência social brasileira, o Conselho Estadual de Assistência Social e o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) realizou a 11ª Conferência Estadual de Assistência Social, com o Tema: “Garantia de Direitos no Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, realizada nos dias 18 e 19 de outubro, com 750 participantes, que discutiram as seguintes temáticas: 1. A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais; 2. Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no Suas; 3. Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais; 4. A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Por intermédio da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SAN), o Governo do Estado atendeu 49 municípios com o Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea (PAA), beneficiando 1.132 agricultores familiares.

Tendo como objetivo a promoção do acesso à água de qualidade para consumo humano foram construídas 215 cisternas nos municípios de Cachoeira do Piriá (77), Irituia (58) e Baião

(80), por meio do Projeto Sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais (Convênio com o MDS), investimento no valor de R\$ 1,5 milhão.

Ainda referente à política de segurança alimentar e nutricional, o Estado atendeu 897 pessoas com oficinas, palestras e cursos sobre orientação alimentar e nutricional, boas práticas na manipulação de alimentos e aproveitamento integral, realizadas nas comunidades indígenas da Volta Grande do Xingu, município de Altamira, Terras do Povo Pakissamba que é composta pelas aldeias Pakissamba, Muratú e Furo Seco, dando ênfase à orientação sobre alimentação saudável, valorizando a produção das próprias aldeias.

Visando proteger e promover os direitos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade e fortalecer o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o Estado possui 14 unidades de atendimento nas modalidades de internação provisória, internação e semiliberdade, localizadas nas Regiões de Integração Guajará (Ananindeua, Belém e Benevides), no Baixo Amazonas (Santarém) e Carajás (Marabá), sendo uma unidade de serviço de atendimento inicial (SAS) e um complexo de ações sistemáticas de arte, cultura, esporte, lazer e socioambiental (Apoena). A manutenção de todos esses espaços importou recursos no valor de R\$ 13,9 milhões.

A capacidade total de atendimento nas unidades é de 492 adolescentes, distribuídas em 118 vagas para a medida de internação provisória, 65 vagas para a medida socioeducativa de semiliberdade, 297 para a internação, além de 12 vagas para o atendimento inicial.

Para qualificação e humanização do atendimento socioeducativo, estão sendo concluídas novas unidades de atendimento socioeducativo no Pará: Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM) em Marabá, localizado na Região dos Carajás, com investimentos de R\$ 2,6 milhões, com 98% da obra executada (reforma e ampliação), e o Centro Socioeducativo Masculino (CESEM), localizado na Região Guajará, com 99% da obra executada, com aplica-

ção de recurso no valor de R\$ 3,1 milhões. A Unidade do CIAM Sideral, localizado em Belém, está com 61,57% da obra executada, com aplicação de recursos no valor de R\$ 2,4 milhões e previsão de conclusão para março de 2018.

Nesse contexto, destaca-se a ampliação da unidade (em Belém), destinada à modalidade de semiliberdade, voltada ao atendimento do gênero masculino, na faixa etária de 12 a 21 anos, aumentando o número de vagas e a oferta do serviço no sistema socioeducativo. Essa modalidade de assistência oferece a possibilidade do adolescente frequentar escola, fazer estágio, rever a família, sempre com o compromisso de voltar para a unidade, onde são desenvolvidas atividades educativas, reflexivas e lúdicas com a orientação de equipe multifuncional.

Ressalte-se que o investimento na infraestrutura física desses equipamentos públicos visa melhorar o atendimento que é de alta complexidade, assim como ampliar o acesso às vagas ofertadas para o ingresso no sistema socioeducativo, contribuindo também como instrumento eficaz para proporcionar um ambiente humanizado, além de dar cumprimento às normativas arquitetônicas preconizadas pelo SINASE.

Para o cumprimento das normativas de segurança e garantia de direitos quanto ao enfrentamento de denúncias de violação dos jovens e adolescentes em privação ou restrição de liberdades nos espaços socioeducativos, o Governo do Estado instalou equipamentos de segurança (pórticos) proporcionando a inspeção humanizada nas unidades de atendimento socioeducativo.

Com a missão institucional de coordenar e executar a política estadual de atendimento socioeducativo a adolescentes e jovens com prática de ato infracional, orientados pela doutrina da proteção integral, o Estado, por meio da FASEPA, vem também desenvolvendo ações sociopedagógicas, por meio do projeto Ressignificando Caminhos na Socioeducação.

Este projeto está organizado a partir de quatro ações estratégicas inter-relacionadas:

Ação 1. Diálogos Temáticos: através desta ação foram realizados 248 eventos que abordaram eixos do Sinase, tais como diversidade étnico racial, gênero e orientação sexual, edu-

cação, esporte, cultura e lazer, saúde, abordagem familiar e comunitária, profissionalização e segurança, além de eventos que contribuíram para o suporte institucional e pedagógico com a participação de 3.761 pessoas envolvendo famílias, socioeducandos e servidores da rede socioassistencial;

Ação 2. Costurando Futuros: Esta ação de educação tem o desafio de possibilitar o acesso ao mundo do trabalho e à formação cidadã, possibilitando o envolvimento da família, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do socioeducando, estimulando a autonomia, a cidadania e a melhoria das relações interpessoais. Nesse sentido, o Programa Bolsa Aprendizagem, por meio de parcerias estabelecidas com os órgãos TJE; TCE; DPE; EGPA; FASEPA; Hospital de Clínicas Gaspar Vianna; SEASTER e a IOEPA, inseriu 56 socioeducandos egressos do sistema no mercado de trabalho formal. No âmbito da educação socioambiental foram realizadas 186 oficinas de pneumóveis, pallet móveis, horticultura, jardinagem e compostagem, beneficiando 119 socioeducandos;

Ação 3. Talentos: ações que visam o direito à arte e cultura, ao esporte e lazer. Foram realizados 52 eventos esportivos e 1.404 atividades de lazer e recreação, somando 6.249 participações. Na arte e cultura também foram realizadas mostras culturais na FASEPA com 1.188 participantes e 26 eventos externos - Faculdade Estácio, Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público do Estado do Pará (MPE), Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) - e outros, como exposições, feiras e seminários com a participação de 150 socioeducandos, além de 780 oficinas (iniciação e aperfeiçoamento) com 2.208 participações;

Ação 4. Vidas, Convivência Familiar e Comunitária: ações que envolvem atenção às famílias oriundas do interior do estado; nas seguintes vertentes: Saúde e Bem Estar, realizadas em parceria com a rede de saúde pública municipal e estadual; e Justiça Restaurativa que dizem respeito a práticas protetivas de direitos realizadas em todas as unidades de atendimento, mediante círculos de construção de paz, grupo de estudos, capacitação de servidores.



ATIVIDADES CULTURAIS NA UNIDADE DE SEMILIBERDADE DA FASEPA, EM ICOARACI

FEIRA DO ARTESANATO MUNDIAL NO HANGAR





EM 2017, O CREDICIDADÃO LIBEROU R\$ 10,4 MILHÕES EM RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), realizou em 2017, um conjunto de ações no âmbito da qualificação social e profissional, da intermediação de mão de obra, da abertura e fortalecimento de mercados com apoio à produção e comercialização do artesanato e da operacionalização do Seguro Desemprego, empregando recurso financeiro no valor de R\$18,6 milhões, 41% superior a 2016 (R\$ 13,2 milhões).

Nos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE), localizados em 37 municípios do estado, foram atendidos 304.761 trabalhadores, para serviços de habilitação ao Seguro Desemprego, intermediação de mão de obra formal e orientação profissional. Foram encaminhados ao benefício do Seguro Desemprego 95.591 trabalhadores, dos quais 73.218 receberam habilitação. Por meio da intermediação de mão de obra foram colocados no mercado de trabalho 1.555 trabalhadores. Dentre esses, 238 são pessoas com deficiências.

Com o objetivo de proporcionar o acesso dos trabalhadores às oportunidades no mercado formal e no empreendedorismo, o Governo realizou qualificação dentro do Plano de Qualificação Social e Profissional (PQSP) para 1.412 trabalhadores de 22 municípios com os programas Qualifica Pará e Qualificar Para Incluir, oferecendo cursos de culinária regional, beneficiamento de leite de búfala e derivados, manejo de açaizais, agricultura familiar, produção de mudas, aproveitamento de resíduos sólidos, com a aplicação de recursos oriundos do Tesouro estadual no montante de R\$ 4,2 milhões.

Também foram capacitados 571 catadores por meio do projeto Pró Catador Ativação Pará, nas temáticas de economia solidária, cooperativismo, autogestão, cadeia produtiva de resíduos e informática.

A participação dos artesãos paraenses em

feiras nacionais é uma importante estratégia para possibilitar acesso ao espaço mercadológico adequado à divulgação e comercialização da produção artesanal, constituindo um mecanismo de aproximação dos artesãos com consumidores e lojistas, oportunizando negócios reais e futuros.

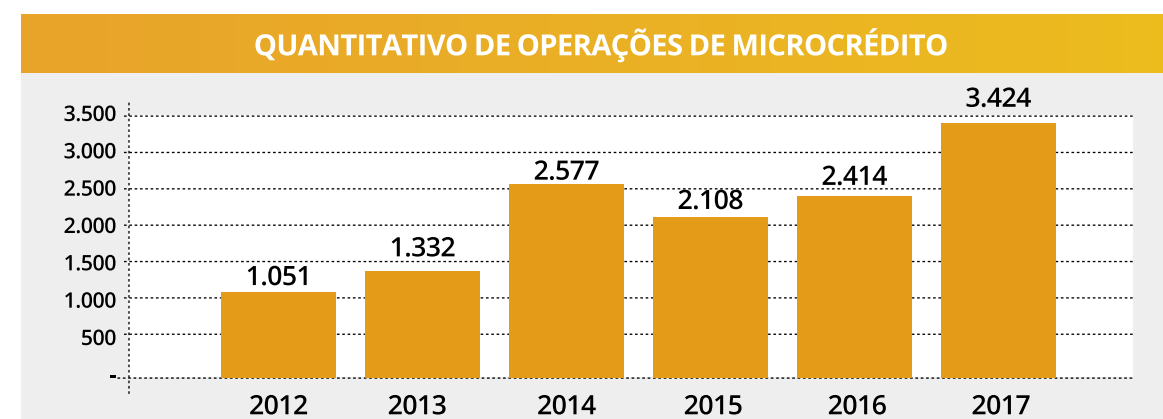
Com o compromisso de apoiar o artesanato, o Governo disponibilizou aos profissionais da área serviços como a inscrição no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB), o fornecimento da carteira do artesão elaborada pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), e o apoio aos artesãos para a participação em duas feiras nacionais: a 18ª Fenearte, em Olin-da (PE), e a 28ª Feira Nacional do Artesanato Brasileiro, em Belo Horizonte (MG), com a participação de 68 artesãos, que comercializaram 46.073 peças.

Nas feiras locais, realizadas em Belém, com participação de 63 artesãos oriundos dos municípios de Belém e Ananindeua, foram comercializadas 1.740 peças.

Para construir um Pará com mais empregos, mais oportunidades, mais renda e economia sustentável, o Estado, por meio do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito (NGPM/CredCidadão) assegurou inclusão social e econômica ao micro empreendedor paraense.

Com objetivo de promover a inclusão social, a construção da cidadania e combater a vulnerabilidade econômica e social, com foco no fomento de créditos para atender a população de baixa renda e microempreendedores, público normalmente excluído do sistema financeiro formal, bem como potencializar as atividades produtivas de pequeno porte, foram concedidos 3.424 microcréditos para pessoas físicas, organizações sociais e empreendedoras de atividades de pequeno e médio portes nas mais diversas linhas de crédito, subdividindo-se em convencional e batedores de açaí.

GRÁFICO 16



Fonte: NGPM CredCidadão, 2018.

Desse o total de operações, assinala-se especial atenção ao atendimento às comunidades quilombolas nos municípios de Mocajuba e Baião, aos egressos do Sistema Penal, no município de Belém, aos egressos ligados à Fábrica Esperança, e aos microempreendedores do entorno do bairro do Utinga, em função do projeto Parque Ecológico do Utinga, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), de forma a melhorar as condições de vida desses grupos.

A oferta de crédito é variável, dependendo do plano de negócio, subdividindo-se em investimento fixo, destinado à compra de equipamentos, e capital de giro. No período entre 2012 e 2017 foram destinados, em valores corrigidos, um total de 46,3 milhões.

Em 2017, foram liberados nessas opera-

ções recursos de R\$ 10,4 milhões que atenderam as mais diversas linhas de créditos, dentre essas destacam-se: batedores de açaí e moto-taxistas, nas regiões Guajará, Rio Caeté, Rio Guamá, Carajás, Baixo Amazonas, Xingu, Araguaia, Tapajós, Capim e Marajó, contemplando 105 municípios do estado, dos quais 36 foram priorizados por se tratarem de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme diretriz de Governo.

O acesso ao microcrédito tem sido um eficaz instrumento de desenvolvimento econômico e de inclusão social. A cultura empreendedora se torna um elemento importante para o desenvolvimento de competências que favorecem a manutenção de renda adequada, reduzindo a vulnerabilidade econômica, principalmente dos jovens e mulheres do Pará.



An aerial photograph of a large, modern highway interchange. The interchange features a central green island with palm trees and a large, curved ramp. Several lanes of traffic are visible, with cars and trucks moving through the interchange. In the background, there are several large, modern buildings, including a prominent yellow and white structure. The foreground shows a residential area with houses and a dirt road. The text "NA DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA" is overlaid on the right side of the image in a large, white, bold font.

NA DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O ano de 2017 chega ao fim com uma avaliação positiva das ações governamentais no que diz respeito aos avanços na área de CT&I, em contexto paraense. Mesmo diante de um quadro de crise econômica com retrações nos orçamentos federais, houve significativo progresso em nível local no tocante ao desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à área, com aperfeiçoamento das bases institucionais para a continuidade das ações. O Governo do Estado, mediante coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Técnica e Tecnologia (SECTET), buscou trabalhar em consonância com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado - Pará 2030, que traça diretrizes para elevar os índices de desenvolvimento socioeconômico a partir do incentivo à verticalização das cadeias produtivas paraenses. Assim, a Secretaria segue avançando em seus objetivos de transformar ciência, tecnologia, educação profissional e inovação em pilares para o crescimento econômico e o bem-estar social.

O Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), por exemplo, manteve o movimento de consolidação das atividades em seu complexo. Em 2017, a Fundação Guamá, organização social sem fins lucrativos, responsável por gerir o Parque, concentrou seus esforços no fortalecimento do ecossistema de empreendedorismo inovador, que permeia o espaço. Ao todo, cerca de 1860 pessoas foram atendidas por meio de cursos, capacitações, palestras, treinamentos, visitas técnicas e atendimentos. Em 2017, o Parque Tecnológico teve a inauguração de dois novos prédios, o Laboratório da Qualidade do Leite, primeiro do gênero a funcionar na região norte com o objetivo de rastrear a produção leiteira, conferindo-lhe controle e selo de qualidade; e o Laboratório de Alta e Extra Alta Tensão, importante polo de suporte à formação de recursos humanos e realização de pesquisa e prestação de serviços para o setor elétrico do norte do Brasil.

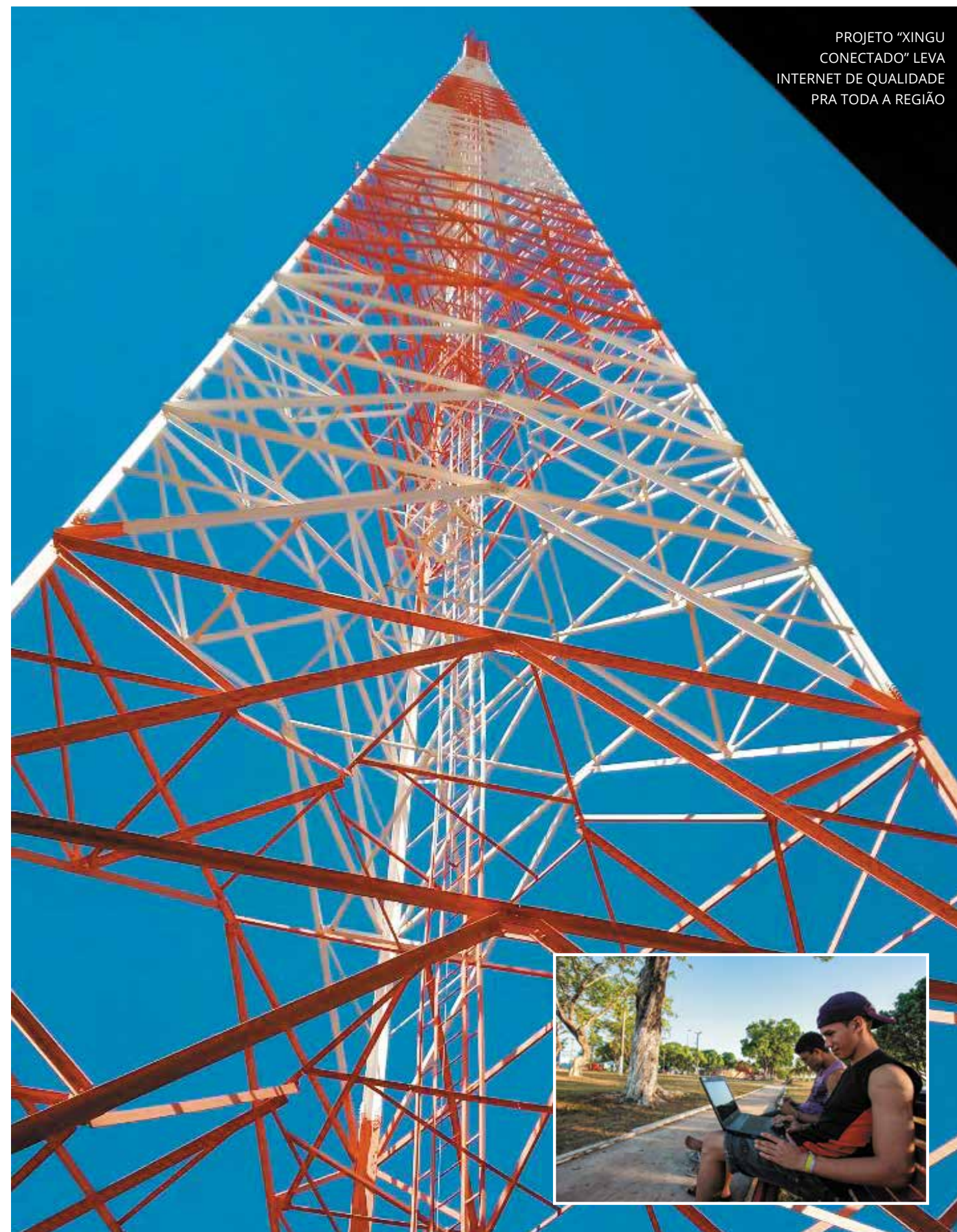
As duas iniciativas são conveniadas com a Universidade Federal do Pará, importante parceira do PCT Guamá.

Os laboratórios instalados no PCT já começam a apresentar os primeiros resultados para o setor produtivo. No decorrer do ano, foram realizados 27 atendimentos e transferências de tecnologia dos laboratórios residentes no PCT Guamá aos empreendimentos demandantes. As obras do prédio Espaço Empreendedor – que também vai abrigar empreendimentos de perfil inovador, como uma incubadora de empresas e módulos para desenvolvimento de start ups e micro empresas – estão finalizadas e tem sua inauguração já liberada. O prédio é vizinho ao Espaço Inovação, inaugurado em 2016, o qual possui, atualmente, uma taxa de ocupação de 33%, com edital para aluguel de módulos em fluxo contínuo até a sua ocupação plena. Outra obra avançada é a do Centro de Estudos Avançados em Biodiversidade (Ceabio) e do Restaurante, que irá atender toda a população do Parque.

No tocante ao fomento à criação e consolidação de ambientes de inovação, a Sectet avança com as ações do Inova Pará, programa que tem base na Lei no 8.426, a Lei da Inovação, sancionada e publicada em 16 de novembro de 2016. O Inova Pará incentiva a criação e o fortalecimento de ambientes de inovação nas Regiões de Integração do Estado, enquanto espaços destinados a dar o suporte científico-tecnológico às cadeias produtivas consideradas estratégicas no “Pará 2030”. O Programa se propõe, ainda, a estabelecer uma interface mais bem articulada entre a academia e o setor produtivo, diretamente nos territórios e espaços em que a produção se realiza.

Exemplos dessa iniciativa são os dois convênios assinados entre a Sectet, a Fapespa, a UFPA e o IFPA, em Bragança, região do Salgado. O primeiro, firmado em janeiro com a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual apoia a implantação do Centro de Pesquisas em Aquicultura

PROJETO “XINGU
CONECTADO” LEVA
INTERNET DE QUALIDADE
PRA TODA A REGIÃO





PRIMEIRO LABORATÓRIO DE
ANÁLISE DE LEITE DA REGIÃO
NORTE - PCT GUAMÁ



(Ceanpa) do município, com o objetivo de desenvolver a produção inovadora de alevinos, assim potencializando a economia daquela região no campo da piscicultura e aquicultura, com formação, igualmente, de pessoal qualificado em Engenharia de pesca e Biologia Ambiental. Já o segundo, assinado em fevereiro com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), garante apoio às atividades do Centro de Piscicultura do IFPA (Cepis), que fortalece o Polo Científico e Tecnológico de Bragança. A Secretaria, igualmente, apoia, em Altamira, a implantação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Xingu e negocia a parceria para a implantação do Parque de Tecnologia do Lago de Tucuruí (Tecnolago).

No âmbito das Tecnologias Sociais, o Governo do Estado lançou, em outubro, o primeiro edital do programa TecSocial, com objetivo de executar projetos de Tecnologias Sociais voltados à melhoria da qualidade de vida das populações vulneráveis. Nesse sentido, o Programa considera como “Tecnologias Sociais” os produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis voltados ao uso comunitário, com vistas a promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de seus usuários. Nesse campo de atuação, já como materialização dessa política pública, o Estado, através da Sectet, assinou um convênio de cooperação técnica e financeira com o IFPA para o desenvolvimento do projeto intitulado “Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Biodiversidade no Município de Acará” e outro com a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), para o desenvolvimento do projeto intitulado “Segurança Hídrica e Saneamento Básico Descentralizado, por meio de Tecnologias Sociais na Região Insular de Belém”.

Ainda em outubro, aconteceu a divulgação do resultado do chamamento público nº 004/2017, que selecionou a Organização Social (OS) BioTec-Amazônia para a gestão do programa BIOPARÁ. O Programa traduz-se como a ferramenta norteadora à elaboração de políticas públicas que possibilitem a agregação de valor às cadeias produtivas da biodiversidade estadual e regional, por meio de pesquisa e desenvolvimento e de prospecção de negócios inovadores no setor. As atividades da OS serão desenvolvidas em eixos que dizem respeito à governança inovadora e articulação estratégica, por meio de parcerias com atores do ambiente de inovação do estado e potenciais investidores externos. Nessa perspectiva, a BioTec-Amazônia passa a ser uma ferramenta de auxílio do Estado na pro-

moção de uma economia do conhecimento voltada aos bionegócios, transformando o Pará em referência mundial.

No que diz respeito à difusão e popularização do conhecimento científico e inovador, realizou-se a Mostra de Ciência e Tecnologia, no município de Tucuruí, e a 8ª Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Estação das Docas, em Belém. Os eventos ofereceram programações que incluíram stands interativos, oficinas, palestras e minicursos. A Feira, que integrou a Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, de 2017, teve recorde de público, recebendo a visita de mais de 15 mil pessoas, sobretudo jovens estudantes. Some-se a essas ações, a publicação de duas edições da Revista Ver-a-Ciência, agora semestral. O periódico busca disseminar as principais ações do Governo do Pará e de parceiros no campo de ciência, tecnologia e inovação.

Em se tratando do incentivo à pesquisa científica e à formação do capital humano na área do conhecimento, não obstante a instabilidade de receitas e das restrições orçamentárias e financeiras decorrentes da crise econômica, fiscal e política dos últimos anos, o Governo do Pará manteve-se firme e focado no compromisso com o desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa científica no estado. Mesmo num cenário absolutamente desfavorável, entre os anos 2014 a 2017, o Governo do estado, através dos programas de incentivos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas no Pará (Fapespa) aplicou, em valores corrigidos, um montante da ordem de R\$ 86,6 milhões, oriundos inteiramente do Tesouro estadual, nas ações de incentivo a projetos de pesquisa, concessão de bolsas de iniciação científica e no apoio à disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Em decorrência das dificuldades apresentadas na formação de parcerias no âmbito das instituições federais, por conta da crise financeira da União, em 2017, o volume de recursos destinados pelo Estado para essas ações limitou-se a R\$ 10,3 milhões, valor menor quando comparado aos anos anteriores, sendo R\$ 5 milhões aplicados no incentivo a projetos de pesquisa, por meio dos Editais Interpará, e R\$ 5,3 milhões destinados à concessão de bolsas de iniciação científica.

Os Editais Interpará tornaram-se estratégia na consolidação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das Regiões de Integração, mediante o fomento e o apoio à formação de redes de pesquisa, à qualificação de recur-

sos humanos e à modernização de laboratórios de pesquisa científica. Em 2017, priorizou-se as regiões do Rio Caeté, Tocantins, Rio Capim, Guamá e Marajó no apoio a projetos científicos voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas potenciais do território.

No que diz respeito ao incentivo à iniciação científica, as ações se materializam mediante a concessão de bolsas para os programas de iniciação científica das instituições de ensino superior e instituições de pesquisa do Pará, com o objetivo de incentivar e desenvolver o pensamento e a prática científica de estudantes de graduação, na iniciação à pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, na capital e no interior do estado.

A par dessas ações, o Governo do Estado também incentiva a dinamização do pensamento crítico e científico mediante o apoio a realização de eventos nacionais e internacio-

nais de interesse relevante para desenvolvimento do Pará. Nesse sentido, em 2017, lançou editais públicos para realização de eventos voltados à discussão de temas importantes, na forma de congressos, simpósios, workshops, seminários e outros, com abrangência local, regional, nacional e internacional, buscando interação e produção de material relevante, tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade, com destaque para o IV Fórum Paraense de Tecnologias Sociais, VIII Feira Estadual de Ciência e Tecnologia e o 15º Simpósio de Geologia da Amazônia, realizados em Belém; Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICCOOPES) & Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (Fecitis), em Castanhal; e I Congresso Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Code-tam), realizado em Altamira.

INFOVIAS

De grande relevância, sem dúvida, tem sido a continuidade dos investimentos governamentais no projeto de expansão da rede de fibra óptica nos municípios, tendo como foco principal conectar uma internet confiável e de baixo custo. Em 2017, foi concluída a expansão da infovia em fibra óptica interligando Belém aos municípios de Castanhal, Santa Maria do Pará, Paragominas (Miltônia) e Barcarena (Vila do Conde), totalizando, aproximadamente, 320 km de rede, formando um grande anel de interligação levando internet firme aos municípios de sua rota, quais sejam, Ananindeua e Benevides (região Guajará), Santa Izabel do Pará, Castanhal e Santa Maria do Pará (região Guamá), Irituia, Mãe do Rio, Ipixuna do Pará e Paragominas (região Rio Capim).

Iniciou-se, também, a implantação das infovias que estavam projetadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu (PDRS-Xingu), patrocinadas pelo edital do Consórcio Belo Monte (Projeto Xingu Conectado), em parceria com o Governo Federal, totalizando mais de 330 km de infovias que atenderão aquela região, interligando a rede corporativa do Governo do Estado do Pará aos municípios Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Anapu e Senador José Porfírio. Serão beneficiadas com o projeto mais de 400 mil pessoas.

Os municípios de Vitória do Xingu e Brasil Novo foram conectados à rede estadual de Te-

lecomunicação de Dados por meio do Projeto Xingu Conectado, que vai ainda ligar os municípios de Porto de Moz, na região Xingu, e Gurupá, na região Marajó. As duas cidades serão conectadas via rádio a partir do município Almeirim, na região Baixo Amazonas. Na região Rio Capim, no ano de 2017, foram conectados os municípios de Aurora do Pará e Ipixuna do Pará.

Além de fornecer conectividade à administração pública nas diversas esferas (municipal, estadual, federal, judiciária), a rede corporativa do Estado também instala pontos livres (hotzones), garantindo o acesso da população à internet de qualidade e de forma gratuita. Com o sinal de comunicação digital instalado em praças e orlas, a população pode se conectar ao mundo globalizado através do sistema Wi-Fi, otimizando a prestação de serviços técnicos e comerciais, como a instalação de programas, consultoria de serviços de internet e consultoria de segurança de rede, ajudando na qualidade do serviço disponibilizado tanto para órgãos públicos quanto para a população.

Atualmente são utilizados e mantidos pelo Governo do Estado, por meio da PRODEPA, aproximadamente 1.157 km de cabos de fibra óptica distribuídos em várias infovias, canais de comunicação que hoje ligam e conectam quase 84 municípios do estado, distribuídos nas 12 Regiões de Integração.



CABOS SUBAQUÁTICOS
LEVARAM ENERGIA FIRME E
INTERNET DE QUALIDADE
PARA O MARAJÓ

HABITAÇÃO

Priorizar o atendimento às famílias de baixa renda, oferecendo moradia digna de qualidade, é uma das diretrizes do Governo, focado na diminuição do déficit e na prevalente inadequação habitacional, como parte de um conjunto de ações integradas visando à promoção da inclusão social e a redução das desigualdades sociais. As ultimas informações oficiais sobre déficit habitacional no Pará fazem referência ao total de domicílios, em torno de 23%, e a carência de infraestrutura, de aproximadamente 82%, sendo este o componente de maior impacto na inadequação habitacional do estado do Pará e o que mais afeta os do-

micílios urbanos. De acordo com a mesma fonte, os assentamentos precários subnormais estão concentrados nos municípios de Marituba (77%), Ananindeua (61%) e Belém (52%). Para reverter esse cenário, a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), estabelece quatro linhas de ação programática: produção de habitação; apoio à melhoria habitacional; integração urbana de assentamentos precários; e o desenvolvimento institucional, que norteiam o planejamento desse setor, sinalizando que as ações devem ser programadas de forma integrada e serem complementares entre si.

CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS - CHEQUE MORADIA

Como estratégia para reverter as condições de habitabilidade, contribuindo para combater o déficit e, principalmente, a inadequação habitacional no Estado, o Governo instituiu, ainda em 2003, o Programa Cheque Moradia, com foco nas famílias com renda bruta de até três salários mínimos, nas modalidades de construção, ampliação ou melhoria habitacional, destinando-se à aquisição de material de construção, exclusivamente com fornecedores legalmente estabelecidos no Estado, cabendo aos beneficiários a responsabilidade pela mão de obra.

O programa atende ao público em geral,

inclusive funcionários públicos, mas prioriza famílias que vivem em situação de risco social de extrema pobreza e ocorrências de sinistro (incêndio e desabamento), idosos e famílias de pessoas com deficiência, além de atender projetos específicos e demandas especiais como comunidades indígenas, quilombolas, portadores de doenças crônicas, entre outros. No período de 2011/2017, o programa já beneficiou 45.332 famílias, com investimentos da ordem de R\$ 510,1 milhões, sendo que, em 2017, o Cheque Moradia beneficiou 6.461 famílias, com investimento de R\$ 83 milhões, conforme apresentado na Tabela 01.

TABELA 01

ATENDIMENTO CHEQUE MORADIA POR MODALIDADE/REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: 2017.						
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	FÍSICO			FINANCEIRO (RENÚNCIA FISCAL)		
	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO MELHORIA	TOTAL	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO MELHORIA	TOTAL
ARAGUAIA	285	13	298	4.049.100	99.700	4.148.800
BAIXO AMAZONAS	10	2	12	148.800	11.600	160.400
CARAJÁS	56	2	58	807.100	13.700	820.800
GUAJARÁ	2.779	987	3.766	38.950.700	6.758.400	45.709.100
GUAMÁ	655	81	736	9.259.200	556.900	9.816.100
LAGO TUCURUI	75	6	81	1.056.900	37.500	1.094.400

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	FÍSICO			FINANCEIRO (RENÚNCIA FISCAL)		
	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO MELHORIA	TOTAL	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO MELHORIA	TOTAL
RIO CAETÉ	247	5	252	3.540.300	34.500	3.574.800
RIO CAPIM	439	12	451	6.299.200	66.200	6.365.400
TAPAJÓS	34	1	35	483.300	8.600	491.900
TOCANTINS	242	19	261	3.518.000	153.000	3.671.000
XINGU	181	2	183	2.601.300	9.100	2.610.400
TOTAL	5.320	1.141	6.461	75.194.800	7.833.600	83.028.400

Fonte: DIPEM/GEPCM – COHAB/PA, 2017.
Nota: Dados apurados até Dez/2017.

O atendimento especial a comunidades quilombolas e indígenas, em situação de vulnerabilidade no estado, viabilizou a construção de novas unidades habitacionais em substituição a unidades precárias e a reforma e/ou ampliação com a construção de mais cômodos, como quarto, cozinha e banheiro com fossa e sumidouro, oferecendo arquitetura diferenciada para melhor adaptação aos usos e hábitos culturais, fortalecendo a capacidade organizativa desses grupos. Foram beneficiadas com o Programa 299 famílias quilombolas nos municípios de Aba-

etetuba (20), Acará (17), Ananindeua (100), Mocajuba (34) e Salvaterra (128), e com unidades habitacionais, em construção, 157 famílias moradoras em comunidades e aldeamentos em Tomé Açu (40), Santa Luzia do Pará (35), Capitão Poço (01) e Paragominas (81), proporcionando melhoria das condições de habitação desse público. O Cheque Moradia atendeu também, 136 famílias moradoras do entorno do Parque do Utinga, integrando o projeto de urbanização da área que beneficiou 200 famílias do bairro do Curió-Utinga, em Belém.

UNIDADES HABITACIONAIS

Para viabilizar os investimentos no setor habitacional e reduzir o déficit existente foram realizadas ações em parceria com a União, com contrapartida do Tesouro Estadual, para produção de unidades habitacionais em áreas livres e com oferta de infraestrutura, integrando o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), beneficiando aproximadamente 9.536 famílias. Integrando o PMCMV, em destaque pela dimensão e atendimento, o Residencial Viver Melhor Marituba com a oferta 4.000 unidades habitacionais distribuídas em 250 blocos de quatro pavimentos cada, dispõe de toda infraestrutura: Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); Estação de Tratamento de Água (ETA); áreas de lazer em diversos espaços multiuso; quadras de esportes e campos de futebol; posto de saúde e áreas destinadas a comércio,

representando um aporte de contrapartida de R\$ 24 milhões. Obedecendo as orientações e normatização do Ministério das Cidades e com total transparência do processo, o Governo participou ativamente de todas as etapas relativas à seleção de candidatos a beneficiários, com a realização do sorteio dos 4.000 moradores. Com entrega prevista para 2018, com 90% das obras já executadas, o Residencial Quinta dos Paricás na Estrada do Maracacuera, no Distrito de Icoaraci, tem destaque pela oferta de 2.720 unidades habitacionais, divididas em 170 blocos. Em fase de conclusão também, com 95% das obras concluídas, o Residencial Tenoné II, localizado no Conjunto Residencial Maria Helena Coutinho em Belém, com 480 unidades habitacionais, dotado de equipamentos comunitários e de lazer.

TABELA 02

EMPREENDIMENTOS DO PMCMV - FAR

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	UH CONTRATADA	UH ENTREGUES EM 2017	INVESTIMENTO (R\$)		
				UNIÃO	ESTADO	TOTAL
1. QUINTA DOS PARICÁS – ÁREA A	Belém	2.720	–	168.640.000	401.042 (¹)	169.041.042
2. VIVER MELHOR MARITUBA	Marituba	4.000	4.000	272.000.000	24.000.000 (²)	296.000.000
3. TENONÉ II – 1ª ETAPA	Belém	384	–	25.402.610	2.119.462 (³)	27.522.072
4. TENONÉ II – 2ª ETAPA	Belém	96	–	6.677.450	2.843.918 (³)	9.521.367
TOTAL GERAL		7.200	4.082	472.720.060	29.364.422	502.084.482

(Fonte: DIPOL/GEPOL, 2017.
¹) Somente valor do terreno
²) Valor de aporte R\$/UH
³) Soma valores de terreno e aporte R\$/UH

Por meio do PAC serão beneficiadas 2.336 famílias com os empreendimentos Liberdade I, II e III, em estágios diferenciados de execução, na média de 60%, destinados à realocação de famílias moradoras das margens do Igarapé do Tucunduba e Avenida Perimetral, que serão beneficiadas com unidades habitacionais; equipamentos urbanos (praças e

áreas comunitárias); sistema de drenagem; rede de distribuição de água, sistema de esgoto sanitário, sistema viário, terraplenagem e pavimentação. Para solucionar o processo de realocação das famílias o governo do Estado vem pagando auxílio moradia provisoriamente, até a conclusão desses empreendimentos.

TABELA 03

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DAS OBRAS - PAC

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	CONTRATOS COHAB/CAIXA (R\$)				
		VALOR TOTAL INICIAL	VALOR TOTAL ATUALIZADO	REALIZADO ATÉ 2017		
				UNIÃO	ESTADO	TOTAL
LIBERDADE I	Belém	8.701.660	25.898.543	7.910.600	5.133.427	13.044.027
LIBERDADE II	Belém	101.474.625	164.819.382	38.540.921	52.915.345	91.456.266
LIBERDADE III	Belém	14.270.151	27.105.912	5.640.196	10.339.979	15.980.175
TOTAL GERAL		124.446.435	217.823.837	52.091.716	68.388.752	120.480.468

Fonte: DITEC/GEGOB – COHAB/PA, 2017.
Nota: Os valores correspondem à obra, Indenizações e Trabalho Técnico Social.

O Governo do Estado também lançou o programa Nossa Família, com custo inicial estimado de R\$ 4 milhões, destinado a atender, prioritariamente, militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, importante iniciativa que visa facilitar a aquisição da casa própria, por meio de subsídios do tesouro estadual, contri-

buindo para melhoria da qualidade de vida e valorização de militares do Estado. Inicialmente, serão construídas 480 unidades habitacionais, em cinco empreendimentos localizados em Belém e Ananindeua e se estenderá para as demais regiões do Estado, em uma parceria entre o governo do Estado e a CAIXA.

URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E SUBNORMAIS

O Governo do Estado vem realizando intervenções em áreas ocupadas, classificadas como assentamentos precários, que se carac-

terizam pelo alto grau de carência habitacional e de infraestrutura, bem como pela posse irregular da terra, com recursos do Programa de



RESIDENCIAIS
LIBERDADE II E
RIACHO DOCE I



PROGRAMA
CHEQUE
MORADIA JÁ
BENEFICIOU
MAIS DE 45 MIL
FAMÍLIAS

Aceleração do Crescimento- PAC e contrapartida do Tesouro estadual, provendo áreas com serviços de infraestrutura, construção e melhoria de habitações, implantação de equipamentos comunitários e regularização fundiária.

Outrora assentamentos informais, esses espaços estão sendo urbanizados, regularizados e integrados à cidade com ações conjuntas de habitação, saneamento e inclusão social, com

previsão de benefício a 16.434 famílias. Esses projetos de urbanização já beneficiaram 12.586 famílias, dentre essas 9.901 famílias entre os anos 2011/2017. Em 2017, os projetos envolveram recursos da ordem de R\$ 83 milhões. Desde o início das obras, até 2017, já foram consumidos cerca de R\$ 286 milhões, em valores corrigidos, sendo R\$ 125,9 milhões de recursos do Estado, conforme demonstra a Tabela)4.

TABELA 04

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DAS OBRAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS – PAC						
EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	CONTRATOS COHAB/CAIXA (R\$)				
		VALOR TOTAL INICIAL	VALOR TOTAL ATUALIZADO	REALIZADO ATÉ 2017		
				UNIÃO	ESTADO	TOTAL
JADERLÂNDIA	Castanhal	39.262.576	78.611.537	40.191.258	36.233.075	76.424.333
PRATINHA	Belém	21.335.818	34.519.792	19.857.796	9.401.319	29.259.115
PANTANAL	Belém	17.852.839	28.723.075	6.220.122	3.840.982	10.061.104
RIACHO DOCE I	Belém	8.750.360	16.819.426	4.731.802	5.409.721	10.141.523
RIACHO DOCE II	Belém	15.619.104	27.891.091	7.170.516	7.104.767	14.275.283
RIACHO DOCE III	Belém	13.480.465	23.863.909	8.006.105	5.520.418	13.526.523
FÉ EM DEUS	Belém	14.803.053	27.686.008	13.041.768	7.398.505	20.440.273
TABOQUINHA	Belém	45.094.100	111.282.926	39.339.880	38.557.984	77.897.864
JARDIM JÁDER BARBALHO	Ananindeua	28.440.135	43.714.751	17.738.250	7.916.530	25.654.780
PROVIDENTINOS	Castanhal	4.881.358	9.203.199	3.715.565	4.444.105	8.159.670
JARDIM GARÇAS (ESCOLA)	Santa Izabel	892.825	1.180.493	172.007	66.673	238.680
TOTAL GERAL		210.412.633	403.496.207	160.185.069	125.894.079	286.079.148

Fonte: DITEC/GEGOB – Cohab/PA, 2017.

Nota: Os valores correspondem à obra, indenizações e trabalho técnico social.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Em 2017, o Governo do Estado deu continuidade às atividades de regularização fundiária urbana, adotando duas estratégias para ampliar a abrangência territorial dessa ação:

1. Estabelecimento de Termo de Cooperação com os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal e Marabá, visando reduzir os altos índices de irregularidade fundiária urbana, em especial, na Região Metropolitana de Belém (RMB);

2. Curso de capacitação na modalidade de Educação a Distância (EaD), em parceria com a Escola de Governança Pública (EGPA), com disponibilidade de vaga para todos os municípios paraenses, abrangendo os conteúdos de

Política Habitacional e Regularização Fundiária Urbana. E, ainda, estabeleceu o registro em cartório dos instrumentos de regularização como um diferencial em relação aos anos anteriores.

Atualmente, doze núcleos estão em processo de regularização fundiária urbana, dos quais quatro estão sendo executados em parceria com a Prefeitura de Belém através da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM): Fé em Deus, Pantanal, Pratinha e Taboquinha.

O Projeto Fé em Deus representa um marco na Ação de Regularização Fundiária, pois, pela primeira vez, se completou o ciclo de um projeto de regularização, em parceria com a

Prefeitura de Belém, resultando na entrega de 618 Termos de Cessão de Posse aos moradores daquela área, devidamente registrados em cartório.

Destaca-se que esse Projeto recebeu o Selo de Mérito 2017 pela Associação Brasileira de Cohab’s e Agentes Públicos de Habitação (ABC), na categoria “Ações, Planos e/ou Programas de Habitação de Interesse Social”, na programação do 64º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social realizado em São Paulo, em agosto de 2017. Essa premiação é concedida anualmente para estados e municípios que desenvolvem projetos relevantes no âmbito da habitação de interesse social, e esse é o oitavo Selo de Mérito conquistado pela Companhia desde 1999.

Em 2018, o projeto continuará em sua 2ª fase, com a expectativa de atender demais famílias que ainda não finalizaram o processo.

Outros núcleos urbanos, Jardim Jader Barbalho e Jaderlândia, estão em processo de regularização com apoio dos municípios de Ananindeua e Castanhal, respectivamente, beneficiando 4.853 famílias (Quadro 20).

Além disso, seis áreas estão em diferentes estágios de execução dos projetos de infraestrutura, por essa razão as atividades de regularização fundiária devem iniciar a partir de 2018, são elas: Riacho Doce I, II e III e Liberdade I, II e III, beneficiando 3.981 famílias (Quadro 20).

A entrega do título é a última etapa do processo de regularização fundiária. Além dos projetos mencionados anteriormente, outros estão em execução em diferentes estágios (Quadro 20):

- Ranário, localizado no bairro do Tapanã, em Belém, que beneficiará aproximadamente 305 famílias;
- Terra Firme, em Belém, localizado no bairro do mesmo nome, atenderá aproximadamente 655 famílias;
- Água Cristal, localizado no bairro Marambaia, em Belém, deverá atender aproximadamente 708 famílias;
- Utinga, no entorno do Parque Estadual do Utinga, em Belém, prevê o atendimento de198 famílias.

QUADRO 20

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ASSENTAMENTOS URBANOS

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM 2016		INVESTIMENTO					R\$1,00
		PREVISTO	REALIZADO	REALIZADO 2015 E 2016	REALIZADO EM 2017			A RE-ALIZAR EM 2018	TOTAL
					UNIÃO	ESTADO	TOTAL		
ANANINDEUA	Jardim Jader Barbalho	1.689	–	131.963	597.080	–	5.970.804	488.121	1.217.164
CASTANHAL	Jaderlândia	3.164	–		164.419	804.975	969.394	1.265.960	2.235.354
BELÉM	Fé em Deus	1.689	618	680.024	–	–		114.363	794.387
	Riacho Doce I, II, III	1.645	–					**	
	Liberdade I, II, III	2.336	–					**	
	Pratinha	1.645	–		–	114.631	114.631	957.383	1.072.014
	Pantanal	1.692	–		–	107.955	107.955	794.182	902.137
	Taboquinha	1.862	–		–	–		813.844	813.844
	Jardim Liberdade	200	–	57.203	–	–		47.817	105.020
	Área Central da Cohab	130	–	13.500	–	40.918	40.918	34.439	88.857
	Ranário	250	–	132.648	–			56.801	189.449
	Terra Firme – 2ª etapa	1.000	–	34.389	–			265.894	300.283
	Água Cristal	823	–	101.088	–			176.945	278.033
	Utinga*	198	–					20.000	20.000
MARITUBA	Almir Gabriel	1.500	–	7.484	–	201.233	201.233	772.383	981.100
MARABÁ	Liberdade	2.600	–		–	181.021	181.021	1.227.309	1.408.330
TOTAL		22.423	686	1.158.299	761.499	1.450.732	2.212.232	7.035.441	10.405.972

Fonte: DIPOL/GEREF – COHAB/PA, 2017.

Notas: Valores liquidados até novembro/2017.

(*) Valores referentes aos serviços de topografia. O serviço social está sendo executado por técnicos da COHAB/PA.

(**) A definir

RESIDENCIAL
TABOQUINHA



URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO
DE QUADRA POLIESPORTIVA
NO "CANTINHO DO PARQUE",
COMUNIDADE PANTANAL,
CURIÓ-UTINGA



RESIDENCIAL
VIVER
PRIMAVERA E
RIACHO DOCE



RESIDENCIAL
VIVER
MELHOR, EM
MARITUBA



SANEAMENTO BÁSICO

O Governo do Estado, por meio dos órgãos que atuam no setor, tem desenvolvido um conjunto de ações, nas diversas regiões, com o fim de promover acesso à água potável, disponibilizar esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais beneficiando à população residente nas áreas urbanas e rurais do Estado.

A bacia do rio Tucunduba, considerada a segunda maior bacia hidrográfica da capital paraense, que atravessa os bairros do Guamá, da Terra Firme, de Canudos e do Marco, com aproximadamente 250 mil habitantes, testa recebendo o impactante projeto de macrodrenagem e saneamento. As obras foram divididas em duas etapas. A primeira realizada pela Prefeitura de Belém, com recursos da ordem de R\$ 10,3 milhões. A segunda etapa vem sendo executada pelo Governo do Estado com recursos oriundos de operações de crédito e tesouro estadual, no montante de R\$ 121,8 milhões. Esta etapa de execução está dividida em 3 fases.

A primeira fase da segunda etapa, a ser finalizada neste ano de 2018, orçada em R\$ 34,2 milhões, envolve obras no trecho a partir da Rua São Domingos até a Rua dos Mundurucus, e já começou a mudar a paisagem da área. Além da abertura e pavimentação de duas grandes pistas laterais, construção de calçadas e ciclo faixas, a obra inclui a retificação do alargamento do canal – com a drenagem, dragagem e limpeza –, tubulação de esgoto e a construção de três pontes de concreto e uma passarela metálica.

A segunda fase da segunda etapa, já se encontra em processo final de licitação no valor de R\$ 38 milhões, recursos já garantidos. Essa fase envolve intervenções no trecho entre a Rua dos Mundurucus até a Passagem 2 de Junho.

Para continuidade da obra foram cadastradas 149 famílias a serem remanejadas e indenizadas. Desse total, 64 famílias já foram remanejadas para o Residencial Viver Melhor Primavera, inaugurado em junho de 2017, construído pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no bairro do Tapanã. O restante das famílias optou por receber indenização.

Por meio da Companhia Estadual de Saneamento- COSANPA, que oferta serviços de abas-

tecimento de água e esgotamento sanitário a 53 municípios do estado alcançando aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, foi investido, em 2017, o valor de R\$ 128 milhões, em projetos finalizados e em outros em andamento, em destaque:

Concluídos

- Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água no bairro Sideral, em Belém, com investimento de R\$ 4,91 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões do Governo do Estado e R\$ 1,5 milhão da União, beneficiando 28.390 habitantes;
- Ampliação e melhoria do sistema de tratamento e distribuição de água do setor Sabiá, em Ananindeua, com investimento de R\$ 2,8 milhões, sendo R\$ 1,9 milhão do Governo do Estado e R\$ 868 mil da União, beneficiando 36.582 habitantes;
- Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Itaituba, na região Tapajós, com um investimento de R\$ 18,3 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões do Governo do Estado e R\$ 9,2 milhões da União, beneficiando 57.308 habitantes.

Em andamento

- Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Breves, na região Marajó, com investimento de R\$ 14 milhões do Governo do Estado, com 39,64% de obra física executada, que beneficiará 52.052 habitantes;
- Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água do Moju, na região Tocantins, com investimento de R\$ 11 milhões do Governo do Estado, com 38,63% de obra física executada, que beneficiará 25.118 habitantes;
- Ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água de Marabá, na região Carajás, com investimento de R\$ 15,6 milhões do Governo do Estado, com 93,48% de obra física executada, que beneficiará 221.885 habitantes;
- Ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário da área central de Belém (estação de tratamento de esgoto sanitário e estação elevatória do setor



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE MARABÁ, QUE ATENDERÁ MAIS DE 220 MIL PESSOAS



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA BENEFICIA MAIS DE 5 MIL FAMÍLIAS NO SIDERAL



MACRODRENAGEM
DO TUCUNDUBA
VAI GARANTIR VIDA
MELHOR PARA 50
MIL FAMÍLIAS



UNA), na região Guajará, com investimento de R\$ 26,5 milhões do Governo do Estado, com 39,34% de obra física executada, que beneficiará 87.500 habitantes;

- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Marabá, na região Carajás, com investimento de R\$ 38,9 milhões do Governo do Estado, com 96% de obra física executada, que beneficiará 13.952 habitantes.

Além dos projetos concluídos e em andamento, novas obras foram iniciadas no interior do Estado em 2017:

- Ampliação do sistema de abastecimen-

to de água de Alenquer, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 10 milhões do Governo do Estado, que beneficiará 28.610 habitantes;

- Ampliação do sistema de abastecimento de água de Oriximiná, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 10 milhões do Governo do Estado, que beneficiará 41.357 habitantes;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água do setor Beija-Flor, de Marituba, na região Guajará, com investimento de R\$ 7,4 milhões do Governo do Estado, que beneficiará 17.631 habitantes.

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Nesse segmento o desafio é promover e manter a integração física das diversas regiões do Pará, melhorando a circulação de bens e pessoas num estado com dimensões continentais, dotado de uma rede de transporte significativa, principalmente no

MODAL RODOVIÁRIO

O Governo do Estado, em 2017, deu continuidade às ações programadas de pavimentação e restauração de rodovias paraenses, executando um ambicioso plano de intervenção, nas mais importantes estradas do Pará, destacando-se:

- Pavimentação asfáltica e sinalização da PA-154, do rio Camará ao município de Cachoeira do Arari, com 10 km de extensão, na Região Marajó, que consumiu R\$ 28 milhões;
- Pavimentação asfáltica da PA-481, trecho que vai do entroncamento da PA-151 à Vila dos Cabanos, em Barcarena, na Região Tocantins, com extensão de 9,5 Km, no valor de R\$ 3,7 milhões;
- Restauração da Rodovia PA-125, localizada no município de Paragominas na Região Rio Capim, com 12,76 km de extensão, desde o entroncamento com a BR-010 até o Rio Uraim, no valor de R\$ 17 milhões, incluindo terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização, drenagem superficial e construção de ponte em concreto sobre o igarapé Vitória.

Em 2017, o Governo investiu fortemente na conservação de rodovias, beneficiando diversas regiões do estado, considerando a importância estratégica das mesmas na economia e na vida das populações, dentre as quais destacam-se:

- Conservação da Rodovia PA-432, no trecho BR-010 até Conceição de Irituia, com extensão de 5,41 Km, no município de Irituia, na Região Rio Capim, com investimento de R\$ 520 Mil;
- Conservação da Rodovia PA-257, no trecho do Km-52 (Curuá) até Km-87,7 (Tutui), com extensão de 35,7 Km, no município

modal rodoviário, mas extremamente afetado pelas condições climáticas da região, o que demanda a aplicação permanente de vultosos recursos na conservação e manutenção da malha viária. Em 2017, o total de recurso investido pelo governo do estado somou R\$ 462 milhões.

de Santarém, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 1,7 milhão;

- Conservação da Rodovia PA-257, no trecho Bom Jesus (Km-148) até o Aninduba (Km-170,40), com extensão de 22,4 Km no Município de Santarém, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 2,1 milhões;
- Conservação da Rodovia PA-445, no trecho Mojuí dos Campos até Água Branca, com extensão de 30 km no município de Santarém, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 1,5 milhão;
- Conservação da Rodovia PA-433, no trecho BR-163 até Jatutí, com extensão de 36 km no município de Mojuí dos Campos, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 1,2 milhão;
- Conservação com limpeza mecanizada nas Rodovias PA-475, PA-150, PA-263, nos municípios de Mojuí, Tailândia, Goianésia do Pará, (Morada Nova) e Breu Branco, com extensão de 438,3 Km nas Regiões Tocantins e Lago de Tucuruí, com investimento de R\$ 876 mil;
- Conservação das Rodovias PA-327, PA-287 e PA-449, nos trechos PA-287/Santa Maria das Barreiras, BR-158/Cumarú do Norte e Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia, com extensão de 290,4 Km, nos municípios de Santa Maria das Barreiras, Cumarú do Norte e Floresta do Araguaia, na Região Araguaia, com investimento de R\$ 3,3 milhões;
- Conservação da Rodovia PA-254, no trecho Cupim (Km 0) até Jutuarana (Km 33), com extensão de 33 km, no município de Prainha, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 1,5 milhão.
- Conservação da Rodovia PA-467, no tre-



PA-154, LIGA O PORTO DE CAMARÁ E SALVATERRA A CACHOEIRA DO ARARI



PA 481 VAI DO ENTRONCAMENTO DA PA 151 A VILA DOS CABANOS, EM BARCARENA, REGIÃO TOCANTINS



A ECONOMIA DA REGIÃO SUL DO PARÁ GANHOU UM IMPORTANTE INCENTIVO COM A RECUPERAÇÃO TOTAL DA PA-411, QUE LIGA SANTANA DO ARAGUAIA AO DISTRITO DE BARREIRA DO CAMPO.



DUPLICAÇÃO DA PA 457, QUE LIGA SANTARÉM A ALTERDO-CHÃO



DUPLICAÇÃO DA PA 444, DE ACESSO À PRAIA DO ATALAIA, EM SALINAS

cho PA-151 até Curuçambá, nos municípios de Igarapé-Miri e Cametá, na Região Tocantins, com extensão de 14 km, no valor de R\$ 1,4 milhão.

Somadas às demais obras concluídas de pavimentação, restauração e conservação os investimentos chegaram ao montante de R\$ 170,2 milhões, cobrindo uma malha de 1.129,7 km.

Assinalam-se também obras consideradas relevantes por sua importância para a economia local e populações de seu entorno, que foram iniciadas em 2017, encontrando-se em pleno andamento, com previsão de conclusão em 2018, totalizando recursos da ordem R\$ 183,1 milhões:

- Pavimentação da PA-477 no trecho que vai do entroncamento da BR-153 até vila União, no município de Piçarra, localizado na Região Carajás, com extensão de 8 km, e mais a construção de 13 pontes em concreto armado ao longo de toda a rodovia.
- Pavimentação de 27 km da Rodovia PA-242, no trecho que vai da Rodovia PA-140 até a Rodovia PA-136, conhecida como Rodovia do Frango e da Verdura que liga o município Santo Antônio do Tauá ao município de Castanhal, importante no escoamento da produção até os mercados consumidores da Região Metropolitana de Belém.
- Pavimentação, acostamento e construção de ciclovia iluminada na Rodovia PA-457, chamada Rodovia Everaldo Martins, localizada na Região Baixo Amazonas, que liga a área urbana do município de Santarém à Vila Balneária de Alter do Chão, com extensão de 28,86 km.
- Restauração da rodovia Transgarimpeira, no trecho que vai do quilômetro 58 ao 190, abrangendo o distrito de Creporizão, em Itaituba, Região Tapajós. Com 200 km de extensão, é uma importante via de escoamento da produção de gado e suporte à extração mineral.
- Pavimentação da rodovia PA-458, que liga o perímetro urbano do município de Bragança à vila de Ajuruteua, na Região Rio Caeté, com 36 km de extensão.
- Pavimentação da Rodovia PA-252, localizada na Região Tocantins, com 63 km extensão, dividida em dois trechos. O primeiro vai da Rodovia Perna Sul à Vila Castanhandeua, no município de Acará. O segundo trecho fica entre a Vila de

Castanhandeua e a Rodovia PA-475, já no município de Moju.

- Duplicação e restauração da PA-444, rodovia que dá acesso à Praia do Atalaia, no município de Salinópolis, localizado na Região Rio Caeté. O projeto prevê a criação de um canteiro central, ciclovia iluminada nos dois sentidos da pista e diversas travessias para pedestres com semáforos temporizados.

Outra importante intervenção no modal rodoviário realizada, em 2017, foi a continuidade do programa de substituição de pontes de madeira por pontes de concreto armado, concluídas e em andamento, permitindo melhor trafegabilidade e segurança aos usuários, a saber:

- Conclusão de cinco pontes em concreto armado na PA-446, no total de 148 metros, localizadas nos municípios de Primavera e Quatipuru, na Região Rio Caeté, com investimento de R\$ 4,2 milhões;
- Conclusão de ponte em concreto armado sobre o Igarapé Marizal, com 135 metros de extensão, no município de Cametá, na Região Tocantins, com investimento de R\$ 450 mil;
- Em andamento a construção de ponte em concreto armado na PA-380, com 24 metros de extensão, no município de Bonito, na Região Rio Caeté, e investimento de R\$ 646 mil;
- Em andamento a construção de sete pontes, com total de 264 metros, em concreto armado na PA-407, localizadas na PA-151/Vila Maiuatá, no município de Igarapé Miri, na Região Tocantins, com investimento de R\$ 10,2 milhões;
- Em andamento a construção de ponte em concreto armado (Rio Pau D'arco) na PA-449, localizada no Km 20 da rodovia, com 200 metros de extensão, no município de Conceição do Araguaia, na Região Araguaia, com investimento de R\$ 8,3 milhões;
- Em andamento a construção de ponte em concreto armado na PA-463, com 110 metros de extensão, que beneficiará os Municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras todos da Região Araguaia, com investimento de R\$ 6,8 milhões;
- Em andamento a construção de quatro pontes em concreto armado na PA-254 e uma ponte na PA-419, localizadas no Rio Mamiá, Igarapé dos Trinta, Tamanduá, Lontra e Rio Jutuarana, totalizando

149 metros, nos municípios de Alenquer, Monte Alegre e Prainha, na Região Baixo Amazonas, com investimento de R\$ 5,7 milhões;

Por fim, nesse segmento, é importante frisar as obras de construção da ponte sobre o Rio

MODAL HIDROVIÁRIO

No modal hidroviário, o Governo do Estado iniciou o processo de construção de sete terminais hidroviários no oeste do Pará, beneficiando principalmente os municípios da Região Baixo Amazonas, visando dar mais conforto e segurança aos passageiros usuários desse meio de transporte e o incremento do turismo da região.

Os terminais hidroviários contemplarão os municípios de Almeirim, Curuá, Faro, Prainha, Santana do Tapará (distrito de Santarém) e Terra Santa, com investimento total previsto de R\$ 22,2 milhões. Encontra-se em processo final a licitação, com previsão de início de implantação para este primeiro semestre de 2018, a construção do Terminal Hidroviário de Cargas e Passageiros de Santarém, segundo maior do Pará, no valor de R\$ 60,5 milhões, com área de 3,6 mil m², visando o atendi-

mento, em média, de 50 mil passageiros/mês, melhorando as condições do transporte hidroviário em Santarém e dos demais municípios da região.

O Governo do Estado do Pará também firmou termos de cooperação técnica com as Prefeituras municipais de Alenquer, Óbidos e Monte Alegre, em 2017, visando à reforma e adequação dos terminais hidroviários dos municípios. O de Alenquer, voltado ao transporte de passageiros, tem custo estimado de R\$ 2,8 milhões; o de Óbidos, que atenderá passageiros e o transporte de cargas, tem previsão de R\$ 2,9 milhões; e o de Monte Alegre, cujas obras referem-se à instalação do flutuante, no valor de R\$ 1,9 milhão. Todas as obras visam proporcionar melhores condições infraestruturais de atendimento aos usuários do transporte hidroviário na região.

MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é outro eixo prioritário de atuação do Governo do Estado, preocupado em proporcionar melhores condições de drenagem e pavimentação urbana, bem de acessibilidades alternativas a corredores de tráfego intenso, especialmente em grandes centros urbanos, como a Região Metropolitana.

O Projeto Ação Metrópole, com investimento da ordem de R\$ 530 milhões, reflete essa estratégia, fazendo parte de um sistema integrado a outros projetos executados pelo Governo do Estado, como a Avenida Independência, obra já concluída; a duplicação da Avenida Perimetral, também concluída, e o prolongamento da Avenida João Paulo II, que está em fase final de execução.

O projeto de prolongamento da Avenida João Paulo II, em fase conclusão neste primeiro semestre de 2018, com recursos oriundos do Tesouro estadual e operações de créditos, no total de 80%, e mais recursos complementares do Orçamento da União, da ordem de 20%, constituirá importante via alternativa à Rodovia BR-316, desafiando

o tráfego de toda a Região Metropolitana de Belém. A conexão do prolongamento com o elevado do Coqueiro e com a Rodovia Mário Covas, também permitirá o acesso direto a Belém de veículos oriundos dos conjuntos Cidade Nova e Paar e dos bairros do Coqueiro e 40 Horas, no município de Ananindeua, e busca melhorar a distribuição do tráfego geral e do transporte público, viabilizando a implantação do BRT na Rodovia BR-316 até o município de Marituba.

A obra compreenderá o trecho entre a Passagem Mariano e a Rodovia Mário Covas, e ficará com duas pistas, três faixas por sentido, ciclovia e calçadas em ambos os lados, além da construção de duas pontes, uma de 60 metros da Passagem Mariano, transpondo a ponta do Lago Bolonha, e a outra a 200 metros da Rua da Pedreirinha, transpondo a ponta do Lago Água Preta. A interligação da Avenida João Paulo II com a BR-316 se concretiza com a construção da quarta pétala do elevado do Coqueiro. Toda a obra tem cerca de 4,7 Km de extensão.



RESTAURAÇÃO
DA PA 125, EM
PARAGOMINAS.
VAI DA BR-
010 ATÉ O RIO
URAIM



CONCLUÍDA A
DUPLICAÇÃO DA
AV. PERIMETRAL,
QUE INTERLIGA
TRÊS IMPORTANTES
BAIRROS DE BELÉM
- GUAMÁ, TERRA
FIRME E MARCO,

Além da nova avenida, estão em andamento obras de pavimentação, drenagem e iluminação pública de quatro vias que completam o sistema de mobilidade urbana: Rua Moça Bonita (entre Av. João Paulo II e BR-316); Rua do Fio (entre Passagem Simões e BR-316); Passagem Simões (entre Rua do Fio e Av. João Paulo II); e a Rua da Pedreirinha (entre Av. João Paulo II e BR-316).

Também teve início, no final de 2017, a revitalização da Rodovia Mário Covas, que liga os municípios de Belém e Ananindeua, na Região Metropolitana, com investimento previsto de R\$ 10 milhões. O projeto inclui pavimentação, serviços de drenagem e desobstrução de bueiro e canal, construção de calçada e canteiro central, e sinalização horizontal e vertical. Sua extensão é de 7,20 km, desde o entroncamento com a Rodovia BR-316 até a Avenida Augusto Montenegro.

Em 2017, o Governo do Estado, concluiu a segunda e última etapa de duplicação da Avenida Perimetral, obra no valor de R\$ 26 milhões, que interliga três importantes bairros de Belém: Guamá, Terra Firme e Marco, beneficiando diretamente mais de 300 mil pessoas, constituindo-se corredor de acesso à Estrada Nova e ao centro da cidade. A obra compreende duplicação (duas pistas de rolamento de sete metros de largura), drenagem profunda e superficial, ciclofaixas, calçadas, iluminação, canteiro central e urbanização.

Finalmente, ainda no que se refere à Região Metropolitana, vale destacar a retomada das obras de recuperação e adequação dos corredores Yamada e Tapanã no valor de R\$ 87,9 milhões; a finalização do processo licitatório de implantação do sistema BRT metropolitanos integrando os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba com o início das obras previstas para este primeiro semestre de 2018, com recursos da ordem de R\$ 540 milhões inteiramente assegurados, e finalização estimada para o final 2019.

Outra vertente de atuação para melhoria da mobilidade urbana em todo o Estado é o programa Asfalto na Cidade, visando a intervenção em drenagem e pavimentação urbana, contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população paraense. Em 2017, foram finalizadas obras de drenagem e asfaltamento em 151,48 km de vias, em 28 municípios, nas 12 regiões de integração, com investimento equivalente a R\$ 77 milhões.

EM FASE CONCLUSÃO, O
PROLONGAMENTO DA JOÃO PAULO
REPRESENTA A ABERTURA DE NOVA
VIA ALTERNATIVA DE ESCOAMENTO DO
TRÁFEGO EM BELÉM





***NA DIMENSÃO DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E
MEIO AMBIENTE***



MEIO AMBIENTE

Por meio do Programa Pará Sustentável, o Governo do Pará organiza e direciona a execução dos planos e projetos referenciados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como meta de médio e longo prazo, a redução da pobreza e da desigualdade.

Em 2017 foram investidos cerca de R\$ 35,7 milhões para realização de ações que amparam a política ambiental do Estado, concentrando esforços no combate ao desmatamento, no monitoramento e controle do uso sustentável dos recursos naturais, na gestão de unidades de conservação e sua biodiversidade, no incentivo à regularização ambiental das atividades econômicas e o fortalecimento dos municípios com ações de colaboração na gestão ambiental local.

A eficácia das ações desenvolvidas reflete-se nos resultados alcançados. Em 2017, houve redução do desmatamento em 19% em relação ao ano anterior. Segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no ano de 2016, o desmatamento atingiu uma área de floresta equivalente 2.992 km², contra 2.413 km², em 2107², representando a diminuição de 579 km².

A queda no desmatamento foi possível a partir da consolidação da gestão ambiental integrada e colaborativa com foco nos resultados, sendo decisiva a realização de investimentos em tecnologias e instrumentos e ferramentas de gestão, visando maior celeridade, transparência e segurança na produção do conhecimento, fundamental para a tomada de decisão.

Com esse objetivo foi inaugurado, em 2017, o Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam), equipado com tecnologias para a sistematização de informações e produção do conhecimento, disponibilizando uma base de

dados confiável, não somente para o eixo ambiental, mas também com aplicação nas áreas fiscal, social e econômica, dentre outras.

De Olho na Floresta, outra inovação implantada em 2017, consiste em um sistema de monitoramento da cobertura florestal de todo território paraense que utiliza a plataforma GAMA Pará (Gestão, Análise e Monitoramento Ambiental do Pará). Esta estrutura, automatizada, robusta e segura, subsidia o aperfeiçoamento de outros instrumentos como o licenciamento ambiental, com o monitoramento de imagens de satélite de alta resolução, garantindo maior segurança e confiabilidade para as análises técnicas decorrentes. Por meio de imagens do sistema de satélites Planet são disponibilizados dados a cada 24 horas, com registros de precisão de três metros de distância da área monitorada.

O investimento em tecnologias de ponta para modernização da atuação na área ambiental, de combate e monitoramento do desmatamento, também possibilitou o acompanhamento dos empreendimentos e atividades degradadoras, além de maior eficiência e rapidez na detecção de ilícitos ambientais. Como resultado da fiscalização realizada de forma integrada entre os órgãos ambiental e de segurança pública foram embargados mais de 55.000 ha e apreendidos volumes de madeira superiores a 16.000 m³ (em tora) e 3.000 m³ (serrada), combatendo com veemência práticas ilícitas vedadas pela política estadual de meio ambiente e pela lei de crimes ambientais.

Outro instrumento considerado relevante da política de regularização ambiental é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com os investimentos realizados, em 2017, foi possível a obtenção de 33.578 cadastros no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) em todas as regiões do Estado, resultando numa área cadastrada de aproximadamente 75%, considerando as áreas passíveis de cadastramento no Sicar.

COP23, NA ALEMANHA:
ENCONTRO DEFINE
ESFORÇO CONJUNTO POR
SUSTENTABILIDADE EM
ÁREA DE MANGUEZAIS



Esses avanços na ampliação do quantitativo de CAR e na qualidade dos cadastros inseridos no sistema Sicar/PA são resultado dos esforços interinstitucionais para aperfeiçoar o sistema e para realizar os treinamentos de técnicos dos órgãos conveniados, técnicos e gestores ambientais das secretarias municipais de meio ambiente em 114 municípios. Nesse sentido foram qualificados 410 técnicos nas ferramentas de gestão ambiental do CAR e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), instrumentando-os para a sensibilização e divulgação, junto a proprietários ou possuidores rurais, sobre a necessidade e importância da adequação dos imóveis à legislação ambiental.

Na gestão ambiental compartilhada com os municípios paraenses, em 2017 o Governo do Estado ratificou o compromisso com os princípios de participação, cooperação e colaboração federativa na gestão do meio ambiente, por meio da formalização e o fortalecimento de pactos locais de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável. Após a assinatura e depois de cumprir todos os requisitos estabelecidos, os municípios podem ser intitulados Municípios Verdes. A cidade que possuir este selo obtém vantagens em investimentos financeiros, fator que incentiva a adequação ao programa e, conseqüentemente, a redução dos índices de desmatamento. Em 2017 foram firmados 31 pactos, e a expectativa é a ampliação desse resultado criando um compromisso local com a agenda ambiental.

Especial atenção foi dada, em 2017, à capacitação e estruturação dos municípios para gestão ambiental, tornando as secretarias municipais de meio ambiente, autônomas e seus processos mais céleres. Dos 144 municípios, 131 enviaram técnicos para as capacitações, totalizando 504 técnicos municipais capacitados nos instrumentos de gestão ambiental, notadamente no licenciamento, fiscalização, regularização, ICMS Verde, gestão de recursos hídricos e educação ambiental.

O Governo do Estado propiciou, também, a 114 municípios, treinamento para a utilização do sistema Simples Ambiental, como estratégia de publicizar a ferramenta, proporcionando vantagens ao empreendedor como o acesso eletrônico ao licenciamento e a redução do prazo para análise das propostas. Os municípios podem aderir ao uso desse sistema, dis-

ponibilizado sem nenhum custo, utilizando-o para o licenciamento das atividades de impacto local.

Os 115 municípios aptos à gestão ambiental receberam, em apoio às atividades de fiscalização e monitoramento, motocicletas, embarcações, computadores, nobreaks, impressoras, GPS, e outros. Foi investido R\$ 1,8 milhão com recursos do Fundo Amazônia para a conectividade entre a gestão ambiental municipal e os sistemas eletrônicos hoje disponibilizados pelo Governo do Estado.

Em 2017, o ICMS Verde, ferramenta de estímulo ao desenvolvimento sustentável, sofreu alteração nos critérios de repasse aos municípios e passou a considerar, para efeito de compensação, a regularização ambiental; a existência de unidades de conservação e terras indígenas; o estoque florestal e a capacidade do município em atuar nos processos de gestão ambiental. A partir da atualização da metodologia de cálculo, foram repassados aos municípios paraenses R\$ 147,2 milhões.

O avanço na agenda ambiental, de fiscalização, monitoramento e desenvolvimento de ações integradas, acabou por despertar grande interesse da comunidade internacional pelo Pará. Em 2017 foram vários convites para troca e compartilhamento de experiências e ações, em destaque:

- Visitas da Comitativa do Governo à China, atendendo convite do Parlamento de Xangai;
- Reunião Anual do GCF Task Force (Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas - GCF), realizado na Indonésia;
- Conferência da Organização das Nações Unidas para o Clima (COP 23), realizada na Alemanha, atuando na organização do Amazon Bonn, com objetivo de promover debate sobre a cooperação e o financiamento internacional para a proteção das florestas, enfrentamento da mudança do clima e promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- Visitas das embaixadas da Noruega e da Alemanha aos órgãos estaduais responsáveis pela gestão ambiental.
- Parceria firmada com a Fundação Ly-mington (SP) no âmbito do Projeto Reintrodução e Monitoramento da Guaruba, Guarouba Ararajuba ave típica do nordeste do Pará que havia desaparecido

desde o início do processo de urbanização, desmatamento e tráfico de animais. O Parque Estadual do Utinga (PEUt) já

acolheu as primeiras Ararajubas, em cuidado específico nesse processo de adaptação.

CONCESSÃO FLORESTAL

No âmbito da política de concessão florestal, foi prioridade, em 2017, a elaboração do Plano de Manejo, fiscalização ambiental e a criação e/ou fortalecimento de Conselho Gestor das Unidades, tendo como objetivo reduzir os impactos negativos sobre as Unidades de Conservação, preservar a biodiversidade, descentralizar a responsabilidade estadual e permitir o convívio econômico com a sociedade local.

No Pará, existem 25 UC's (Unidades de Conservação) que correspondem a 21,2 milhões de hectares, e destas, 14 UC's possuem seu próprio plano de gestão. O Governo do Estado destinou R\$ 2,5 milhões para a contratação de

consultorias com o objetivo de elaborar planos de gestão (manejo) das UC's do Refúgio da Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (Região Guajará), APA Paytuna (Baixo Amazonas) e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, a RDS Alcobaça e a RDS Pucuruí-Ararão, além da APA (Região Lago de Tucuruí).

Os órgãos estaduais atuam conjuntamente, articulando com os municípios, por meio das secretarias municipais de meio ambiente e o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) no cumprimento de ações de monitoramento, fiscalização e manejo dos recursos naturais e arquitetônicos das Unidades de Conservação.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A política de ordenamento territorial do Governo do Estado considera a regularização fundiária instrumento fundamental para o ordenamento do espaço e democratização do acesso à terra. Ações de reestruturação dos órgãos ambientais e fundiários, ampliação e treinamento do corpo técnico, bem como a aquisição de equipamentos, foram fundamentais no fortalecimento da gestão dessa política, garantindo o acesso ao direito de propriedade a diferentes segmentos sociais, contribuindo para

a redução do desmatamento e estimulando a sustentabilidade ambiental.

O estado do Pará é o segundo maior estado do país, com área de 124,85 milhões de hectares. Desse total, 74, 53 milhões de hectares, ou seja, 59,7% estão afetados por unidades de conservação, terras indígenas e áreas militares. Do restante, 40,3%, em torno de 50,32 milhões de hectares, 24% estão sob a gestão fundiária da União e 15,3 % de sob responsabilidade do estado e, por essa



CRIADO EM 2017, O CENTRO INTEGRADO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL (CIMAM) É UM DOS MAIS AVANÇADOS DO MUNDO E REFERÊNCIA NA AMAZÔNIA



COM A NOVA SEDE, O ITERPA GARANTE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS FUNCIONÁRIOS



razão, o ordenamento territorial deve ser entendido como um instrumento fundamental para assegurar a sustentabilidade ambiental e econômica.

Para emissão de um título definitivo, várias etapas são cumpridas como o levantamento socioeconômico, georreferenciamento, elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), arrecadação e matrícula.

A etapa de arrecadação e matrícula de ter-

ras, que delimita as áreas devolutas dos particulares, incorporando-as ao patrimônio fundiário do estado, alcançou, em 2017, um total de 1.149.541 hectares de áreas arrecadadas, comparado ao total arrecado, em 2016, de 312.936 hectares, representou um aumento de 72,8%.

No exercício passado foram emitidos, também, 487 títulos definitivos, beneficiando agricultores de 9 regiões de integração, como mostra a tabela 5.

TABELA 05

TÍTULOS INDIVIDUAIS EXPEDIDOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO EM 2017

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	TÍTULOS EMITIDOS	%
Capim	222	45,59
Guamá	83	17,04
Tocantins	70	14,37
Baixo Amazonas	38	7,8
Carajás	28	5,75
Tucuruí	26	5,34
Araguaia	14	2,87
Caeté	5	1,03
Guajará	1	0,21
TOTAL	487	100

Fonte: Iterpa, 2017.

Além dos títulos definitivos, ainda foram realizados os serviços de cadastros, vistorias e georreferenciamento, visando a titulação definitiva, em benefício de aproximadamente 1.000 famílias de pequenos produtores rurais.

Foram criados também, em 2017, cinco novos projetos estaduais de assentamento, atendendo 664 famílias que aguardavam a regularização de suas terras, representando o atendimento a pequenos produtores rurais em vários municípios, reduzindo a possibilidade de conflitos pela disputa da posse da terra.

Os projetos de assentamentos criados em 2017 foram:

- Projeto Estadual de Assentamento Sustentável Deus é Fiel, em Rondon do Pará, beneficiando 73 famílias;
- Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (Assimpex), em Portel, beneficiando 51 famílias;
- Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatá, em Portel, beneficiando 536 famílias;
- Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Cataiandeua, em Abaetetuba, beneficiando 105 famílias.

Destaque também para as ações de regularização fundiária de áreas pertencentes a comunidades remanescentes de quilombolas no Estado, que vem ganhando força a cada ano, firmando o Pará como o estado da Federação que mais demarcou territórios quilombolas. Das 168 áreas já tituladas no país, 58 foram registradas no estado, e, dentre essas áreas, 50 foram tituladas pelo Instituto de Terras do Pará. Em 2017, 75 famílias da comunidade quilombola Ilha Grande de Cupijó, em Cametá, no Baixo Tocantins, foram beneficiadas com título coletivo de propriedade.

Por último, é relevante frisar a instalação e entrega da nova sede do ITERPA, dotada de uma infraestrutura aparelhada com modernos equipamentos e abrigando ambiente de cartografia e arquivo para 5 milhões de documentos fundiários, alguns seculares, atualmente existentes, em condições adequadas de conservação, de uso e pesquisa. Essa nova estrutura representou um investimento da ordem de R\$ 11,7 milhões, representa um salto tecnológico nos padrões de gestão e de atendimento da política fundiária do Estado do Pará.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E PÊSCA

O Pará tem se destacado, entre as unidades da federação, pelo cultivo de determinados produtos que ganharam evidência no cenário nacional como exemplo as culturas do açaí, dendê, abacaxi, cacau, banana, pimenta-do-reino e mandioca. O setor agrícola e a pecuária do Estado vêm se fortalecendo a cada ano e a última, ganha destaque, posto que o rebanho bovino paraense está entre os cinco maiores do país.

Em 2017 o Governo do Estado do Pará, investiu cerca de R\$ 25,5 milhões no setor, em

ações direcionadas à agricultura familiar, defesa agropecuária, pesca e aquicultura, entre outras, por meio de sua estrutura institucional voltada ao setor.

Na divulgação, promoção e comercialização de produtos paraenses, o Governo do Estado apoiou 16 importantes eventos realizados em 2017, com a participação de mais de 1 milhão de pessoas, com a realização de ciclos de palestras em diversas temáticas e orientações técnicas, com foco na geração de renda e melhoria do desempenho das atividades agropecuárias.

QUADRO 21

EVENTOS APOIADOS PELA SEDAP EM 2017		
EVENTO	MUNICÍPIO	PÚBLICO
24º Festival do Abacaxi	Conc. do Araguaia	1.100
XXI Exposição Feira Agropecuária	Conc. do Araguaia	30.000
Exposição Agropecuária de Canaã (ExpoCanaã)	Canaã dos Carajás	15.000
2ª Feira de Negócios Agropecuários	Belém	8.000
49ª Exposição e Feira Agropecuária (Expofac)	Castanhal	300.000
6º Torneio Leiteiro de Abel Figueiredo	Abel Figueiredo	800
51ª Exposição Feira Agropecuária do Pará (Expopará)	Belém	80.000
Festival do Cavalo Marajoara	Soure	8.000
51ª Feira Agropecuária de Paragominas	Paragominas	230.000
5ª Feira Agropecuária de Capitão Poço (Expocap)	Capitão Poço	50.000
Exposição Agropecuária de Anapú	Anapú	70.000
20ª Feira Agropecuária de Xinguara (Fax)	Xinguara	90.000
Agrofest de São Miguel do Guamá	S. Miguel do Guamá	20.000
AgroBreves	Breves	30.000
35ª Feira Agropecuária de Rondon do Pará (Exporondon)	Rondon do Pará	70.000
23º Festival do Abacaxi de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	27.000

Fonte: Sedap, 2017.

Em relação às atividades de fomento, merece destaque a distribuição de sementes melhoradas de açaí (2 toneladas) e cupuaçu (120.850 unidades), cacau (11.000 unidades), além da distribuição 200 mil mudas de bananeiras in vitro e 1000 e kits de sementes de hortaliças.

Essa estratégia tem se mostrado eficaz e importante nos últimos anos, promovendo a melhoria e o aumento da produtividade agrícola. Ao todo, foram beneficiados 15.380 produtores.

As ações voltadas à produção familiar foram desenvolvidas com base na sustentabilidade,

de, incorporando novas tecnologias ao sistema de arranjo produtivo local, agregando valor às cadeias produtivas e contribuindo para a verticalização da produção. Estas ações permitiram que jovens, mulheres, quilombolas, indígenas, agricultores tradicionais e de áreas de reforma agrária, pescadores artesanais, público alvo das ações voltadas à agricultura familiar, tivessem acesso aos instrumentos de políticas intersetoriais orientadas para o desenvolvimento do espaço rural, tais como: Crédito Rural - CR, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP e ao Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, dentre outros.

Em 2017, o Governo do Estado promoveu a orientação a produtores rurais para obtenção de crédito produtivo, auxiliando na contratação de 1.214 projetos de crédito rural, no valor total de R\$ 35,5 milhões. O acesso ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias dinamizou o comércio de insumos, máquinas e equipamentos, impactando fortemente no aumento e na diversificação da produção, gerando postos de trabalho e renda.

Destaque também para o apoio prestado a 1.987 organizações para comercialização dos produtos da agricultura familiar. Este assessoramento inclui as cooperativas, associações, grupos de jovens e mulheres e possibilitou a agregação de valor a partir da melhoria no processamento e beneficiamento da produção, a capacitação dos agricultores sobre planos de negócios e gestão dos empreendimentos. Foram beneficiadas com assistência técnica 12.903 famílias de comunidades indígenas, quilombolas, populações tradicionais e de reforma agrária. Destaque para o trabalho realizado junto à etnia Munduruku, na Região Tapajós; às Reservas Extrativistas nas regiões Guamá e Caeté; e às Comunidades Quilombolas nas regiões Guajará e Guamá.

No segmento da piscicultura, destaca-se a recuperação das Estações de Reprodução

e Alevinagem de Orion Nina Ribeiro, no município de Terra Alta, e da Estação Santa Rosa, localizada no município de Santarém, possibilitando o acesso dos produtores rurais a alevinos e pós-larvas com menor custo quando comparado com material importado de outros estados. Foram adquiridas para operacionalização nessas estações 9 toneladas de ração em pó e 4,3 toneladas de ração extrusada, estimulando o desenvolvimento da atividade de piscicultura local.

Outras ações de apoio, fomento e formação foram priorizadas nessa área:

- Apoio às Feiras do Pescado dos municípios: Água Azul do Norte, Altamira, Bonito, Cametá, Capanema, Castanhal, Colares, Conceição do Araguaia, Curuçá, Goianésia, Itaituba, Novo Repartimento, Salinópolis, Santa Izabel, Santarém, São Miguel do Guamá, Soure, Tucumã, Ulianópolis e Xinguara;
- Curso de Piscicultura em tanques rede, barragens, represas, viveiros escavados e suspensos no Centro Floresta Ativa (Cefa) na comunidade Carão, Resex Tapajós-Arapiuns em Santarém, com a participação de 27 aquicultores do município;
- Curso de Extensão Pesqueira sobre o Transporte Sustentável do Caranguejo-Uçá, como parte do evento sobre “ciência e produção”, com a participação de 15 alunos;
- Distribuição de 446.200 pós-larvas/alevinos de Tambaqui, 211.500 pós-larvas/alevinos de Tambatinga e 6.000 pós-larvas/alevinos de Matrinxã, beneficiando 202 pescadores/aquicultores dos municípios de Santarém, Óbidos, Almeirim, Oriximiná, Prainha, Belém, Portel, Breves, Soure, Salvaterra, Bagre, Moju, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Abaetetuba;
- Realização de visitas técnicas para análise da viabilidade da atividade da pesca esportiva nos municípios de Itaituba e Aveiro; e orientação técnica sobre mane-

jo, ração e trato de doenças para produtores de peixes nos municípios de Santarém e Cametá;

- Assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola à 2.500 famílias de pescadores artesanais e aquicultores.

No segmento da defesa agropecuária, o Governo deu continuidade ao controle do trânsito intra e interestadual de plantas, animais e produtos de origem agropecuária e florestal, destacando-se o Programa de Educação Sanitária, desenvolvido junto às comunidades e entidades representativas de produtores rurais, além de escolas do meio rural, urbano, feiras agropecuárias e outros eventos do setor. Este programa desenvolve ações de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal, informando e estimulando a mudança de hábitos em produtores agrícolas, por meio de campanhas

e projetos educativos, contribuindo para uma atividade agropecuária e agroindustrial sustentável no Estado. Estas ações educativas foram executadas em parceria com diversas instituições públicas e o envolvimento das próprias comunidades, valorizando a integração e o conhecimento local.

Com o compromisso de manter o seu status de área livre da febre aftosa, o Estado vem dando prioridade ao desenvolvimento de ações para manutenção do índice de cobertura vacinal em níveis próximos a 100%, inclusive melhorando e ampliando a infraestrutura existente. Foi expandida a frota com a aquisição de 59 veículos para aumento da produtividade das equipes que atuam na defesa agropecuária no Estado, fortalecendo a atuação nos municípios nas ações voltadas à defesa sanitária.

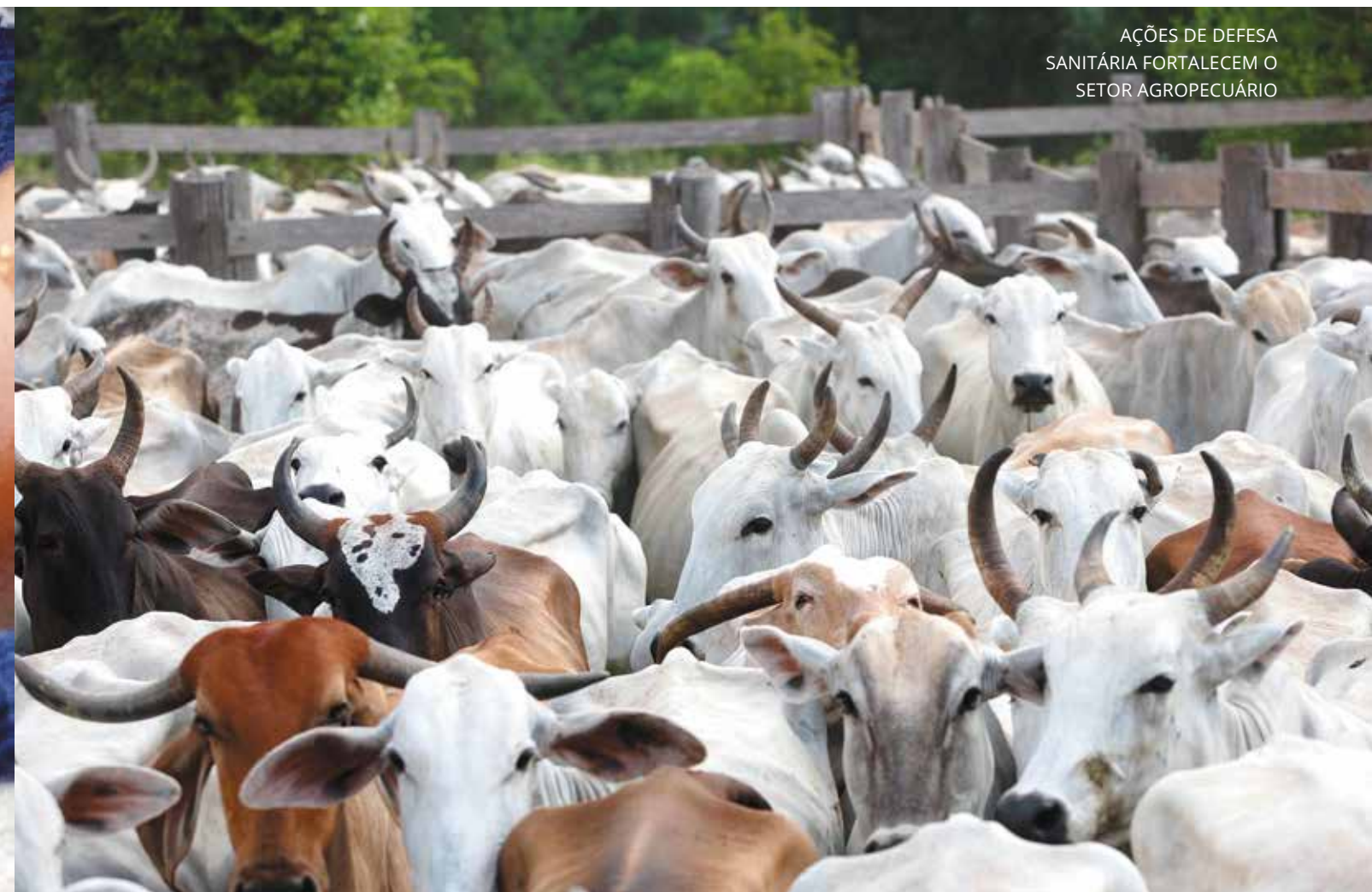


A DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE SEMENTES DE HORTALIÇAS CONTRIBUIU PARA O CRESCIMENTO DO SETOR

GOVERNO GARANTIU APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS DO PESCADO EM DIVERSOS MUNICÍPIOS



PISCICULTURA EM TANQUES-REDE FOMENTA ECONOMIA NA REGIÃO DE TUCURUÍ



AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA FORTALECEM O SETOR AGROPECUÁRIO

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E TURISMO

A economia paraense apresentou, em 2017, importantes sinais de recuperação, resultado de uma política de desenvolvimento econômico assentada na busca pela verticalização da produção para maior geração de emprego e renda, em consonância com as metas propostas no Plano Pará 2030.

Como resultado das ações implementadas pelo Governo nos últimos anos, pode-se contabilizar os dados estatísticos do comércio com o exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que apontam que o Estado do Pará apresentou aumento considerável no valor transacionado, passando de US\$ 11,6 bilhões em 2016 para US\$ 14 bilhões em 2017, com o saldo da balança comercial se elevando de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 12,2 bilhões, respectivamente.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Governo do Estado intensificou, em 2017, ações visando o fortalecimento da imagem do Pará como destino para negócios, por meio de ampla divulgação de oportunidades e potencialidades, em importantes eventos como a Feira da Indústria (PA), Expoingá (PR), VII Feira do Empreendedorismo de Santarém (PA), Feira Brasil Sabor (PA), Feira Agropecuária de Santarém (PA), Exposibram (MG), FITA (PA) e Pará Negócios (PA), as quais contribuíram para atrair investidores nacionais e internacionais, que passaram a perceber o Pará como importante centro a receber seus investimentos.

O Estado vem consolidando a estratégia em preparar os municípios para o recebimento de investidores de qualquer lugar do mundo. Com esse objetivo foram realizados workshops de capacitação em atração de investimentos para agentes municipais, lotados nas prefeituras de: Abaetetuba, Castanhal, Breves, Santa Bárbara, Belém, Barcarena, Paragominas, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá e Moju, bem como para representantes ligados ao setor produtivo, como forma de melhorar o nível de recepção e interlocução com os investidores interessados no Pará.

Entre as iniciativas de atração de investi-

O setor industrial no Pará, segundo dados do Departamento Interestadual de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos no Pará (Dieese-PA), obteve saldos positivos na geração de emprego em 2017. Nos primeiros 11 meses do ano foram 27.745 contratações contra 26.469 demissões, o que representa um saldo positivo de 1.276 postos de trabalho, ficando o Pará em segundo lugar entre os estados da região Norte, ficando à frente do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Tocantins.

A desburocratização no processo de abertura de empresas, a concessão de crédito, o incentivo fiscal, a orientação ao empresariado local e a gestão do setor da mineração, foram algumas das linhas de atuação do Governo do Estado com vistas ao estímulo à atração de investimentos, na busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico.

mentos estruturantes de ordem econômica e infraestrutural, destacam-se a mobilização técnica e política em torno da concretização de parcerias públicas privadas (PPP's). No estado do Pará, as PPP's são regulamentadas por meio da lei 7.649/2012 e 8.231/2015.

Dentre essas iniciativas, encontra-se em fase avançada de captação de recursos e investidores o projeto de implantação do corredor logístico da Ferrovia Paraense S/A (Fepasa). O projeto consiste em um sistema ferroviário com extensão de 1.600 km, sendo 1.250 km de tronco principal e 350 km de ramais, cujo trajeto se origina no porto de Vila do Conde, município de Barcarena, atravessando o estado do Pará, no sentido Nordeste-Sudeste, até o município de Santana do Araguaia, com ramais que possibilitarão o escoamento da produção mineral e do agronegócio, não só do Pará, como de toda a região Centro Oeste do Brasil. O custo do projeto está estimado em R\$ 14 bilhões, considerando investimentos na construção da própria ferrovia e de entrepostos de carga. A capacidade de carga estimada é de 170 milhões de toneladas por ano. O licenciamento ambiental já está sendo conduzido por órgãos estaduais, com chance de o vencedor do cer-

tame assinar o contrato de concessão com a licença em mãos.

Em 2017 ocorreu a implantação do sistema de acompanhamento on-line das empresas que possuem relação com o Estado, o InvestPará. Atualmente o sistema faz acompanhamento de 181 empreendimentos localizados em todos os distritos industriais do estado. Esse universo abrange investimentos já instalados, com 19.351 empregos diretos em atividades, e investimentos em fase de instalação, com mais 660 novos empregos.

Destacam-se também as ações em formalização de empresas, mediante a desburocratização de processos e a ampliação dos serviços de registro comercial, com vistas a se contrapor ao cenário econômico nacional desfavorável dos últimos anos, que vem repercutindo negativamente na economia dos estados.

Nesse sentido, e seguindo os preceitos da política de incentivo e impulso à economia paraense, o governo expandiu o registro mercantil alcançando, em nível nacional, a liderança no

ranking da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Ao todo são 144 municípios integrados à rede, proporcionando benefícios para a dinamização da economia local. No tocante ao volume de empresas abertas, em 2017, registra-se um crescimento de 15,72% em relação a 2016, claro sinal de recuperação econômica do estado.

Outra linha de atuação governamental, focada no desenvolvimento da economia local, em especial em atenção à demanda de pequenos e médios empreendedores instalados no interior do estado, diz respeito à ampliação da rede de atendimento de serviços bancários. Em 2017 foram inauguradas sete novas agências do Banco do Estado do Pará (Banpará) nas regiões Araguaia, Carajás, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, e Tapajós, dotadas de aparelhamento e novos padrões de tecnologia, diversificando e ampliando o portfólio de oferta de produtos e serviços bancários nessas regiões.



O BANPARÁ ABRIU A PRIMEIRA AGÊNCIA DIGITAL DO BRASIL E AMPLIOU A PRESENÇA NO ESTADO, ATRAVÉS DE PONTOS COMO O SAQUE & PAGUE E AGÊNCIAS EM TODAS AS REGIÕES, COMO A DE CACHOEIRA DO ARARI



INCENTIVO FISCAL

No intuito de proporcionar desenvolvimento econômico e social homogêneo para as diversas regiões, o Governo do Estado vem utilizando, dentre vários instrumentos, a concessão de incentivo fiscal como forma de atrair empresas com intenção de investir no Pará, tendo como prioridade empreendimentos que proporcionem maior integração com a economia local, um nível elevado de agregação de valor na cadeia produtiva na qual estão inseridos, maior capacidade de geração de emprego e renda, bem como estejam adequados às normas ambientais vigentes e que desenvolvam projetos e programas sociais.

Neste sentido foram beneficiadas, em 2017, 22 empreendimentos, sob o compromisso firmado com o Estado, de aplicar, na economia paraense, investimentos da ordem de R\$ 200 milhões, e de gerar em torno de três mil novos empregos diretos, além dos empregos indiretos nas atividades correlatas.

A esses empreendimentos somam-se outras 100 empresas que já recebem incentivos fiscais, beneficiadas entre 2006 e 2016. A política de concessão fiscal vigente funciona como um instrumento de sustentação fundamental para o planejamento estratégico econômico, assinalado no plano “Pará 2030”, focado no for-

MINERAÇÃO

Desde a década de sessenta a mineração tem papel de grande relevância para a economia paraense e brasileira, contribuindo sobremaneira para o ajuste das contas públicas, para o equilíbrio da balança comercial, respondendo por quase 5% do PIB brasileiro. O desafio posto é produzir desenvolvimento social e econômico sustentável no estado e, nesse sentido, o Governo Estadual tem procurado atuar de forma a ordenar essa atividade, de maneira a contribuir mais efetivamente com o desenvolvimento das políticas públicas, em lugar de apenas ficar administrando as mazelas e os impactos sociais negativos.

No que diz respeito ao atendimento aos empreendimentos minerários, destaca-se o Cadastro estadual de Recursos Minerais. O cadastro permite identificar as atividades mineárias no Estado, o que auxilia na regularização para melhor controle e monitoramento do setor mineral. É obrigatório para qualquer atividade mineral realizada no Pará, conforme a Lei Esta-

talecimento da industrialização, com a internalização da renda na economia paraense, tendo por estratégia o incentivo à agregação de valor e à diversificação e verticalização das cadeias produtivas em nosso estado.

Sob esse prisma é que os empreendimentos beneficiados, em 2017, estão ligados, dentre outras, às cadeias produtivas do açaí, do cacau, da palma, do adubo e fertilizantes, que direta ou indiretamente contribuem para integrar e diversificar a economia local, envolvendo, inclusive, a agricultura familiar e raede de fornecedores do entorno.

No fomento à verticalização e ao adensamento da base produtiva, por meio do programa de fomento Crédito do Produtor, o foco foi financiar projetos com características inovadoras e de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva, inseridos em atividades de cunho rural, florestal, industrial e agroindustrial, mineral e turismo, buscando-se a geração de emprego e renda. Foram submetidas à aprovação 15 cartas consultas, das quais seis foram deferidas, beneficiando empreendimentos que integram as cadeias produtivas da mineração, do açaí, das fibras têxteis, do turismo e da gastronomia, contempladas no plano do “Pará 2030”.

dual 7.591/2011, e só consegue obter a licença ambiental o empreendimento que estiver devidamente registrado e legalizado. A expectativa é facilitar esse procedimento e ampliar o cadastro, principalmente às pequenas empresas mineradoras desenvolvidos por pessoas físicas ou cooperativas. Em 2017, foram contabilizados 114 novos cadastros, no total de 729 registros.

No setor mineral, é justa a referência à cadeia produtiva de gemas e joias do estado. As gemas minerais paraenses são conhecidas também como gemas naturais; aqui são encontradas ametistas, citrinos, granadas, safiras, malaquitas, turmalinas, opalas, cristais e muitas outras gemas, que são utilizadas na fabricação de joias no Espaço São José Liberto, enriquecendo as peças e conquistando a preferência daqueles que veem na joia muito além de um simples adorno.

Importante também em 2017 são as ações do Governo do Estado voltadas para a verticalização da cadeia produtiva dos agrominerais,

baseada na sustentabilidade, como forma de dinamizar a economia e melhorar os indicadores socioeconômicos das regiões paraenses. As ações têm como objetivo principal promover o mercado de insumos minerais para agricultura, aproximando os produtores minerais do produtores agrícolas e assim foram concentradas na rochagem, no fosfato e no calcário.

TURISMO

Para dar continuidade à execução dos Planos Ver-o-Pará e Pará 2030, em 2017, as ações do Governo do Estado, ligadas às atividades turísticas, mantiveram-se focadas em seis vertentes de atuação, que perpassam pela atração de investimentos; divulgação e comunicação; fomento à criação de novos produtos e atrações turísticas; qualificação de empresários, produtores e mão de obra; e logística e acessibilidade. Nessa linha foram aplicados, em 2017, recursos do Tesouro, da ordem de R\$ 27,3 milhões.

Destaca-se, em 2017, a entrega à população do polo turístico Araguaia-Tocantins, do Centro de Convenções de Marabá, investimentos no valor de R\$ 31 milhões, equipamento turístico considerado um dos maiores e mais modernos espaços públicos do setor de turismo de negócios e eventos do Pará. O Centro possui 13 mil m² de área construída, em um terreno de mais de 33 mil m², e deverá impactar positivamente em cerca de 30 municípios das regiões de integração do Araguaia, Carajás e Lago do Tucuruí. O Centro conta com auditório, que pode ser subdividido em cinco módulos, com capacidade total para 520 pessoas; 10 salas multiuso moduladas, com capacidade para 40 lugares cada; teatro com 100 lugares; pavilhão de feiras e exposições com 4.807 m² e um estacionamento com aproximadamente 350 vagas.

No período de junho a setembro de 2017, o Governo do Estado concentrou esforços para mobilizar, articular e organizar a participação dos diversos atores da atividade turística do estado, na oitava edição da Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA), que, com um formato moderno e renovado, foi realizada em dois momentos distintos. O primeiro levou o turismo e a gastronomia paraenses até São Paulo e reuniu, entre os dias 28 de agosto e 3 de setembro, operadores e agentes de viagem num encontro de negócios e festival gastronômico com o melhor da culinária paraense. O segundo momento ocorreu no Hangar Centro

O Governo, por meio dos órgãos legalmente competentes, acompanha, monitora e fiscaliza as empresas mineradoras atualmente em atuação no estado e, em 2017, foram 24 projetos de mineração acompanhados, com 14 concessões de lavra e dois alvarás de pesquisa com guia de utilização.

de Convenções, em Belém, no período de 21 a 24 de setembro, incluindo uma feira de exposições e a Oca do Conhecimento (programação técnico-científica). Em Belém foram instaladas 120 estandes, com 150 expositores. Ao fim dos quatro dias de evento, cerca de 30 mil pessoas haviam visitado a feira, que movimentou negócios da ordem de R\$ 5 milhões (durante e após a feira), de acordo com números da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa), responsável pela realização do evento. A Feira configurou-se em um elemento agregador para o fortalecimento de um pacto em prol do turismo, entre a gestão pública, o empresariado e a sociedade.

Como uma das principais cadeias produtivas do plano Pará 2030 a gastronomia do estado mereceu destaque especial em 2017. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), a gastronomia ocupa a terceira posição entre as principais motivações que levam turistas a viajar, conforme publicado no Informe Mundial de Turismo Gastronômico. Em função da relação que a gastronomia possui com a agricultura, a produção de alimentos e a indústria cultural, é necessário um enfoque integrado para melhor desenvolvimento dos processos turísticos.

Nessa linha, e como resultado da implementação da estratégia para a atividade gastronômica no turismo, o governo do Estado apoiou a realização, em Belém, do Encontro Mundial das Cidades Criativas, proporcionando o intercâmbio de conhecimento entre *chefs* de cozinha internacionais e locais, assim como entre os representantes do poder público das cidades integrantes da rede.

No contexto da valorização dos insumos gastronômicos locais, tendo como base a metodologia aplicada no bem sucedido caso da Rota Turística Belém-Bragança, foi dado continuidade à formatação de novas rotas turísticas e gastronômicas, a partir da realização de inventários da oferta turística e de oficinas de planejamento



PARQUE DO UTINGA



com o trade local, a fim de criar nos polos turísticos eixos de desenvolvimento, nos quais o fluxo de pessoas e produtos fosse facilitado, por meio de melhorias na estrutura logística, fomentando a economia local e propiciando a criação de roteiros alternativos que podem ser comercializados pelas empresas prestadoras de serviços com os consumidores finais.

Como exemplo destas iniciativas destacam-se a rota turística do Vale do Xingu e as rotas gastronômicas do Queijo do Marajó, da Comida Ribeirinha (Ilhas de Belém), e a do Tapajós, também conhecida, como rota do Peixe da Esquina, que se configuram como alternativas de renda para os produtores locais, uma vez que o fluxo de pessoas ao longo de uma rota turística dinamiza a economia e possibilita a valorização dos atrativos naturais, culturais e históricos da localidade, transformando o espaço geográfico num ordenamento de pontos a serem visitados pelos turistas.

Em se tratando da formatação e estruturação das rotas gastronômicas, foram realizadas, em 2017, oficinas de planejamento nos polos Marajó, Belém e Tapajós, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae), resultando em um plano de ação envolvendo o trade turístico local e a gestão pública municipal. Foram também rerealizados cursos básicos de gastronomia e geração de renda e de confecção de souvenirs com resíduos de produção culinária na Associação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, sediada em Cotijuba; na Vila de Chicano, em Santa Bárbara; em Belém, com alunos atendidos pelo programa ProPaz, e na Ilha do Marajó, com moradores, dentre eles cozinheiros e artesãos de Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari, totalizando 175 pessoas capacitadas, que tiveram a oportunidade de aprender novas técnicas nas suas áreas de atuação, refletindo na qualidade do atendimento prestado aos visitantes das referidas regiões e na diversificação da oferta de serviços turísticos.

Frisa-se também a continuidade das atividades do Programa Estadual de Qualificação do Turismo (PEQTur), com a qualificação de 5.130 pessoas em 2017, acumulando, no período 2011 a 2017, 17.700 pessoas beneficiadas. Desenvolvido através de parceria entre diversas instituições públicas e privadas, incluindo o sistema "S", o PEQTur oferece cursos nos segmentos prioritários como natureza, cultura e segurança do alimento, visando o incremento do fluxo e fortalecimento das oportunidades

de negócios em diversos municípios do estado, em especial aqueles incluídos na Rota Turística Belém-Bragança e nos seus circuitos do polo Amazônia Atlântica; nos municípios que compõem a Rota Turística do Queijo do Marajó e no Polo Belém continental e insular, com destaque para as Ilhas do Combu, Cotijuba e das Onças, cujos moradores participaram de cursos de trilhas e caminhadas e do projeto de hospitalidade turística.

Com relação à logística e acessibilidade voltadas para atividades turísticas, o Governo do Estado, tem atuado no sentido de oportunizar aos municípios melhores condições ao desenvolvimento dessa atividade. Nesse sentido, especial atenção foi dada à melhoria da qualidade do transporte para o Marajó, fiscalizando e propondo a substituição dos equipamentos que fazem a ligação com os municípios de Soure e Salvaterra, no sentido de ofertar maior número de assentos e aumentar a quantidade de viagens semanais, somado aos voos disponibilizados para a cidade de Soure.

A política de incentivos fiscais auxiliou na dinamização do turismo, criando a possibilidade de ampliação da malha aérea regional e internacional, por meio da redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação (QAV), através de um sistema progressivo de redução de alíquota, de acordo com o número de destinos conectados por via aérea com o estado. Esta iniciativa propiciou a oferta, em 2017, pela Companhia Azul Linhas Aéreas, de novo voo internacional direto, quatro vezes por semana, ligando Belém a Fort Lauderdale, nos Estados Unidos da América, além de outros destinos nacionais, como Cuiabá (MT) e Fortaleza (CE), e a ampliação da oferta de voos para Recife (PE), São Luiz (MA) e Santarém. Este incentivo fiscal abre um leque de oportunidades de negócios e novas frentes de mercado na dinâmica da economia, com transporte de passageiros e de cargas, num momento em que muitos voos nacionais estão sendo reduzidos pelas companhias aéreas.

Foram realizados, ainda, inventários da oferta turística em 13 municípios paraenses, com registro dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, além da infraestrutura de apoio ao turismo na localidade. Esta iniciativa é importantíssima, pois se destina a obter informações de qualidade para o planejamento; desenvolver adequadamente as potencialidades turísticas de uma região; e otimizar os recursos públicos, evitando a sobreposição de ações, propiciando o conhecimento das carac-

terísticas e dimensão da oferta e as iniciativas necessárias ao desenvolvimento do turismo visando sua sustentabilidade.

Com a finalidade de maximizar os resultados alcançados com a estruturação da Rota Turística Belém-Bragança, o Governo do Estado concentrou esforços em ações de consolidação da referida rota e de fomento à criação de circuitos, a fim de envolver os municípios do entorno e gerar alternativas da oferta turística, possibilitando o prolongamento da permanência dos visitantes e, conseqüentemente, promovendo a dinamização da economia local, considerando que a produção associada ao turismo é incentivada com o incremento do fluxo de turistas. Neste sentido, foram realizadas ações de divulgação da produção agrícola e de artesanato dos municípios, como feiras de produção realizadas periodicamente em Belém, em Bragança e Igarapé-Açu, que tem a possibilidade de escoamento de sua produção artesanal, como farinha saborizada, licores, geleias, mel, hortaliças, peixes, iogurte e queijos, e do incentivo da participação destes produtores em feiras de maior abrangência, como a FITA.

No que concerne à estruturação de ativi-

dades turísticas, para diversificação da oferta de novos produtos ao mercado nacional e internacional, foi incentivada a integração das empresas de turismo receptivo associadas à Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav/PA), com as empresas fornecedoras de serviços e equipamentos como bicicletas e pranchas, a fim de proporcionar uma atuação conjunta no Parque Estadual do Utinga (PEUt) e no Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia, através da oferta, aos visitantes, de atividades como trilhas e caminhadas, stand up paddle e passeio fluvial no lago Água Preta, possibilitando a participação programada de 1.200 visitantes, em 2017, em atividades de turismo de aventura no interior do parque.

Em parceria com o Sebrae e o Consórcio Norte Energia foi criada a agência de receptivo e o primeiro produto turístico, Passeio Fluvial pelo Rio Xingu, lançado para os moradores e visitantes de Altamira e região, em paralelo ao lançamento do site promocional da região (www.visitxingu.tur.br), demonstrando mais uma vez que a atividade turística depende da iniciativa empresarial, conjugada com políticas públicas de desenvolvimento.



EM DUAS ETAPAS, A FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO DA AMAZÔNIA MOSTROU TODO O POTENCIAL DO PARÁ

Secretário de Estado de Planejamento

José Alberto da Silva Colares

Secretária Adjunta de Planejamento e Orçamento

Maria Cristina Maués da Costa

Secretária Adjunta de Recursos Especiais

Ana Regina Travassos da Rosa Moreira Bastos

Diretoria de Planejamento

Denísio de Jesus Costa Lima - Diretor

Secretaria/Apoio

Angela Maria Cálice Auad

Karina Conceição Miranda Vieira

Laurinda da Conceição Ribeiro Cardoso

Coordenadoria Setorial de Proteção e Desenvolvimento Social

Brenda Rassy Carneiro Maradei – Coordenadora

Márcia Correia Lago Moura

Marlúcia Puga Cardoso Carvalho

Valdeni da Conceição Farias

Wilson Luiz Ribeiro da Costa

Coordenadoria Setorial de Promoção Social

Bernadete de Jesus Barros Almeida – Coordenadora

Débora de Aguiar Gomes

Orlando Santana Rosa

Waldiléia da Luz Correa

Coordenadoria Setorial de Defesa Social

Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro - Coordenadora

Elesbão de Castro Ewerton Filho

Rita de Cássia Macedo Moreira

Selma Jerônima Mesquita Couto

Coordenadoria Setorial de Infraestrutura e Logística

Heraldo Marques Nogueira – Coordenador

Maridalva de Sousa Nascimento

Nice Farias da Silva

Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Econômico

Marcelo Pereira Lobato - Coordenador

Agostinho Lopes Arnaud

Maria de Belém Nazareth Gomez

Nanety Cristina Alves dos Santos

Roberta Braga Fernandes de Moraes

Zilfa Freitas

Coordenadoria Setorial de Gestão, Governo e Outros Poderes

Rosemery Tillmann da Silva – Coordenadora

Ovanilde Ribeiro Schalcher

Renato da Cunha Andrade

Colaboradores

Ana Maria da Costa Monte

Fernando Augusto Altieri Silva

Márcia Aparecida de Souza

Maria Christina Monteiro Barbosa

Walenda Silva Tostes



OBRAS DO CENTRO PARA
REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA - CIIR



MAQUETE - CIIR